

Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da TAP, S. A.

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 14

20 de abril de 2023

(16,02 h – 22,14 h)

Ordem do dia: — Audição da PARPÚBLICA-Participações Públicas, SGPS, S.A., com os depoentes Carlos Durães da Conceição, na qualidade de Ex-Vice-Presidente do Conselho de Administração; Mário Lobo, na qualidade de ex-vogal executivo do Conselho de Administração; e Jaime Serrão Andrez, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração.

Presidente da Comissão: Jorge Seguro Sanches (PS)

Deputados Oradores: Paulo Moniz (PSD)

Filipe Melo (CH)

Bernardo Blanco (IL)

Bruno Dias (PCP)

Mariana Mortágua (BE)

Bruno Aragão (PS)

Hugo Carneiro (PSD)

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Muito obrigado a todos, temos quórum. Vamos dar início à nossa reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da TAP.

Eram 16 horas e 2 minutos.

Temos previstas para hoje três audições e todas elas têm que ver com a intervenção da PARPÚBLICA no processo.

A primeira das audições, às 16 horas, é a do Sr. Carlos Durães da Conceição, na qualidade de ex-Vice-Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA, Participações Públicas, SGPS, S.A..

Para esta audição vamos aplicar a grelha *B*, em que, como sabem, há uma primeira ronda de três minutos para cada um dos grupos parlamentares, uma segunda ronda de dois minutos para cada um dos grupos — sendo que a primeira é de pergunta-resposta e a segunda é de resposta individualizada —, e ainda uma terceira ronda, para questões individuais dos Srs. Deputados.

Se todos estiverem de acordo vou suspender os nossos trabalhos para ir receber o nosso depoente de hoje.

Pausa.

Ora, retomando os trabalhos da nossa Comissão, vamos, então, proceder à audição do Sr. Eng.º Carlos Durães da Conceição, na qualidade de ex-Vice-Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA, Participações Públicas, SGPS, S.A., a quem dou as boas-vindas, agradecendo a sua presença.

Esta primeira ronda é uma ronda com pergunta-resposta de cada um dos Srs. Deputados que vai intervir em nome dos grupos parlamentares. Temos uma rotação normal em relação ao Deputado de cada um dos grupos

parlamentares que vai começando a fazer as perguntas. Hoje começamos pelo Grupo Parlamentar do PSD, e pergunto quem é o Sr. Deputado... É o Sr. Deputado Paulo Moniz, a quem dou a palavra para colocar as questões, durante 3 minutos, em pergunta-resposta.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Sr. Eng.º Carlos Durães, sei que foi vogal na PARPÚBLICA, entre 2010 e 2017, e depois presidente, entre 2017 e 2019.

A primeira pergunta que lhe quero fazer tem que ver com o processo de privatização feito pelo Governo do PSD-CDS à data. Queria saber, em primeiro lugar, se se recorda ou teve conhecimento de uma carta do então Presidente da TAP, Fernando Pinto, à PARPÚBLICA, no início de novembro de 2015, dando conta da situação desesperada de tesouraria da TAP, em particular combustível, estacionamento, taxas aeroportuárias, compromissos internacionais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Engenheiro, quando entender.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição** (ex-Vice-Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA, Participações Públicas, SGPS, S.A.): — Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento todos.

Muito obrigado, Sr. Deputado, agradeço-lhe as perguntas. Responderei, naturalmente, na medida do que for do meu conhecimento. Permitam-me, no entanto, duas breves notas prévias.

Primeiro, para corrigir que sou licenciado em Finanças e não engenheiro. Não é que isso seja importante, mas, de qualquer forma, queria deixar também esse sinal. Creio que me chamaram ex-Presidente do

Conselho de Administração da PARPÚBLICA, mas não é o caso. Fui, de facto, vogal durante uns anos no Conselho de Administração da PARPÚBLICA, mas no último mandato fui Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Duas ou três breves notas para situar, ou para me situar, no conjunto do Conselho de Administração da PARPÚBLICA.

Estou há três anos afastado da PARPÚBLICA e, naturalmente, depois de saber que estava convocado para vir aqui à audição da Comissão Parlamentar de Inquérito, revisei a fita do tempo, tomei algumas notas e conto com a minha memória.

Na PARPÚBLICA, sempre o acompanhamento da TAP no âmbito do exercício da função acionista esteve confiado ao Presidente da Comissão Executiva, com uma exceção num período, num intervalo estreito que mediou entre 15 de junho e 24 de julho — 24 de julho foi o último dia em que exerci funções da Comissão Executiva na PARPÚBLICA e, nesse período, a responsabilidade no âmbito do exercício da função acionista para acompanhar a TAP coube a um outro administrador, pelo facto de, no decurso desse mandato, ser quem também coadjuvava o Presidente.

Prestada esta informação, queria dar conta que, de facto, a minha memória aponta para o conhecimento, não estou seguro de que seja de uma carta, mas, de qualquer forma, foi uma informação que chegou à PARPÚBLICA, em que a rotura de tesouraria na TAP era iminente.

Não sei se respondi às questões todas, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, feitas já as correções e precisões, pergunto-lhe, naturalmente, se conhece as conclusões da auditoria do Tribunal de Contas a este processo, onde consta que a PARPÚBLICA teve uma melhoria por desoneração de cerca de 692 milhões de euros e que

a TAP viu assegurada a sua recapitalização por parte do privado no valor de 337 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Sr. Deputado, tive, de facto, conhecimento do relatório da auditoria do Tribunal de Contas e aquilo para que a minha memória aponta é no sentido de conclusões positivas relativamente à auditoria que tinha sido feita. Globalmente positivas, relativamente à auditoria que tinha sido feita na ocasião. Creio que em 2016, não estou seguro, mas deve ter andado por aí. Peço desculpa, em 2018.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, a recapitalização da TAP em 217,5 milhões de euros neste quadro de privatização foi feita através de prestações suplementares para o reforço de capital e obrigava o acionista privado a manter este capital na empresa por um mínimo de 30 anos. E faço-lhe três perguntas que peço que desenvolva, tanto quanto for o seu conhecimento e saber.

Primeira pergunta: a PARPÚBLICA estava confortável com esta operação de privatização?

Segunda pergunta: participou no processo de venda da TAP, enquanto elemento do Conselho de Administração da PARPÚBLICA. Considerou adequadas essas garantias, deste reforço de capital ser perene, isto é, de ter de estar na TAP durante 30 anos e não poder ser retirado?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Peço licença para voltar a uma nota a que fiz referência, de que no âmbito da delegação de competências do Conselho de Administração o acompanhamento desta participada da PARPÚBLICA esteve sempre delegada no Presidente da Comissão Executiva. A natureza desta operação teve um envolvimento estreito, como, naturalmente, sempre tem, da parte do Governo; a interação

foi mantida com os consultores externos da PARPÚBLICA, mas liderada pelo Presidente da Comissão Executiva. Não tenho conhecimento do detalhe da operação, mas perguntou-me se a PARPÚBLICA estava confortável e posso dizer-lhe que não sentimos desconforto com a operação, mas condicionámos a assinatura dos documentos subscritos pela PARPÚBLICA ao recebimento de instruções vinculantes, tendo em atenção — e não é uma crítica — o envolvimento muito acentuado da liderança deste processo por parte do Governo, particularmente do Ministério das Finanças e do Ministério das Infraestruturas.

Não sei se respondi à pergunta do Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Grupo Parlamentar do PS, à data, enviou uma carta à PARPÚBLICA informando que a venda da TAP seria contrária às intenções da maioria parlamentar constituída pelo PS, PCP e Bloco de Esquerda.

A pergunta que lhe faço é como reagiu a PARPÚBLICA a esta pressão do Grupo Parlamentar do PS. Achou legítima esta ingerência política de grupos parlamentares na atividade da PARPÚBLICA? Houve ou não resposta da PARPÚBLICA a esta carta?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Revisitei a fita do tempo, mas não fui tão longe; aliás, não fui a esse detalhe. Não poderei responder diretamente à questão que me coloca, mas em termos do que sempre foi prática da parte da PARPÚBLICA enquanto integrei os órgãos sociais, não estou certo se essa carta mereceu resposta, mas estou certo de que não nos fez mudar de rumo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, o que lhe perguntei é se acha legítima ou não essa interferência e ingerência na PARPÚBLICA.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Nunca interpretei as diversas comunicações, ao longo dos anos que estive na PARPÚBLICA, viessem elas de onde viessem, como ingerência na gestão da PARPÚBLICA. A PARPÚBLICA é uma sociedade instrumental que o Governo, naturalmente, utiliza para a aplicação das suas políticas. Há uma interação estreita com o Governo nestas matérias. Numa parte expressiva, a PARPÚBLICA tem autonomia, nos termos do seu Estatuto. Noutras, naturalmente, daí eu ter falado há pedaço nas instruções vinculantes, certamente tenho mais presente o último período que estive na PARPÚBLICA, na medida em que foi um período atípico, por um conjunto de circunstâncias: a Comissão Executiva ficou reduzida a metade dos seus membros, alguns outros administradores não-executivos também tinham apresentado a renúncia e, portanto, foi um período exigente, foi um período desafiante, mas com características muito próprias e onde também a PARPÚBLICA foi confrontada com o interesse de subscrever os instrumentos jurídico-legais para a reversão da privatização. Nessa altura — posso dizer, porque fui eu que estive, enfim, a liderar a interação com o Governo —, condicionámos a subscrição dessas peças a instruções vinculantes do Governo. Estou certo de que o mesmo aconteceu na data que refere, mas não tenho o detalhe.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, volto a perguntar porque o senhor não me respondeu: acha legítima a interferência de um grupo parlamentar, ou de vários grupos parlamentares, a pressionar a PARPÚBLICA?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Sr. Deputado, tentarei responder — vou tentar, peço desculpa por não estar a compreender a questão.

Se algum grupo parlamentar pressionar a PARPÚBLICA acho que é ilegítimo. Não tenho presente em que condições o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se dirigiu à PARPÚBLICA, não tenho...

(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do Deputado Paulo Moniz.)

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos a ouvir a resposta.

Faça favor de continuar, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Se o disse foi por lapso, não tenho consciência de ter recebido a carta. Tenho informação da notícia, não mais do que isso. Sei que houve, portanto, alguma comunicação nesse sentido, mas não sei se a PARPÚBLICA reagiu formalmente a essa... intromissão — enfim, não foi o termo que o Sr. Deputado utilizou —, ingerência.

Relativamente à situação específica, não estou em condições de poder responder. Tenho a perceção de que não valorizámos, porque não era hábito, não era uma prática da PARPÚBLICA reagir a situações dessas, a não ser que fossem de grande agressividade, e não tenho memória que o tenha sido. Portanto, seguramente, estou a transmitir aquilo que era a cultura da PARPÚBLICA na altura.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Sr. Doutor esteve envolvido no processo, agora de recompra. A que horas é que foi assinado o contrato deste processo?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Desculpe, Sr. Deputado. Dei conta de um período que considero atípico do funcionamento da Comissão Executiva. Foi precisamente nas últimas semanas em que estive no exercício das funções, para as quais fui eleito no dia 31 de janeiro de 2017. Porque é que é atípico um período entre o dia 15 de junho e o dia 24 de julho? Porque, em termos de *governance*, a PARPÚBLICA tem um Conselho de Administração constituído por sete membros. No dia 15 de junho, a Comissão Executiva, que era constituída por quatro membros, ficou reduzida a metade. Faço questão de dizer, num fórum tão qualificado quanto este, que os dois administradores que permaneceram em funções mantiveram um forte compromisso com a PARPÚBLICA.

Porquê 15 de junho e 24 de julho e porque é que agora estou a socorrer-me deste intervalo de tempo? Porque no dia 15 de junho, o Presidente da Comissão Executiva, e que tinha delegação de competências para acompanhar o dossiê TAP, apresentou a carta de renúncia e tomou posse como Secretário de Estado do Tesouro, com delegação de competências do Sr. Ministro das Finanças para tutelar a PARPÚBLICA e delegação de competências para liderar o processo TAP.

Como disse há pedaço, o outro administrador, que coadjuvava o Presidente da Comissão Executiva em matéria de TAP, assumiu essas responsabilidades. Nessas semanas de trabalho, intenso, porque tínhamos outras frentes de combate que não só a TAP — a título de exemplo: é nessa altura que o Governo decide intervir na Efacec, nacionalizando praticamente dois terços do capital, 71,3 % salvo erro, e tínhamos outras frentes de combate —, percebemos que na interação com a nossa tutela... Dizendo de outra forma: o Secretário de Estado do Tesouro privilegiou os contactos relativamente a esse dossiê...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Qual dossiê?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — ... — TAP —, com os consultores externos e com o jurista que na PARPÚBLICA anteriormente o assessorava nestas matérias, em detrimento dos administradores que permaneceram em funções até à eleição dos nossos órgãos sociais.

Porque é que permiti — e peço desculpa por não estar a conseguir ser económico na palavra, como gostaria, para não tirar tempo à Comissão —? É porque nós, a dada altura, sentimos necessidade de realizar um Conselho de Administração — provavelmente é um documento que consta do dossiê da Comissão Parlamentar —, em que deliberámos instar o Governo, na pessoa do Secretário de Estado do Tesouro, tendo em atenção o desconhecimento que estávamos a ter do desenrolar do processo, a condicionar a nossa assinatura à apresentação de uma instrução vinculante. Isto foi no dia 8 de julho de 2020.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Desculpe, 8 de...?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — 8 de julho. Há uma ata do Conselho de Administração, das sete pessoas iniciais constituído apenas por três, dois administradores executivos e uma administradora não-executiva, que, na circunstância, e hoje também, exerce o cargo de Diretora-Geral do Tesouro e Finanças.

Essa ata refere que tratámos de vários temas que diziam respeito ao Conselho de Administração e um ponto: descrevemos a situação e estamos mandatados para... E há uma carta, do dia 10 de julho — provavelmente, os Srs. Deputados também a possuem —, assinada por mim e pelo meu colega administrador, que dirigimos à Chefe de Gabinete, dando conta da informação de que dispúnhamos — ou da informação de que não

dispúnhamos —, onde condicionávamos a assinatura dos instrumentos jurídico-legais conducentes à reversão da privatização à apresentação das respetivas instruções vinculantes.

Isto foi no dia 10. Nos dias 15, 17 e 23 de julho recebemos as instruções vinculantes e, depois de verificadas pela assessoria jurídica interna da PARPÚBLICA, concluímos que estávamos em condições de subscrever essas peças. A minha memória diz-me que foi pela noite dentro do dia 23 de julho; não posso precisar, mas foi ainda no dia 23. Mas tenho bem presente a sala em que recebemos os representantes do escritório de advogados que prestava assessoria neste processo e assinámos as diversas páginas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A que horas?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Entre as 10 horas e a meia-noite.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, então, diz-nos que a determinada altura...

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Sr. Deputado, se me permite, queria só concluir. Peço desculpa pelo atropelo...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se não se importa...

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Já agora, fecho este ciclo. Foi no dia 23 de julho, ao final da noite.

Para caracterizar — e vou procurar ser o mais económico possível na palavra —, quero só recordar que em 2020, em junho, estávamos em plena pandemia, e no dia 12 de março testámos trabalhar de modo remoto, na expectativa de que regressaríamos e depois logo se veria. Já não regressámos e a PARPÚBLICA, como tantas outras organizações, manteve esse registo durante muitos meses, como é sabido. Claro está, no dia 15 de junho, os dois administradores que permaneceram em funções até à eleição dos nossos órgãos sociais regressaram à Rua de Santa Marta. Achámos que tínhamos melhores condições e, naturalmente, a colaboração de algumas pessoas.

No dia 24 de julho, de manhã cedo, como era nosso hábito, iniciámos o nosso dia de trabalho, mas não tínhamos a expectativa de que ele fosse tão longo. É que no dia 24 de julho, uma sexta-feira, entre as 18 horas e as 19 horas — e aí posso precisar, por razões que os Srs. Deputados compreenderão —, recebi um telefonema do Sr. Secretário de Estado do Tesouro, o único telefonema que recebi durante esse período, para me informar que tinha sido realizada uma assembleia geral da PARPÚBLICA e que tinham sido eleitos os novos órgãos sociais, que se apresentariam na segunda-feira seguinte. E fomos disponibilizados a estar na segunda-feira para receber a nova equipa.

Dei conta de que tínhamos em preparação um conjunto de informação a que chamámos «pasta de transferência» e que iríamos, durante o sábado e o domingo, fechar esses dossiês. Foi o nosso último dia de trabalho na PARPÚBLICA e, relativamente à pasta de transferência, tive o gosto de passados alguns dias ser cumprimentado pelo Sr. Presidente da Comissão Executiva pela qualidade da informação que recebeu e pela utilidade que estava a ter.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Doutor, ficou claro que os senhores foram postos à margem pela PARPÚBLICA, tiveram de os encostar à parede

para ter as informações, e podemos então concluir, disse que disse, que as instruções vinculantes foram recebidas na recompra e não na privatização da companhia.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Quando nos encontramos num mesmo espaço para produzir trabalho e não escolhemos as equipas — se me permitem, os meus cabelos bancos talvez me permitam dizer isto —, o risco de nos cruzarmos com pessoas de perfil centralizador é algum. Portanto, reconhecidamente, o Presidente da Comissão Executiva é uma pessoa com um perfil centralizador.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Nome...?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — À altura, Presidente da Comissão Executiva, que apresentou a carta de renúncia no dia 15 de junho e, nesse mesmo dia, tomou posse como Secretário de Estado do Tesouro.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Qual é o nome?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Dr. Miguel Cruz.

E depois as pessoas conformam-se — neste caso, a minha pessoa — ou não em conviver com pessoas com esse perfil, que não é, seguramente, o meu, como o mercado reconhecidamente sabe, porque o meu percurso de vida profissional é longo, como os senhores, enfim, provavelmente, imaginam. Mas depois as pessoas... E é o meu caso. E digo isto antes que me perguntem porque é que não renunciei, porque, de facto, fui o único que durante todo o mandato se manteve em funções. De facto, devo dizer que no âmbito da delegação de competências que me coube — e não era tão estreito quanto isso — foram-me dadas as condições para eu poder trabalhar com a

minha equipa. Costumo criar facilmente compromissos com a minha equipa de trabalho e tive a possibilidade de me sentir realizado e a oportunidade de ser cumprimentado pelos nossos *stakeholders*, quer participadas, quer membros do Governo.

Há pedaço falei — neste caso concreto do atual Governo —, dei conta, recordei aos Srs. Deputados que foi precisamente neste período que o Governo decidiu intervir na Efacec. Coube ao Gabinete do Sr. Ministro da Economia e ao Gabinete do Sr. Secretário de Estado das Finanças, pelo Governo, liderar esta operação; coube à PARPÚBLICA desencadear o processo com vista à reprivatização. Posso assegurar ou testemunhar que foi um mês e meio de trabalho intenso, diário e durante muitas horas, e tive o gosto de ser cumprimentado pelo Sr. Secretário de Estado das Finanças João Nuno Mendes pelo meu trabalho — era eu quem liderava a operação — e da minha equipa.

Portanto, quero dizer que no âmbito da delegação de competências, na parte que me diz respeito, eu estava suficientemente fornecido com o material e tive condições para trabalhar, porque também, como dizia, não tenho grande dificuldade em criar compromissos com a minha equipa. Tenho um método de trabalho que passa por fazer circular a informação — ao contrário das pessoas centralizadoras —, produzo ou faço produzir relatórios de progresso, partilho com os meus pares, partilho com os meus colaboradores, quando as circunstâncias o justificam partilho com a pessoa a quem reporto. Enquanto Vice-Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA fui também Presidente da Sociedade Gestora da Margueira, que é detida a 50 % pela PARPÚBLICA, mas tem, ou tinha, como acionistas cinco bancos — e só refiro isto porque o reporte é mais fino, são entidades externas —, e não deixei de ser cumprimentado quer pelos meus colegas, quer pelo Sr. Secretário de Estado do Tesouro, quando, na

altura, procedemos ao encerramento da sociedade, processo que decorria nos últimos 20 anos.

Estou certo de que me desviei da sua pergunta, peço desculpa, mas não foi intencional. Se quiser fazer-me o favor de a colocar outra vez...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A pergunta que lhe fiz foi a seguinte: concluindo, então, as instruções vinculativas que foram recebidas na recompra e não na privatização.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Sr. Deputado, não sei se a resposta satisfará, mas estas instruções vinculantes tiveram que ver com o financiamento e a reestruturação do Grupo TAP; teve que ver, designadamente, com a reversão da privatização correspondente a 22,5 %, que foi, nesta fase do processo, parqueada na Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Há pedaço referi que, da parte dos administradores não-executivos, neste período, não houve interação, praticamente — acabei de dizer que houve comunicações escritas da nossa parte —, mas não excludo que, da parte da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, acionista da PARPÚBLICA, não tenha havido uma interação mais próxima.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir agora...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, desculpe, eu não consigo perceber a resposta, certamente por dificuldade minha, porque o Sr. Doutor diz que não sabe, ou não tem conhecimento, se houve interações, quando diz que ele e o colega eram os dois únicos que restavam na Administração, de

maneira que, se não era o Sr. Doutor, fico confuso quem é que poderia ser, porque percebi que era só o Sr. Doutor...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, se pudesse, pedia-lhe só que precisasse esta questão para passarmos ao Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Muito brevemente: administradores da PARPÚBLICA com responsabilidades executivas éramos eu e um colega meu —...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ah!

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — ... certo, certo! —, mas depois há o acionista da PARPÚBLICA, que é a Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

O que eu quis dizer é que assumi que da parte do Secretário de Estado do Tesouro com a PARPÚBLICA, com os dois administradores que permaneceram em funções até à eleição, não houve interação, mas não excluo que tenha havido com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que é acionista da PARPÚBLICA.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Filipe Melo, pelo Grupo Parlamentar do Chega.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e o Sr. Doutor...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, deixe-me só dizer o seguinte: Sr. Doutor, se por qualquer razão entender que devemos suspender um pouco os trabalhos, parar, fazer um intervalo, esteja sempre à vontade — aliás, assim como qualquer um dos membros da nossa Comissão —, para que depois possamos prosseguir.

Peço desculpa, Sr. Deputado. Faça favor de continuar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Carlos Durães.

Obrigado por ter vindo prestar estes esclarecimentos, que me parecem fundamentais, até porque o Sr. Doutor é uma peça muito importante nesta Comissão de Inquérito, uma vez que, enquanto Vogal do Conselho de Administração, esteve envolvido no processo de privatização e depois, mais tarde, já como Vice-Presidente da PARPÚBLICA, esteve envolvido também no processo de recompra, de nacionalização.

Tendo em conta isto, Sr. Doutor, a primeira pergunta que gostava de lhe fazer é para saber se, na sua opinião, e dado o seu percurso profissional — como o Sr. Doutor disse, e bem, nós devemos conhecê-lo, e eu tive o cuidado de o analisar bastante bem —, sendo um homem muito experiente nesta área do negócio, não acha que há uma promiscuidade muito grande, muito grande, entre o poder político e, neste caso em concreto, a TAP.

Fundamento esta minha questão com isto: o Dr. Miguel Cruz, Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA, sai da PARPÚBLICA para Secretário de Estado do Tesouro do antigo Ministro João Leão, que, passados uns tempos, e depois de terem rebentado algumas polémicas, toma posse, em agosto do ano passado, como Presidente da IP (Infraestruturas de Portugal); ponto n.º 2, Alexandra Reis sai do Conselho de Administração da TAP, passa para Presidente do Conselho de Administração

da NAV (Navegação Aérea de Portugal) e acaba onde? Imagine-se! Secretária de Estado do Tesouro.

Portanto, sendo a PARPÚBLICA acionista da TAP, temos o Dr. Miguel Cruz, que sai da PARPÚBLICA para ocupar o lugar de Secretário de Estado do Tesouro, que é precisamente quem tutela a TAP, e Alexandra Reis, que sai da TAP, com uma curta passagem pela NAV, e vai parar a Secretária de Estado do Tesouro, para tutelar, precisamente, as empresas onde esteve.

Sr. Doutor, esta é a questão: na sua opinião — e sei que nos vai responder com a máxima frontalidade —, há ou não há uma enorme ingerência, interferência e quase um abuso de poder entre a política, ou o poder político, e a gestão destas empresas?

Pausa.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Sr. Deputado Filipe Melo, peço desculpa pelo tempo de processamento das questões que colocou. Eu gostava de não ser deselegante na resposta e, por isso, vou procurar encontrar uma resposta que, não sendo deselegante, possa responder.

Sr. Deputado, creio que deu conta, e estou seguro de que num foro qualificado como é a Comissão Parlamentar de Inquérito, relativamente às pessoas que aqui vêm depor têm o cuidado de olhar para o percurso profissional de cada um.

Aquilo que posso dizer é que desempenhei cargos de grande responsabilidade, quer no setor público, quer no setor privado. Fui diretor-geral de dois bancos, fui diretor-geral de algumas direções-gerais, a Direção-Geral do Património e a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em situações particularmente difíceis, exigentes, desafiantes, onde gostei muito de estar.

Estive estes anos na PARPÚBLICA, onde, apesar de o perfil de alguns dos presidentes com quem interagi ter uma natureza que chamei há pedaço

de centralizadora — e isso não é gratificante, é muito mais gratificante trabalhar com outras pessoas —, tive o gosto de, com dois dos quatro presidentes com quem trabalhei no início dos meus mandatos, ter pessoas que colaboravam em termos de circulação de informação, e isso é muito mais gratificante.

Mas, como disse há pedaço, quando não escolhemos as equipas corremos esse risco, e depois temos dois caminhos: ou apresentamos a renúncia — e eu, se algumas vezes o ponderei, nunca o concretizei, porque, quando assumo responsabilidades gosto de as levar até ao fim — ou, naturalmente, ajustamo-nos à circunstância.

Foi isso que eu fiz. Nos mandatos em que o perfil dos meus colegas presidentes não era do meu agrado, não deixei de fazer o esforço e de fazer as cedências construtivas que achava que devia fazer, e estou certo de que do outro lado também assim foi. Eu, no exercício desses cargos, nunca tive um percurso semelhante a esses que acaba de referir.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, não querendo abusar da sua tolerância, e apesar de ter percebido a resposta do Sr. Dr. Carlos Durães, bem como a cortesia no uso das palavras, penso que seria de o Sr. Presidente, se possível, pedir ao Sr. Doutor que respondesse expressamente e com as palavras todas à questão que coloquei: dada a experiência e os muitos anos que tem como gestor de empresas, tanto públicas como privadas, há ou não um claro caso de ingerência política, de interferência política — e até podemos mesmo dizer de promiscuidade — entre o poder político e a gestão destas empresas?

O Sr. Doutor respondeu, e bem, dizendo que, pessoalmente, nunca fez nem faria tal coisa, mas não respondeu à questão objetiva, que não se reportava naturalmente ao Sr. Dr. Carlos Durães, que sabemos que não interferiria dessa forma.

Portanto, reforço, se o Sr. Presidente não se importar, o pedido para que o Sr. Dr. Carlos Durães responda objetivamente aos nomes que coloquei em questão e à ingerência e interferência, novamente, do poder político nestas empresas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, assim como o Sr. Deputado é livre de fazer as perguntas, o Sr. Doutor, que está connosco, é livre de dar a resposta que entender.

Penso que ele deu uma resposta muito completa e muito elegante, como o Sr. Doutor acabou por referir, e, aliás, o Sr. Deputado disse que respondeu, e bem.

Pedia-lhe que prosseguisse, e o Sr. Doutor, se quiser continuar e retomar, de alguma forma, alguma questão que tenha ficado por responder, tem tempo ilimitado para nós o ouvirmos.

No caso do Sr. Deputado, pedia-lhe que continuasse o seu questionário, e o Sr. Doutor, se assim entender, poderá responder de forma diferente, que eventualmente seja mais satisfatória para o Sr. Deputado.

Portanto, Sr. Deputado, eu pedia-lhe que continuasse. Faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, agradeço a sua resposta e peço-lhe novamente, antes de passar para a última questão que tenho a colocar nesta ronda, que, mantendo a verticalidade, mas deixando a cordialidade, responda abertamente à questão que lhe coloquei.

A última questão: sendo a PARPÚBLICA acionista — já não estava, naturalmente, o Sr. Doutor a exercer funções na PARPÚBLICA—, neste processo da Eng.^a Alexandra Reis, acha normal tanto a PARPÚBLICA como a Direção-Geral do Tesouro não terem sido informadas de ponto algum relativamente ao processo de saída da Eng.^a Alexandra Reis e ao seu processo de indemnização?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pelas perguntas, que são duas.

Relativamente à primeira, para concluir o melhor que posso, vou fazer um esforço, porque coloca várias situações, e vou-me pronunciar por aquela que conheço melhor, que vivenciei e que não apreciei.

No momento próprio, embora não tivesse de ser ouvido, questioneei a desnecessidade de, no dia 15 de junho, reduzir a metade os membros da Comissão Executiva da PARPÚBLICA, com a renúncia do Presidente da Comissão Executiva, que me pareceu perfeitamente normal, na medida em que foi desafiado, foi convidado para exercer um cargo político de relevo, de importância, que acho que — já que estou a falar na pessoa — tem capacidade para exercer. Quando digo «desnecessidade» é porque no dia seguinte, no dia 16 de junho, a CFO (*chief financial officer*) da PARPÚBLICA apresentou a renúncia. E é essa a desnecessidade.

Relativamente ao primeiro não comentário, eu provavelmente faria o mesmo. Mas tive a oportunidade de fazer sentir a desnecessidade, porque havia soluções alternativas, mais não seja porque a informação que tínhamos era que a todo o tempo seriam eleitos novos órgãos sociais. Portanto, poderia haver ali uma situação interina. E interpretei isso como uma enorme falta de respeito para com a PARPÚBLICA, porque a PARPÚBLICA, como referi há pedaço, não estava só a liderar o processo da TAP.

O Governo, nessa ocasião, sentiu necessidade de intervir na Efacec. Nós estávamos num período crítico da pandemia. Nós estávamos no nosso trabalho regular, a interagir com as nossas participadas. Nós estávamos a alienar participações não estratégicas, minoritárias da PARPÚBLICA— a título de exemplo, a Cruz Vermelha Portuguesa – Sociedade Gestora Hospitalar, a Isotal – Imobiliária do Sotavento do Algarve, recebemos manifestações de interesse para o Circuito do Estoril. Estávamos num

momento crítico, que é sempre crítico para a PARPÚBLICA, que é o fecho das contas do semestre, porque, como *holding*, tem de consolidar com todas as suas participadas. É um trabalho de grande exigência às equipas da PARPÚBLICA e às equipas das participadas, em que transversalmente somos chamados a responder, mas em que o envolvimento, o comprometimento do CFO é fundamental.

Portanto, relativamente a esta matéria, dou-lhe este testemunho. Sendo o Dr. Miguel Cruz Presidente da PARPÚBLICA, e havendo na orgânica do Ministério das Finanças duas secretarias de Estado — a Secretaria de Estado das Finanças e a Secretaria de Estado do Tesouro —, tendo em atenção que até aí quem liderava o processo da TAP era o Dr. João Nuno Mendes, foi com surpresa que vi a delegação de competências do Dr. Miguel Cruz, que tinha acabado de sair de Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA, para tutelar a PARPÚBLICA, da mesma maneira que o vi, também com surpresa, liderar o processo da TAP.

Mais, acho que não devo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Usa agora da palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, posso só confirmar uma coisa rápida? Na preparação para esta audição, tinha tirado, do *site* da PARPÚBLICA, a informação de que o Sr. Dr. Carlos Durães da Conceição tinha estado na PARPÚBLICA de 2013 a 2019.

Mas, há pouco, pareceu-me que, afinal, também estive até ao meio de 2020. É só para não estar a fazer perguntas sobre um ano em que, afinal, o Sr. Doutor não estava lá.

Não sei se tem essa informação, sem eu ter de perguntar.

O Sr. **Presidente**: — Como sabe, a proposta de audição é dos Srs. Deputados, e ela foi marcada em função disso.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo.

O Sr. **Presidente**: — Sobre respostas do seu percurso profissional, temos aqui precisamente quem fez esse percurso profissional.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Simpaticamente, já me deu a resposta, Sr. Presidente, obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, acho que é uma pergunta que já fez à Mesa, e estou convencido que o Sr. Doutor irá responder a essa questão.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pode começar, então, o seu questionário, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Dr. Carlos Durães da Conceição e pergunto-lhe, apesar de já ter dito que esteve pouco a par do processo de privatização em 2015, se a PARPÚBLICA estava a par do processo dos fundos Airbus para a capitalização, feita pelo Sr. Neeleman para a TAP em 2015, e se, na altura, viram algum problema jurídico. Porque o que nós temos é pareceres a indicar que não há nenhum problema e a dizer que os aviões até estão abaixo dos valores do mercado, e temos estudos mais recentes a dizer que há um

problema, que pode haver uma situação de assistência financeira e que os aviões estão acima de valores do mercado.

Por isso, qual é que foi, afinal, a análise da PARPÚBLICA, quer em 2015, quer depois na recompra, onde isto voltou a ser analisado?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Bernardo Blanco, pelas perguntas.

Para esclarecer o percurso na PARPÚBLICA: eu iniciei funções em 17 de maio de 2010 e deixei a PARPÚBLICA em 24 de julho de 2020. Foram três mandatos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Já referi que, no âmbito da delegação de competências na PARPÚBLICA, a TAP esteve sempre delegada no Presidente da Comissão Executiva. E se há pessoas que, no exercício dos cargos de gestão, fazem circular a informação, quer num momento, quer no outro, o perfil das pessoas que exerciam os cargos de Presidente da Comissão Executiva, sendo pessoas diferentes, era muito semelhante, no sentido de centralizar.

Sei que houve uma interação forte com a tutela, mas nem eu, nem o meu colega — na altura, a Comissão Executiva era constituída por três pessoas —, tivemos conhecimento de detalhe da operação.

Relativamente aos fundos Airbus que refere, só muito mais tarde ouvi falar, mas não tenho conhecimento de nenhum documento. Nunca tive oportunidade de ter acesso a nenhum documento sobre este tema.

E é isto que posso dizer ao Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Em relação à recompra, aí, sim, já estive envolvido, certo?

O Sr. **Presidente**: — Já está dada a resposta, Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E gostaria de saber se a PARPÚBLICA esteve envolvida no processo inicial da recompra, por exemplo, no Memorando de Entendimento.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Pedindo desculpa se me repetir, tenho a percepção que já dei alguma informação sobre esse processo em particular, referindo que até ao dia 15 de junho quem, na PARPÚBLICA, tinha a delegação de competências para acompanhar a TAP era o Presidente da Comissão Executiva.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — 15 de junho de 2020, e que, no dia 15 de junho, assume a pasta da Secretaria de Estado do Tesouro.

Se tiver oportunidade de ler, quer a ata do Conselho de Administração do dia 8 de julho, quer a carta que dirigimos à Chefe de Gabinete informando da necessidade de termos uma instrução vinculante para assinar os documentos, julgo que deduzirá facilmente o desconhecimento que, em particular, os dois administradores tinham relativamente ao processo.

Eu julgo — se rapidamente conseguir encontrar a carta — que, na carta, nós até nos interrogamos, relativamente ao Memorando de Entendimento, se a versão que conhecemos corresponde ao real.

Portanto, a PARPÚBLICA, neste processo, relativamente à assinatura dos instrumentos jurídicos que levaram à reversão da privatização, assumidamente e formalmente, condicionou a assinatura destes documentos, tendo em atenção que não estava a acompanhar o processo. O processo foi, quase que em exclusivo, objeto de interação entre o Secretário de Estado do Tesouro e os consultores externos. E um jurista que, na PARPÚBLICA, assessorava o Presidente da Comissão Executiva.

Em termos de documentação, tenho a ata do Conselho de Administração do dia 8 de julho presente e tenho a carta de 10 de julho. Tenho presente uma reunião de trabalho por Zoom em que, talvez no dia 22 de julho...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, posso?

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado, o Sr. Doutor está no...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, então, de precisar a questão.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu agradeço...

O Sr. **Presidente**: — Desculpe, Sr. Deputado: Sr. Doutor, se nos permitir esta interrupção...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Se calhar fui eu que me expressei mal: estou a falar da recompra de 2017. O Sr. Doutor estava a responder sobre a recompra de 2020, e a minha pergunta era sobre a de 2017.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, 2017.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu sei que já houve várias, não é um problema, mas é sobre a de 2017, desculpe. (*Risos.*)

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, pode continuar, precisando em relação à de 2017.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Tenho mais presente, como deve imaginar, os factos que se passaram nos últimos meses que estive no Conselho de Administração da PARPÚBLICA.

Não tenho presente, não tenho informação que possa facilitar, facultar. Como digo, foi uma operação feita muito em circuito fechado, entre o Presidente da Comissão Executiva da PARPÚBLICA e a tutela.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A de 2017?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — A de 2017 também.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Doutor, não quero estar a ser muito persistente, mas o Sr. Doutor também assinou os acordos, certo?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Se me der licença, muito obrigado.

Admiti que já o tivesse dito: qualquer assinatura minha que quem quer que seja encontre em documentos da TAP foi precedida daquilo que achei — e eventualmente alguns colegas meus — imperativo que houvesse, uma instrução vinculante da parte do acionista, fosse o Secretário de Estado do Tesouro — na maior parte das vezes os documentos eram subscritos pelo Secretário de Estado do Tesouro — ou uma deliberação social unânime, por escrito da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que é acionista da PARPÚBLICA.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Doutor, já percebi isto, mas estes acordos... Quero dizer, isto não é coisa pouca, não é?

Estamos a renacionalizar uma empresa, o Estado passou a ter apenas 5 % dos direitos, em empréstimo obrigacionista de 30 milhões, mais todas aquelas cláusulas de que já falávamos dos 217 milhões, e o Sr. Doutor assinou acordos com cento e tal páginas.

Por isso, tem de estar em condições de responder às perguntas que estou a fazer, não é?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela forma como coloca a questão.

Nós temos um acionista e raras são as vezes em que a PARPÚBLICA condiciona a execução de qualquer ação a uma instrução vinculante do acionista.

O acionista tem o direito de desenhar a operação nas condições que melhor achar e, no caso em apreço, que defendem os interesses públicos. No caso concreto da PARPÚBLICA— e seguramente, quando ouvirem os presidentes da Comissão Executiva, eles estarão em melhores condições de poderem prestar uma informação de detalhe de como é que essa interação

ocorreu —, o que quero deixar dito é que, enquanto membros do Conselho de Administração, não fomos mantidos a par das negociações.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, o Sr. Doutor foi instruído a assinar e não sabia aquilo que estava a assinar?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Eu sei o que estava a assinar. Como fiz parte do conjunto de pessoas que condicionaram a assinatura a uma instrução vinculante entendo que isso não me dá o direito de me pronunciar sobre o mérito da decisão, e isso não farei. Mas, como Administrador da PARPÚBLICA e tendo recebido uma instrução vinculante do acionista, não restava outro caminho que não fosse assinar, depois de verificar se os atos estavam regulares em termos formais, não mais do que isso. A decisão nestes processos, a responsabilidade pelo desenho da operação nestes processos é do Governo. E, na interação com a PARPÚBLICA, de uma maneira geral, é dos dois ministérios: o da tutela setorial e o Ministério das Finanças.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Doutor, por exemplo, o acordo parassocial, para o qual estou a olhar neste momento, só tem duas assinaturas do lado do Estado, que é a do Sr. Dr. Miguel Cruz, que era o Presidente da PARPÚBLICA, e a do Sr. Doutor. Por isso, estavam a representar o acionista e, conseqüentemente, estavam a representar todos os portugueses nesta operação. É um acordo de cento e tal páginas, com todas aquelas implicações financeiras que eu disse há pouco.

Por isso, não é apenas a parte formal: o Sr. Doutor estava a acordar aquilo tudo com o acionista privado e, por isso, havia toda uma parte financeira, de se isto seria positivo ou não — e não foi — para os

contribuintes, que também tem de assegurar quando assina. Ou bastava o Ministério das Finanças dizer-lhe para assinar e a PARPÚBLICA assinava?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — A PARPÚBLICA é uma sociedade instrumental que, em momentos em que os governos decidem intervir em algumas das empresas que estão na carteira da PARPÚBLICA, há momentos em que a autonomia de gestão da PARPÚBLICA não é suficiente para assumir responsabilidades.

Neste caso concreto, não posso dar conta do desenvolvimento do processo até chegar ao fecho da operação, porque não acompanhei, como referi, não estava na minha delegação de competências acompanhar e a informação partilhada era escassa. Mas, como refere, as assinaturas dos documentos foram precedidas de instruções do Governo na figura jurídica da instituição vinculante ou da deliberação social unânime por escrito.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por exemplo, o facto de aquela cláusula dos fundos, dos 217 milhões terem de lá ficar 30 anos, e depois o Governo de António Costa ter retirado essa cláusula. O Sr. Doutor não sabe porque é que isso aconteceu?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Desconheço em absoluto.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — No acordo que assinou, o empréstimo obrigacionista passou de 120 milhões da Azul para 90 milhões da Azul mais 30 milhões do Estado, uma obrigação acrescida em 30 milhões. O Sr. Doutor assinou o acordo, mas também não sabe o que é que aconteceu?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Corro o risco de me repetir, mas não é possível.

Tendo em atenção as responsabilidades que tinha na PARPÚBLICA, a questão das duas assinaturas era porque a PARPÚBLICA era obrigada, obrigava-se, através das assinaturas, e foi isso que aconteceu. Tendo, quem tinha, a delegação de competências por parte da PARPÚBLICA para conduzir o processo e havendo uma instrução vinculante por parte do acionista, demos cumprimento a essa instrução.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Assumo que, ao longo de todo o acordo que assinou — pelo que percebo — o Sr. Doutor não sabe porque é que as coisas estão lá.

É, obviamente, responsabilidade sua. A mim inquieta-me um pouco como é que estes acordos de cento e tal páginas, em que o Estado fica a perder em muitos casos, a PARPÚBLICA assina sem saber porquê, e apenas assina porque o Governo, supostamente, dá autorizações.

Mas então, não estando no processo de privatização e neste, estando, assinou os acordos todos, mas diz que não sabe nada do que se passou, efetivamente, não tenho perguntas a fazer. Não há mais, não há nenhuma questão a colocar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Doutor, quer dar algum tipo de resposta sobre esta questão?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sr. Deputado, pela forma como coloca a questão.
(*Risos.*)

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não foi nenhuma questão, foi um desabafo!

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Foi a apreciação.

Tive a oportunidade de dar conta — e dei conta, julgo que logo no início desta sessão de trabalhos —, que o meu conhecimento, relativamente ao dossiê TAP, era escasso, na medida em que não estava na minha delegação de competências, tinha outras frentes para responder.

Da informação que chegava à Comissão Executiva, do desenvolvimento das várias fases do processo, houve situações — e referi todas elas —, e testemunho, que o envolvimento do Governo é total neste tipo de operações. Mas foi em 2020, em 2017, foi em 2015, portanto, há um padrão, isso eu posso testemunhar. Quase diria que a PARPÚBLICA se desloca para o Terreiro do Paço.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Passamos agora ao Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

Faça favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde, Dr. Carlos Durães.

Pode repetir aquilo que acabou de dizer, se faz favor?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Bruno Dias. Estou certo de que ouviu bem.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pareceu-me ouvi-lo dizer que há um padrão de que a PARPÚBLICA se desloca para o Terreiro do Paço, uma coisa parecida com isto. Foi exatamente isto ou foi mais ou menos?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Foi exatamente isto. Já tive a oportunidade de referir que a PARPÚBLICA é uma sociedade

instrumental que o Governo utiliza para intervir em algumas empresas do setor empresarial do Estado, em particular aquelas que estão... E não só, a PARPÚBLICA funciona como assessor do Ministério das Finanças.

Aquilo que eu quis dizer, e espero não alterar nada, é que quando estas operações estão a ser avaliadas encontrei a figura de que a PARPÚBLICA se instala no Ministério das Finanças, sim.

No decurso da minha intervenção, e a propósito de um período que tenho mais presente, que é o período em que a Comissão Executiva fica reduzida à metade dos seus membros, já tive a oportunidade de dar conta aos Srs. Deputados de qual o comportamento que tivemos e, também, qual a reação que houve por parte do gabinete do Secretário de Estado do Tesouro. Tive a oportunidade de dar conta que, nesse período, a interação relativamente à reversão da privatização foi, maioritariamente, tida pelo Secretário de Estado do Tesouro com os assessores contratados pela PARPÚBLICA e com o assessor jurídico que, na PARPÚBLICA, enquanto Presidente da Comissão Executiva, lhe prestava assessoria, em detrimento dos dois administradores. Isto levou os dois administradores, a quem competia assinar aqueles documentos, a exigir instruções vinculativas, que ocorreram nos dias 15, 17 e 23 de julho.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Esse enquadramento ajuda, diria, a compreender um pouco melhor, chamemos-lhe assim, a assimetria de informação, ou a diferença de informação, entre o Presidente da PARPÚBLICA e os vogais da Administração.

É disso que estamos a falar, ao fim e ao cabo?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Perfeito, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em todo o caso, vou colocar a seguinte pergunta, para voltar ao tema dos chamados fundos Airbus.

O negócio do Sr. David Neeleman com a Airbus, sobre aquilo que viria a ser a futura compra de 53 aeronaves pela TAP, que permitiu a David Neeleman comprar a TAP com dinheiro da própria TAP, foi mantido secreto até há poucos meses, não aparecendo, sequer, mencionado na auditoria do Tribunal de Contas à reprivatização da TAP.

Se a PARPÚBLICA conhecia, se o Dr. Carlos Durães conhecia, pergunto porque é que considera que seja o motivo para não haver qualquer referência a esta questão nos relatórios e contas da PARPÚBLICA e se a documentação foi enviada para o Tribunal de Contas.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Eu nunca fui informado da operação. Conheço o conteúdo dos relatórios, pelo menos até 2019, em 2020 já não. Mas a convicção — e nessa altura acompanhei como membro da Comissão Executiva, não me competia, naturalmente, tendo em atenção que não estava no âmbito da minha delegação de competências, mas sei que houve instruções muito claras para quem na PARPÚBLICA os estava a assessorar — que tenho é que toda a informação que estava disponível foi facultada ao Tribunal de Contas. Vivo com essa convicção.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sobre a questão da informação a ser facultada ao Tribunal de Contas, ouvi e registo a sua resposta.

Relativamente à ausência desta matéria nos relatórios e contas da PARPÚBLICA, tem alguma explicação que possa partilhar connosco?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Não tenho explicação e o argumento, em certa medida, é o que posso utilizar: nem era Presidente da

Comissão Executiva e, portanto, não tinha a delegação de competências nesta matéria, nem era CFO, que tem a obrigação de cuidar destes temas.

Nunca fui informado desta operação, razão pela qual a questão nunca foi levantada.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu diria que à luz do normal funcionamento da PARPÚBLICA, o que seria normal é que essa documentação fosse considerada, quer nos relatórios e contas, quer noutra documentação a jusante desses momentos, porque aquilo que se verifica é que a TAP foi oferecida ao Sr. David Neeleman e isso foi escondido do País.

Queria colocar uma segunda questão, que tem que ver com, digamos assim, o buraco nas contas da TAP.

Em 2015, 61 % da TAP foram vendidos por 10 milhões de euros. Seguem-se quatro anos de gestão privada, com tudo o que já fomos conhecendo neste inquérito. Com a pandemia, os privados abandonam a TAP e não a capitalizaram.

A Comissão Europeia faz, então, as contas: a pandemia custou à TAP 640,5 milhões de euros, nem mais um tostão. Para qualquer outro apoio, a Comissão Europeia exige uma reestruturação. É feita a reestruturação para injetar 2,6 mil milhões de euros, que faziam falta na TAP.

Ora, só vejo três hipóteses: ou as contas da Comissão Europeia foram feitas por baixo, porque a discrepância é enorme; ou nos quatro anos de gestão privada foi aberto um buraco gigantesco nas contas da TAP; ou ambas as hipóteses são verdadeiras.

Pergunto, que análise é que a PARPÚBLICA fez desta questão, deste processo, desta evolução relativamente aos resultados da companhia?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Peço desculpa por não poder satisfazer o seu interesse, mas por todas as razões que invoquei não

estou em condições de poder dar uma informação detalhada e justificando a razão de ser da operação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Usa agora da palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada Sr.^a Presidente. Dr. Carlos Durães, deixe-me retomar só aqui uma questão, para ter a certeza de que compreendemos.

Em 2016-2017, o Estado decide recomprar uma participação, subindo a participação da PARPÚBLICA até 50 % e, portanto, ficando com uma parte da Atlantic Gateway. No relatório do Tribunal de Contas é dito, ou a PARPÚBLICA terá dito ao Tribunal de Contas que não teve acesso à globalidade da documentação, nem participou nas negociações, enfim, não teve acesso aos documentos jurídicos desta negociação, em 2016.

A minha pergunta é a seguinte: quem é que deu esta informação ao Tribunal de Contas, que depois é vertida no relatório?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Tendo em atenção a informação que já disponibilizei, tenho bastante dificuldade em poder responder, de uma forma assertiva, à pergunta que me faz.

A PARPÚBLICA tem um conjunto de pessoas, e algumas das quais acompanharam este dossiê da TAP, e é a essas pessoas que se pede que seja coligida a informação, coordenada pelo Presidente da Comissão Executiva, que é quem tem um conhecimento do dossiê com grande detalhe.

Não sei se a minha pergunta a satisfaz.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim. A minha pergunta é se, nesse momento, em 2016, quando há a recompra do capital, e é claro que os administradores da PARPÚBLICA, já ficou claro, foram afastados dessa negociação, mas o Presidente da PARPÚBLICA não ficou afastado, correto?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Exatamente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não é correto dizer que a PARPÚBLICA tenha sido afastada. A PARPÚBLICA, enquanto instituição, através do seu Presidente — e não estou a dizer se é bom ou mau —, acompanhou esse processo.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Sr.^a Deputada, confirmo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Depois desse momento, entra a pandemia e há a necessidade de injetar dinheiro na TAP, e iniciam-se negociações com os acionistas privados da TAP sobre essa injeção. Acompanhou essas negociações?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Não acompanhei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E quem é que centralizava essas negociações?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — O Presidente da Comissão Executiva.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, foi apenas o Presidente da Comissão Executiva quem fez a negociação sobre a capitalização da TAP,

nesse momento, e a difícil negociação com os acionistas privados, o que acabou por dar origem à primeira nacionalização? Enfim, primeira, segunda, isto é tudo muito confuso.

O Sr. Dr. Carlos Durães da Conceição: — Confirmo.

A Sr.ª Mariana Mortágua (BE): — Sim, primeira e depois aumentou.

O Sr. Dr. Carlos Durães da Conceição: — Confirmo.

A Sr.ª Mariana Mortágua (BE): — É neste momento, em que David Neeleman acaba por sair deste negócio, a PARPÚBLICA recupera o controlo da TAP e depois vem a aumentar ainda a sua participação, é neste contexto que o Presidente da Comissão Executiva renuncia à presidência da PARPÚBLICA, nomeadamente em junho de 2020, quando estava em curso esta negociação com o acionista privado, e que a CFO se demite deixando a PARPÚBLICA com dois administradores. É isto?

O Sr. Dr. Carlos Durães da Conceição: — Exatamente, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Mariana Mortágua (BE): — E, quando o acordo com David Neeleman é fechado e a PARPÚBLICA, de facto, recupera o controlo da empresa, a PARPÚBLICA ainda está nesta situação de ter dois administradores ou já recuperou um Conselho de Administração?

O Sr. Dr. Carlos Durães da Conceição: — Os instrumentos jurídico-legais que conduziram à reversão da privatização são assinados em 23 de julho e a eleição dos novos órgãos sociais ocorre em 24 de julho.

Portanto, a Comissão Executiva, o Conselho de Administração de sete membros, reduzido na altura a três — dois executivos e um não-executivo — cessa funções meia dúzia de horas depois de assinar os documentos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E destes sete, saiu o Presidente da Comissão Executiva, saiu também a CFO. Porquê é que saiu a CFO?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — A resposta simples é porque foi para Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro.

Risos do Deputado do PSD Paulo Moniz.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, falta explicar a saída de outros membros, porque estavam sete e só ficaram três.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Infelizmente — estive 10 anos na PARPÚBLICA e nunca tal se verificou —, diria que é a tempestade perfeita.

No dia 31 de janeiro de 2017 são eleitos...

O modelo de *governance* da PARPÚBLICA comporta sete membros no Conselho de Administração: três não-executivos, que constituem a Comissão de Auditoria, e quatro executivos.

No dia 31 de janeiro, são eleitos três administradores não-executivos, apenas, e a Mesa da Assembleia Geral, constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

Em fevereiro de 2017, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral renuncia. Em finais de 2017, é eleito o quarto membro da Comissão Executiva, e este órgão está sem Comissão de Auditoria até, praticamente, ao final do mandato, que termina em 31 de dezembro de 2019.

Em julho de 2019, são eleitos os três administradores não-executivos, que constituem a Comissão de Auditoria. Em setembro, nos primeiros dias, uma das administradoras não-executivas apresenta a renúncia. Em dezembro de 2019, a poucos dias de terminar o mandato, o Presidente da Comissão de Auditoria apresenta a renúncia.

As outras renúncias, que já foram aqui citadas, tiveram lugar a 15 e 16 — há uma que não: a 15 de junho foi a do Presidente da Comissão Executiva, a 16 de junho a do CFO e a 26 de junho foi o administrador que apresentou a renúncia, mas manteve-se em funções até ao fim do mandato, a 24 de julho.

Eu julgo que isto precipitou a eleição dos novos órgãos sociais para 24 de julho, porque, pelo facto de o outro administrador ter apresentado a renúncia a 26 de junho, se nada fosse feito, no dia 1 de agosto, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, a PARPÚBLICA — ou quem estava na PARPÚBLICA, que era eu — não teria poderes para movimentar o que quer que fosse.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O facto de a PARPÚBLICA estar a funcionar com dois administradores — para além da decisão política da ida para Secretário de Estado e Chefe de Gabinete — é uma consequência de vários...

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É que, se eu tentasse encontrar a palavra a seguir ao «vários», ficava sem tempo. (*Risos.*) Muito obrigada.

Então, só tenho uma última pergunta, que tem que ver com o seguinte: no momento entre 16 de junho — espero não ter apontado mal — ou, mais precisamente, entre o momento da saída do presidente da Comissão Executiva da PARPÚBLICA e o momento da eleição do novo órgão social,

foram assinados documentos que dizem respeito à nacionalização da TAP. E o Sr. Doutor já nos fez ver aqui que — uma vez que foi alheado do processo e que os administradores também foram — foi necessário haver uma instrução vinculante para que esses documentos fossem assinados.

Quem liderou esse processo na PARPÚBLICA foi o assessor jurídico do presidente da Comissão de Administração. Só queria que nos dissesse qual é o nome desse assessor jurídico.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Peço desculpa, Dr. Tiago Mateus.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora à última das inquirições desta primeira ronda, que cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e cumprimento o Sr. Doutor.

Como sou o último, peço-lhe que me ajude a fazer um resumo e a confirmar algumas informações.

O Sr. Doutor esteve na PARPÚBLICA entre 2010 e 2020, certo?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Perfeito.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Nesse período, a PARPÚBLICA acompanhou o primeiro processo de reprivatização em 2012, a reprivatização em 2015, a recompra em 2017 e os apoios de Estado, que surgem com o covid, em 2020, certo?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Certo.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Destes quatro processos, vou cingir-me aos últimos três e não ao de 2012, que acabou por não acontecer.

Recorda-se que esse primeiro processo que não aconteceu, em 2012, depois foi retomado em 2014 e concluído em 2015, certo?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Certo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É desse período que surge a carta, que já aqui foi referida, enviada pelo Sr. Fernando Pinto, sobre as dificuldades que a empresa tinha em 2015, certo?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Certo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Recorda-se do que aconteceu aos capitais negativos da empresa entre o primeiro período de privatização, em 2012, e o período de privatização, em 2015?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Sr. Deputado, não tenho condições para responder com rigor à questão que me coloca.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Agradeço e compreendo.

Nesse momento, a PARPÚBLICA toma uma decisão sobre a reprivatização, e eu fiquei na dúvida, porque percebi a mesma coisa e o seu contrário, peço desculpa por isso.

A minha pergunta é se houve, ou não, nesse momento, instruções vinculantes do Governo relativamente à reprivatização em 2015?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Houve, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, houve instruções vinculantes em 2015, na reprivatização, e em 2017, na recompra. Confirma?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Confirmando, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Em ambos os casos, a PARPÚBLICA segue as instruções que o Governo de então, como acionista, também da PARPÚBLICA, faz, certo?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Confirmando.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Em relação a estes processos — a reprivatização, em 2015, a recompra, em 2017, e depois, em 2020, o período em que termina o seu mandato e em que há a primeira injeção de capital na TAP —, o Sr. Doutor acompanhou algum destes processos mais afincadamente?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Na esteira do que já tive oportunidade de dar conta aos Srs. Deputados, não acompanhei.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Diria que, sobre algum deles, tem capacidade de, em sede desta Comissão de Inquérito, nos poder trazer informação que ajude às conclusões que vamos ter de tirar sobre cada um deles, ou sobre este período?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Não tenho condições para responder, a não ser relativamente ao último mês e meio do meu mandato, mas nos termos que referi já, aqui, na Comissão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Fico com uma dúvida relativamente a essa parte final do mandato, porque, em 2020, quando há a injeção de capital, é aí que o capital entra, o que se faz via DGTF (Direção-Geral do Tesouro e Finanças), ou seja, é aí que a DGTF assume os 22,5 % da empresa. Confirma?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Confirmo.

Estes instrumentos jurídico-legais que referi permitem essa reversão da privatização de 22,5 %, parqueados na Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Agradeço, porque era aí que também estava a dúvida quanto à terminologia.

Portanto, quando refere «a reversão da reprivatização em 2020», na verdade, já tinha havido a recompra em 2015, e quando fala em reprivatização é quando a empresa se assume novamente como pública, digamos.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Certo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Por conseguinte, em 2020, na verdade, quem tem de assumir esse ónus, sendo a entidade que vai ficar como acionista, é a DGTF e não a PARPÚBLICA. Será correto dizer isto?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — A DGTF subscreveu, em conjunto com a PARPÚBLICA,... Permitam-me que volte um pouco atrás. Enfim, parece evidente, mas a DGTF é acionista da PARPÚBLICA. O

Memorando de Entendimento foi subscrito também pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, precisamente porque teve esse envolvimento.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Mas, ao contrário do que havia acontecido, o acionista passa a ser a DGTF e não a PARPÚBLICA, que depois, em 2020, fica apenas com 1 % resultante do empréstimo obrigacionista, certo?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Certo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Assim, entre 2020 e 2021 e agora, o acionista é, na verdade, a DGTF, sendo que a PARPÚBLICA tem uma expressão muito reduzida, que resulta desse empréstimo.

Uma última questão, no que diz respeito ao processo de 2015, já disse que não esteve envolvido, mas que assinou os documentos, tal como, depois, em 2017 e em 2020, portanto, nestas três fases da empresa.

Relativamente a 2015, em algum momento, ouviu alguma referência aos fundos Airbus ou à reestruturação da dívida a que a empresa foi sujeita como garantia da parte do Estado?

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Não foi tema tratado na Comissão Executiva.

O Sr. **Presidente**: — Concluimos, assim, a primeira ronda e vamos passar para a segunda ronda.

Cada um dos Srs. Deputados dos grupos parlamentares dispõe de 2 minutos. Ou seja, não é pergunta-resposta, como foi nesta primeira ronda, havendo uma resposta imediata às perguntas que são colocadas pelos Srs. Deputados.

Começa, nesta segunda ronda, o Grupo Parlamentar do PSD, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, estava prevista no processo de 2015 a criação de uma comissão paritária, que seria o órgão que zelaria, em última instância, pelos interesses do Estado na TAP. Tem conhecimento sobre se alguma vez esta comissão foi criada e funcionou?

A segunda pergunta que lhe faço tem que ver com o seguinte. Disse ainda há pouco que, em 2015, recebeu instruções vinculantes do então Governo. Tem a certeza absoluta disso e, portanto, confirma que, se pedirmos essas instruções, elas serão fornecidas?

Finalmente, queria trazer aqui à sua reflexão um facto. Tem 10 anos de PARPÚBLICA. Aparece-nos, aqui, com uma carreira profissional que tivemos oportunidade de conhecer. É despedido a uma sexta-feira, entre as 18 horas e as 19 horas e arredado de todo o processo e sabe o que está a ser tratado pelo Dr. Miguel Cruz.

Em nome da sua carreira, da sua visão e da sua responsabilidade pública, porque é que consentiu e anuiu em pôr somente a sua assinatura, sendo arredado de uma participação colaborativa, ativa, de uma opinião que a todos poderia valorar?

Não achou, em algum momento, que isto extravasava o limite do aceitável e que, ao invés de receber meramente instruções vinculantes para pôr a assinatura, poderia ter dado o grito de Ipiranga, em nome de todos nós?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra para responder, sem tempo limite.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Era essa a questão em relação à qual eu ia pedir essa indicação, porque receio não conseguir ser económico no uso da palavra para responder cabalmente às questões que me foram colocadas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Tem todo o tempo!

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Se tomei boa nota, colocou-me três questões.

Quanto à comissão paritária, tenho conhecimento da obrigatoriedade de ser constituída, não tenho conhecimento de que alguma vez tenha sido constituída.

Relativamente à instrução vinculante, estou seguro de que se pedirem a de 2015 à PARPÚBLICA, a PARPÚBLICA a facultará. Não tenho qualquer dúvida de que foi precedido de instrução vinculante.

Sobre a questão que me coloca — e corrigir-me-á, por favor, se não a entendi devidamente —, perante tudo o que acabou de citar e muito mais que provavelmente poderia citar, Sr. Deputado, eu fecho dossiês e parto para outros. No dia 24 de julho, fechei um ciclo da minha vida profissional na PARPÚBLICA, com as contas feitas e, portanto, só estou aqui porque fui — eu ia dizer convidado, porque não queria desvalorizar — convocado para estar aqui, naturalmente, a prestar contas.

Por isso, as observações que eu possa fazer relativamente a pessoas que exerceram cargos de responsabilidade são observações de natureza profissional, não são observações de natureza pessoal.

Quando as pessoas se encontram num espaço para produzir trabalho, não é para fazer amigos. Pela parte que me diz respeito, tenho muita pena, quando chego ao fim do ciclo, se não os consigo fazer, mas não depende só de uma parte.

Se percebi bem, o que Sr. Deputado pergunta é: «Então, nunca equacionou apresentar uma carta de renúncia?» Interpretei bem?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sim.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Equacionei. Equacionei e, como compreenderão, não foi fácil tomar a decisão porque, nestas matérias, nunca estamos certos sobre se a decisão é mais acertada. É a minha convicção e, para mim, estou certo de que tomei a decisão acertada, que foi a de que, nos diversos momentos em que a questão se me colocou, ter encontrado razões, que considerei válidas, para não o fazer. Foi por sentido de responsabilidade. E digo «por sentido de responsabilidade» depois de ter caracterizado... — e o Sr. Deputado, se a minha memória não me traiçoa, fala, em especial, no período de mês e meio em que fomos postos de lado, quer eu, quer o meu colega, relativamente à interação com o Governo sobre uma matéria da maior responsabilidade.

Como é do conhecimento, o meu colega apresentou carta de renúncia no dia 26 de junho, o que reforçou ainda mais a minha convicção de que não o devia fazer, embora estivesse convicto de que o facto de o meu colega ter apresentado a carta de renúncia ia precipitar a eleição dos novos órgãos sociais.

Faço só um parêntesis para dizer que, da única vez que fomos convocados para despacho — o Secretário de Estado toma posse em 15 de junho, nós fomos convocados para despacho a 18 de junho —, quando, no fim do despacho, nos apercebemos de que era apenas um tema, para nos dar conta de um dossiê que estava a ser tratado na PARPÚBLICA mas que era do nosso desconhecimento, porque era no âmbito da delegação de competências do Presidente e devia ser prosseguido, eu coloquei a questão: «Em que fase está o processo para a eleição dos novos órgãos sociais?» Foi-

nos dito que era um dossiê que tinha em mãos, mas que não era uma prioridade, o que me fez, designadamente, redesenhar as minhas férias — ou, por outro lado, cancelá-las —, porque antecipei nessa altura que poderíamos estar a vivenciar aquela situação até ao final do ano, se não até maio do ano seguinte, que é o mês em que, normalmente, há a aprovação das contas da PARPÚBLICA, na medida em que consolida.

Não renunciei por sentido de responsabilidade, por sentido de Estado — porque não são só os membros do Governo que devem ter sentido de Estado —, por disponibilidade para servir a República, de que continuamente sempre dei prova. Foram estas as razões que me levaram a ter decidido não apresentar a renúncia. Só enxovalha quem pode, não quem quer. Portanto, nunca me senti enxovalhado.

E nas circunstâncias em que eu tive de interagir com colegas de perfil centralizador, tenho para comigo, como referi há pedaço, que demoro algum tempo a desistir. E se não desisto e encontro razões para conviver no mesmo espaço com essas práticas que não respeito, tenho para mim que a chave é controlarmos as emoções e não responder às provocações. Portanto, algumas vezes tive de me fazer de espertamente parvo, é verdade.

Não sei se respondi às questões do Sr. Presidente.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, para informar a Mesa de que o Grupo Parlamentar do PSD vai solicitar à PARPÚBLICA a carta vinculante de 2015, referida pelo Dr. Carlos Durães.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Filipe Melo, do Grupo Parlamentar do Chega.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Carlos Durães, peço-lhe que faça um exercício e que me acompanhe neste raciocínio.

A 11 de novembro de 2015, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pressiona o então Presidente da PARPÚBLICA, Pedro Pinto, a não assinar a venda da TAP e alega, entre outras coisas, que a maioria parlamentar é contra. Recordo que essa maioria parlamentar era composta por três partidos, a 15 de novembro. António Costa toma posse como Primeiro-Ministro a 26 de novembro, portanto, temos aqui 15 dias de diferença. Ainda não tinha tomado posse o Governo Socialista e já o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fazia uso de uma maioria que ainda não tinha tomado posse.

Disse o Sr. Doutor que o envolvimento do Governo é total. Foi assim em 2020, 2017, 2015, em suma, durante o período de governação socialista. Foi mais longe, ao dizer que a PARPÚBLICA se desloca para o Terreiro do Paço. Basicamente, todos sabemos que é o Ministério das Finanças que lá está, no Terreiro do Paço.

Não obstante todos aqueles triângulos, quase amorosos, que lhe referi na primeira intervenção, sabemos também que o Dr. Tiago Mateus, de 2014 a janeiro de 2022, foi responsável pelo Departamento Jurídico da PARPÚBLICA, função que acumulou precisamente com a de Presidente da Comissão de Vencimentos da TAP, que começou em 2021.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Sr. Doutor, apelo novamente ao seu sentido de Estado, que sei que tem, e ao seu sentido de interesse nacional, e peço-lhe que nos diga se todas estas práticas são ou não são de repudiar, se todas estas práticas lesam a Pátria e são causadoras de um grande desgaste deste Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra, para responder.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Há uma parte das questões que colocam que se verifica após ter deixado a PARPÚBLICA, nomeadamente a designação do Dr. Tiago Mateus para Presidente da Comissão de Vencimentos da TAP.

O Dr. Tiago Mateus entra, em 2014, para assessor e a convite do Presidente da Comissão Executiva da altura, e não logo para chefiar o Departamento Jurídico, mas como assessor, em primeira linha, do Presidente da Comissão Executiva da altura. E é das pessoas que estiveram na PARPÚBLICA que melhor conhecimento tem da tramitação destas operações. Aliás, como penso que referi há pedaço, até 24 de julho era o jurista que na PARPÚBLICA assessorava o Presidente da Comissão Executiva. Assessorou os membros da Comissão Executiva que ficaram naquele mês e meio e, como referi há pedaço, o Secretário de Estado não resistiu à tentação de... Saiu da PARPÚBLICA, mas a PARPÚBLICA não saiu dele.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Até hoje! Até hoje!

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Portanto, corro o risco de responder nos mesmos termos em que respondi há pedaço: é que eu não me revejo nestes comportamentos. Não posso... Peço licença para não acrescentar mais.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Já disse tudo.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, já nos disse que sobre a privatização de 2015 não sabe, disse também sobre a recompra de 2017 que assinou aqueles acordos — eu repito, que envolvem centenas de milhões de euros e que têm centenas de páginas — e também não sabe, por isso, vou tentar aqui perguntar sobre a nacionalização de 2020, a ver se, sobre esta aqui, me consegue responder.

Primeiro, queria perguntar se, para este processo de 2020, e, já agora, para os outros dois, houve alguma fundamentação técnica, alguma análise de custo-benefício, como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) costuma recomendar para quando há compra de participações sociais.

Segundo, sobre a nacionalização, já nos disse que a PARPÚBLICA mal foi envolvida, que o Sr. Secretário de Estado também decidiu praticamente tudo, mas queria perguntar-lhe, primeiro, se a PARPÚBLICA teve conhecimento daquele plano de liquidez, que foi o argumento usado pelo Governo para injetar os primeiros 1200 milhões de euros — que chegou ao Parlamento já no fim do ano e que eram apenas três páginas —, desde o início e se achou, na altura, caso tenha tido conhecimento, que aquelas três páginas eram suficientes para injetar 1200 milhões de euros, ainda por cima durante uma crise. Segundo, em julho há o contrato de financiamento, que é assinado entre o Estado, a TAP e a Portugália, e o acordo complementar ao contrato, que é assinado pela Atlantic Gateway e pela PARPÚBLICA. Gostaria de saber se acompanhou este processo da assinatura do contrato de

financiamento e do acordo complementar. E, além de ter acompanhado o processo, queria perguntar se, aí, nessa altura de julho, já era óbvio, ou não, para a PARPÚBLICA — que, aí, já fazia as contas — que, ao contrário do que o Governo dizia, que iria devolver o dinheiro aos contribuintes, o dinheiro não ia voltar, ao contrário do que estava a ser vendido aos portugueses.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, o plano de liquidez dos 1,2 milhões de euros ocorre ainda numa altura em que o Dr. Miguel Cruz é Presidente da Comissão Executiva. Portanto, tenho presente que foi um tema do qual a Comissão Executiva tomou conhecimento, mas,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, pedia só que aproximasse o microfone um pouco mais, para conseguirmos todos ouvir.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — ... na esteira do que tenho vindo dizendo — e tendo em atenção, enfim, o conjunto de referências que fiz —, o desenvolvimento destes dossiês é feito a um ritmo bastante intenso, com um período de tempo mais alargado ou menos alargado.

Na Comissão Executiva, que reunia semanalmente, era-nos dada alguma informação da forma como o processo estava a decorrer. Não tenho, com o argumento que já referi, condições para poder detalhar qualquer das questões que o Sr. Deputado me coloca, designadamente a questão da análise de custo-benefício. Corro o risco, se disser alguma coisa, de não estar a corresponder àquilo que, efetivamente, se passou; e resguardo-me no facto de, como referi, e é público, a minha delegação de competências ser vasta, mas tendo outras áreas de responsabilidade.

Tenho conhecimento de que a Comissão tem previsto ouvir os dois últimos Presidentes da Comissão Executiva, que estiveram envolvidos neste processo. Esses, sim, têm condições para poder, com muito detalhe, dar essa informação.

Aproveito para dar conta de que quando eu, há pedaço, fiz referência de que iria responder com base em algumas notas que tinha tomado e da memória, não cuidei de saber se a PARPÚBLICA estava obrigada a facultar-me alguma informação. Mas devo dizer que não tomei essa iniciativa porque não aceitaria uma recusa, ainda que formalmente estivesse obrigado a aceitá-la.

Isto, portanto, para dizer que não fui visitar nenhuma peça deste processo, a não ser aquelas que tinham uma proximidade maior comigo e que vivi com uma intensidade que se justifica pelo facto de, naquele mês e meio, eu ter ficado na Comissão Executiva com responsabilidades de primeira linha, na medida em que o Presidente da Comissão Executiva tinha renunciado. E, aí, tenho muito presente a fase em que estava o processo para assinatura dos instrumentos que conduziram à reversão da privatização e a interação, que não houve.

O Sr. **Presidente**: — Usa, agora, da palavra o Sr. Deputado Bruno Dias. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Doutor assinou tudo aquilo que era preciso assinar na sequência das instruções vinculantes que recebeu do acionista em relação à privatização da TAP, mesmo não sabendo de aspetos fundamentais daquele processo, precisamente na sequência dessas instruções vinculantes.

Isto sem ofensa nenhuma no que eu vou dizer, mas o senhor funcionou menos como administrador e mais como testemunha.

Pronto, estava na sequência de um mandato que é conferido pelo Estado, enquanto dono da PARPÚBLICA. E a transparência destes processos, portanto, é de tal ordem que administradores da PARPÚBLICA, ou o administrador da PARPÚBLICA, assinam conforme alguém manda assinar. Não é um alguém qualquer, naturalmente.

Para nós, não nos faz confusão que os governos acompanhem e até decidam, mas o que é inaceitável é a forma como responsáveis pela gestão de um serviço fiquem completamente à margem, como foi o caso, do Sr. Doutor.

Acho que já estamos mais ou menos esclarecidos sobre o processo em relação à TAP e ao seu envolvimento, ou não, neste caso, e a pergunta que faço é a seguinte: no tempo em que o senhor foi administrador da PARPÚBLICA — de 2010 a 2020 e, em particular, naquele período, entre 2010 e 2015 —, esta situação foi absolutamente inaudita, pelos piores motivos, foi completamente excepcional, ou houve outras situações, na PARPÚBLICA, em que isto tenha acontecido?

Estaremos a falar de uma situação absolutamente excepcional, que manchou a PARPÚBLICA, digamos assim — como diz o povo, «no melhor pano cai a nódoa» —...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... ou era assim que isto se fazia habitualmente, na PARPÚBLICA?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Sr. Deputado, posso assegurar-lhe que o dossiê da TAP teve sempre — na PARPÚBLICA e através de todos os governos — um tratamento de exceção. Não era prática.

Na relação de acionista da PARPÚBLICA com as participadas que tem em carteira, a PARPÚBLICA tem uma enorme autonomia de gestão. Não quer dizer que não haja, relativamente a um ou outro dossiê, instruções do Governo — sendo que as há, legitimamente —, designadamente de natureza estratégica.

O dossiê TAP foi sempre um dossiê em que os diversos governos fizeram um acompanhamento de grande proximidade. Todas as assinaturas que obrigam a tal — reestruturações, privatizações, nacionalizações —, tiveram instruções vinculantes por parte do Governo, em nome do acionista. O ano de 2015 não é uma exceção, bem como os anos de 2017 ou 2020.

Depois, em cada ano, há as suas particularidades. Eu tive a oportunidade de fazer referência aqui, porque me é caro, a um período atípico de funcionamento da Comissão Executiva, mas isso é um detalhe, com toda a importância que possa ter. Julgo que, em termos de *governance*, até tem muita importância, mas, em termos pessoais, é indiferente.

Já tive a oportunidade de me justificar, relativamente à questão que o Sr. Deputado fez o favor de colocar, e não altero, em nada, aquilo que tive a oportunidade de dizer. Tem que ver com a minha forma de estar na vida, neste caso, profissional, que é o que nos interessa. Não foi a primeira vez, é constante. Num fórum qualificado como este, sei que muitas pessoas nos estão a ver e a ouvir, e não receio, em momento algum, ser desmentido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora.)*

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, as minhas desculpas por a Mesa não ter percebido.

Passo, então, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, obrigado pelas respostas de há pouco.

Queria só deixar preciso — e o senhor confirmará — que o senhor esteve 10 anos na PARPÚBLICA, entre 2010 e 2020. Relativamente ao processo da TAP, que é aquele que aqui inquirimos, e aos quatro momentos fundamentais — ou seja, 2012, 2015, 2017 e 2020, sendo que, depois, houve um outro, em 2021, mas já fora do âmbito do seu período —, o Sr. Doutor disse, nesta sede, que não estava capaz de trazer a esta Comissão informação que relevasse para o que estamos a fazer, porque não acompanhou com profundidade estes dossiês, ou porque já pode ter passado muito tempo e não teve oportunidade de os estudar novamente. Portanto, pedia que confirmasse isso, porque isso é relevante para aquilo que temos de apurar nesta sede.

No entanto, repare que, apesar de tudo, apesar destes 10 anos, grande parte da sua audição foi sobre o último mês, sobre a relação com aquele que era, na altura, o Presidente do Conselho de Administração, que depois foi para Secretário de Estado do Tesouro. Portanto, eu diria, enquanto psicólogo, que é o efeito de recência a funcionar, ou seja, recordarmo-nos mais do que acontece em último e menos do que acontece inicialmente.

Queria relevar isso e queria, sobretudo, que pudesse confirmar que, de facto, para aquilo que aqui nos importa — processo de reprivatização, em 2015, processo de recompra, em 2017, e apoios públicos, em 2020, que tornam a empresa novamente pública —, o Sr. Doutor entende que não tem

informação, ou que não traz informação porque não a domina, que possa relevar para aquilo que aqui fazemos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor, para responder.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Sr. Deputado, estou de acordo com a avaliação que faz. O facto de eu ter referido com mais detalhe os últimos tempos que vivi, ou o último mandato em que estive, na PARPÚBLICA, isso tem que ver, de facto, com uma proximidade temporal e, em particular, com a situação atípica de termos ficado, até à eleição dos novos órgãos sociais, reduzidos a metade dos seus membros, num momento de grande exigência. O Sr. **Presidente**: — Concluimos, assim, a nossa segunda ronda de perguntas.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados deseja fazer alguma intervenção, a título individual.

Pausa.

Não registando a Mesa qualquer pedido, queria agradecer ao Sr. Dr. Carlos Durães da Conceição ter estado connosco, bem como os esclarecimentos que nos prestou, desejando uma boa continuação da sua missão de serviço público.

O Sr. Dr. **Carlos Durães da Conceição**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Também gostaria de referir a cordialidade com que me receberam.

O Sr. **Presidente**: — Vamos suspender os nossos trabalhos durante 10 minutos, até à próxima audição. Muito obrigado.

Eram 17 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Temos quórum, vamos então retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 13 minutos.

Estamos um pouco atrasados e, portanto, é algo que partilho com os Srs. Deputados, porque todos têm essa perceção.

Vamos, então, ouvir o Dr. Mário Lobo, na qualidade de ex-Vogal Executivo do Conselho de Administração da PARPÚBLICA.

Vou suspender os trabalhos para ir receber o Sr. Doutor e para iniciarmos a inquirição. Fazemo-las em modo rotativo e, portanto, começará o Grupo Parlamentar do Chega nesta segunda inquirição do dia.

Vou suspender os trabalhos e vou então esperar o Sr. Doutor.

Eram 18 horas e 14 minutos.

Muita boa tarde, mais uma vez.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Vamos então retomar os nossos trabalhos, já com a presença do Dr. Mário Lobo, na qualidade de ex-Vogal Executivo do Conselho de Administração da PARPÚBLICA, a quem agradeço.

Vamos iniciar a ronda de perguntas pelo Sr. Deputado Filipe Melo, do Grupo Parlamentar do Chega, para perguntas de 3 minutos, com a resposta que o Sr. Doutor nos queira dar, uma ronda em formato pergunta-resposta.

Sr. Deputado, faça favor, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Dr. Mário Lobo e agradeço-lhe por ter vindo prestar os esclarecimentos necessários.

Sr. Doutor, na audição anterior, o Dr. Carlos Durães, que teceu duras críticas à forma como foi gerido todo o processo e todo o dossiê, afirmou, e passo a citar, que «a PARPÚBLICA se desloca para o Terreiro do Paço», onde está instalado o Ministério das Finanças, precisamente.

A primeira questão que eu queria colocar ao Sr. Dr. Mário Lobo, até pelo trajeto que tem na PARPÚBLICA, com o Dr. Carlos Durães, é sobre se concorda com esta afirmação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Mário Lobo** (ex-Vogal Executivo do Conselho de Administração da PARPÚBLICA — Participações Públicas, SGPS, S.A.): — Obrigado, Sr. Presidente, aproveitava para, nesta intervenção inicial, cumprimentá-lo e, através de si, também a todas as Sr.^{as} Deputadas e a todos os Srs. Deputados, bem como a todos os presentes.

Agradeço estar aqui, embora o dispensasse, digamos assim, para ser verdadeiro.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Pedia-lhe que se aproximasse mais do microfone, por favor.

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — Ah! Muito bem.

O Sr. **Presidente**: — Exatamente, para conseguirmos ouvi-lo melhor, agradecemos.

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — Percebo a natureza, digamos, da figura de estilo empregue pelo Dr. Durães da Conceição.

Direi, talvez de outra forma, concordando em tese com a ideia que ele tem subjacente, que a PARPÚBLICA é uma empresa 100 % participada pelo Estado e, naturalmente, em momentos onde a decisão política sobre determinados dossiês é tão significativa como aquela que nos traz aqui e que nos preocupa a todos...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas não há condições para ouvir...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Agradeço-lhe e, pedindo desculpa ao Sr. Doutor, pedia que todos criássemos as melhores condições para nos conseguirmos ouvir...

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — Eu também vou procurar falar um pouco mais alto.

O Sr. **Presidente**: — ... e que houvesse o menor ruído possível na sala.

Sr. Doutor, faça favor de continuar. Penso que a partir de agora teremos todas as condições.

Faça favor, muito obrigado.

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — Como dizia, sendo um dossiê com a importância que todos lhe reconhecem e que, naturalmente, preocupa a todos

em geral, ao País, essa referência tem um pouco a ver com o facto de que a empresa PARPÚBLICA é totalmente participada pelo Estado, através do seu acionista, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e, portanto, seria esse o sentido útil, admito eu, a retirar a essa expressão.

É um instrumento, é instrumental. A PARPÚBLICA é instrumental do Estado, digamos assim. É uma empresa instrumental e em momentos decisivos como este, naturalmente, essa natureza instrumental manifesta-se.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Agradeço a sua resposta e, naturalmente, tirando do contexto, o que poderia retirar daí seria isso.

Mas disse também o Sr. Dr. Carlos Durães que, no processo da TAP, «o envolvimento do Governo é total. Foi assim em 2020, 2017, 2015». Isto já dará um contexto ligeiramente diferente daquele que o Sr. Doutor interpretou do que teriam sido, realmente, as intenções do Dr. Carlos Durães no que disse.

Basicamente, podemos concluir que há uma ingerência do Governo na gestão da TAP, e que não deveria haver. Concorda?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Doutor, se puder ligar o microfone, agradecia-lhe.

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — O Sr. Deputado refere-se a ingerência do Governo na gestão da TAP.

A TAP era uma empresa de gestão privada até à reversão, que aconteceu no final de 2020, 2021. Peço desculpa porque eu... Já voltamos aí. Pronto, não estou a ser preciso, mas a diferença maior é esta, entre o momento antes da reversão, digamos, e após a reversão, em que, naturalmente, o tipo de intervenção na gestão da empresa TAP é necessariamente diferente.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Doutor saiu da PARPÚBLICA a 26 de junho...

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — De julho, a 24 de julho.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Saiu a 24 de julho de 2020,...

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — Embora tenha decorrido o fim de semana, pelo que a nova Administração assumiu funções a 26.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Penso que o documento enviado à CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) datará de 26 de junho...

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — De 26 de junho.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — De junho, exatamente.

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — E permaneci — peço desculpa por interrompê-lo, Sr. Deputado, mas é apenas para situar este aspeto importante desta audição —, permaneci, por imposição legal, até ao último dia do mês seguinte, o que não foi necessário, porque aconteceu antes a minha substituição. E foi o caso.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — No comunicado enviado à CMVM não foi especificado o motivo da renúncia. Quer explicar-nos, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — Posso, naturalmente, explicar, dentro do possível. Há sempre uma dimensão subjetiva nas decisões que tomamos, pessoais e profissionais.

Renunciei ao mandato na PARPÚBLICA, na Sage secur (Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A.) e no Circuito do Estoril S.A.

No Circuito do Estoril, na medida em que, tendo saído o Presidente, que tinha essa incumbência, para não deixar inoperativa a atividade do Circuito do Estoril, foi combinada com o meu colega, o Dr. Durães da Conceição, uma redistribuição de pelouros e eu acabei por assumir a presidência da PARPÚBLICA, naturalmente, uma presidência funcional e operacional. E da Sage secur, que, aliás, ficou sem membros, na medida em que os outros dois membros dessa participada eram o próprio Presidente e a Administradora Financeira.

Relativamente à PARPÚBLICA, a razão que determinou a minha renúncia foi o entendimento de que uma empresa que tem sete membros, em tese, quatro executivos e três não-executivos previstos, em que apenas dois estavam no exercício de funções executivas e um em funções não-executivas, administrador esse que é a Diretora-Geral do Tesouro — que é parte interessada, digamos, mas que compunha o Conselho de Administração —, entendi que, por razões de interesse institucional da empresa, era necessária uma urgente recomposição ou nomeação, a convocação de uma assembleia geral eletiva para nomeação de uma nova Administração, o que, em tese, naturalmente, é sempre desejável, num quadro em que a dimensão de auditoria não existia, porque ela compete aos administradores não-executivos.

Portanto, penso que a história terá sido relatada pelo meu colega, mas, basicamente, a situação foi esta. Foi a forma que encontrei de precipitar a eleição de uma nova Administração, uma vez que, quando saí de uma reunião

que tive com o Sr. Secretário de Estado — a primeira e única, dois dias depois de ele assumir funções —, com o meu colega e onde estava também o Chefe de Gabinete, questionado sobre a eleição do novo Conselho de Administração, visto que tínhamos terminado o mandato em 31 de dezembro de 2019... Mas, naturalmente, nestes casos, quando não há uma substituição e uma assembleia geral eletiva, vamos permanecendo em funções, por vezes, por períodos longos, e, naturalmente, isso é indesejável.

Neste caso, face aos desafios que se colocavam à PARPÚBLICA, num quadro de pandemia em que estávamos, num contexto onde havia dossiês relevantes, importantes para acompanhar e tratar, a substituição do Conselho de Administração, que, no fundo, estava em condições muito exíguas de poder funcionar, era desejável do ponto de vista institucional e do interesse público, naturalmente.

Não vi essa preocupação iminente na resposta do Sr. Secretário de Estado e a forma que encontrei foi renunciar ao mandato três dias depois... alguns dias depois, já não me recordo bem.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, gostava de ouvir a sua opinião sobre um caso que podemos considerar promíscuo, em que o Presidente da PARPÚBLICA assume funções como Secretário de Estado do Tesouro, que, por sua vez, vai tutelar a mesma PARPÚBLICA, e assume-o naquele momento em que o processo de nacionalização da TAP vai ocorrer.

Isto é uma relação clara de elevada promiscuidade e eu queria perguntar-lhe quais são os seus comentários em relação a isso e o que é que nos pode dizer sobre o Dr. Miguel Cruz.

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — Sr. Deputado, quanto a essa expressão, eu não a subscrevo, naturalmente, não é o meu estilo, e peço desculpa por esta frontalidade.

Naturalmente, não sendo ilegal, como não é, o meu entendimento é o de que quem está numa empresa como administrador não pode, não deve, não é desejável que vá tutelar essa mesma empresa, por razões em abstrato que me dispenso, talvez, de desenvolver.

Em tese, considero que não é desejável que aconteça. Naturalmente, não é ilegal e foi uma opção encontrada, politicamente, que não questiono. Não me compete questionar essa decisão política, mas pouco mais poderei acrescentar do que isto.

A minha opinião sobre o Prof. Miguel Cruz, obviamente que... Não sei a que é que se refere, se no plano profissional... Obviamente que o considero uma pessoa competente e capaz. Isto para resumir, digamos assim.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Disse que não é ilegal esta rotatividade, estas portas circulantes. Mas considera ético?

O Sr. Dr. **Mário Lobo** — Mais uma vez, o desenvolvimento da pergunta e o que traz subjacente... Não me revejo inteiramente no estilo e peço de novo desculpa por esta frontalidade. Mas, referindo-me em concreto a esta solução, considero que, no plano da minha opinião subjetiva, naturalmente, não é uma decisão com a qual simpatize, digamos assim.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Deprendendo das suas palavras, o Sr. Doutor, de forma elegante, concordou que não seria ético. Mas isto são casos sucessivos, então, desta falta de ética, em que João Leão convida Miguel Cruz para Secretário de Estado do Tesouro, para tutelar precisamente a empresa onde estava. Uns anos mais tarde, poucos, Fernando Medina convida Alexandra Reis para a mesma função, de tutelar empresas também por onde já passou.

Sr. Doutor, o que lhe apraz dizer sobre isto? A bem do interesse nacional, o que lhe apraz dizer sobre isto?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — O interesse nacional não precisa da minha opinião concreta sobre isto, mas poderei dizer que os factos, de algum modo, demonstram que este tipo de escolhas têm as suas contradições, naturalmente. Por vezes, são soluções que se encontram e não vou questionar as suas razões subjacentes. Digamos que são decisões políticas que não me compete questionar, porque, de facto, não me sinto habilitado a fazê-lo, porque não sou político.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Mário Lobo.

Saiu da PARPÚBLICA em julho de 2020. Eu queria perguntar-lhe quando é que entrou.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Entrei em 20 de dezembro, portanto, já decorrido praticamente um ano do mandato, para recompor o Conselho de Administração, que tinha três em 20 de dezembro de 2017. Em 2018, basicamente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Queria perguntar-lhe se tem conhecimento ou se esteve envolvido em algum dossiê, na PARPÚBLICA, relacionado com a TAP.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Inicialmente, a distribuição de competências do Conselho de Administração, no que me dizia respeito, incluía, para ser preciso, assessoria jurídica, recursos humanos coadjuvando o Presidente, centro de competências coadjuvando o Presidente, acompanhamento das participadas Circuito Estoril e liquidação da EMPORDEF. Naturalmente, aí, no Circuito Estoril, o Presidente, que era o Prof. Miguel Cruz, era para suprir alguma confusão entre a Administração do Circuito Estoril e a PARPÚBLICA enquanto detentora do Circuito Estoril; portanto, para representar a empresa no Circuito Estoril e acompanhar a sua atividade, digamos assim. Era essa a distribuição.

Em determinada altura, mais tarde e antes desta repartição que referi há pouco, já no final do mandato, a partir da saída do Sr. Secretário de Estado — talvez em 2019, não sei precisar, não tenho acesso a essa distribuição de competências —, terá o Conselho acrescentado o meu acompanhamento ao Presidente também no que se refere ao dossiê TAP.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Isto é só para clarificar o que é que lhe posso perguntar sobre a TAP. Não é que eu não tenha interesse em fazer uma comissão de inquérito à PARPÚBLICA, podemos fazer, mas esta é sobre a TAP e por isso eu queria fazer-lhe perguntas sobre a TAP, e, do que percebi, de janeiro de 2020 a julho de 2020, posso perguntar-lhe coisas sobre a TAP, certo? Isto também levanta a questão da pertinência da sua chamada aqui, mas nós aceitámo-la todos e, por isso, é responsabilidade nossa.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Claro, claro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, em relação a estes sete meses, que abrangem, digamos assim, o início, pelo menos, do processo de

nacionalização, eu gostaria de repetir algumas perguntas que fiz há pouco e que também não tiveram grande resposta.

A primeira era saber se houve alguma fundamentação técnica, alguma análise custo-benefício que tenha sido feita, como recomendam as boas práticas da OCDE.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Não houve nenhuma análise técnica de todo o processo, na PARPÚBLICA, naturalmente, no sentido que refere o Sr. Deputado. Que eu tenha conhecimento, não houve.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Já não sei precisar o mês, mas basicamente, quando foi a decisão da injeção dos primeiros 1200 milhões, o Governo argumentou tal injeção com um plano de liquidez que chegou passados muitos meses ao Parlamento e que só tinha três páginas, duas tabelas e um gráfico. Pergunto-lhe se a PARPÚBLICA teve logo acesso a esse plano de liquidez e se achou aquelas três páginas argumentário suficiente, digamos assim, para injetar 1200 milhões de euros na TAP.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Para ser verdadeiro, Sr. Deputado, não tenho precisão desse detalhe e até desse documento. Se calhar, o ideal era ser perguntado à PARPÚBLICA se esse documento existe, porque não me recordo desse momento e dessa sequência.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O documento existe, porque nós já o recebemos aqui no Parlamento, no fim de 2020.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Mas que tenha sido recebido...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Exato, a pergunta era essa, mas se não se recorda ou se não sabe, sem problema.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Poderá ser confirmado facilmente perguntando à empresa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Houve o contrato de financiamento de 17 de julho de 2020 entre o Estado, a TAP e a Portugália e depois o acordo complementar, também no mesmo dia, e aí tinha a Atlantic Gateway e a PARPÚBLICA, porque eram os acionistas, a assinar. Queria perguntar-lhe se acompanhou este processo.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Esse processo naturalmente foi acompanhado por nós, PARPÚBLICA e, em particular, Conselho de Administração, de forma superficial, a meu entender, até porque o dossiê era um dossiê do Presidente da empresa, que articulava quer com a tutela, quer com os advogados contratados e, portanto, com bastante descentralização, como admito que pudesse ser necessário. Eu próprio, não estando a acompanhar por dentro o dossiê, não tive a perceção desse detalhe que refere.

A verdade é que a PARPÚBLICA assinou esses instrumentos no quadro de uma instrução vinculante do acionista Estado e atuou num quadro instrumental, até porque a aquisição da posição na TAP ocorreu através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças e não da PARPÚBLICA. A PARPÚBLICA apenas se posicionou no sentido de permitir essa operação, digamos, uma vez que era detentora de 50 % das ações da TAP.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quando se refere ao Presidente, aí já era o Dr. Jaime...

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Não, não.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Era ainda o anterior.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Quando me refiro a Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Se puder ligar o microfone para gravação, faça favor.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Desculpe, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pode deixar mesmo ficar ligado, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Refiro-me ao Prof. Miguel Cruz, que saiu com o dossiê, naturalmente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, das duas audições, já ficou mais ou menos como conclusão que o ex-Presidente Miguel Cruz tratava de tudo e a PARPÚBLICA fazia, essencialmente, o que o Governo mandava. É isto que eu tenho percebido.

Vou deixar uma pergunta mais geral porque não tenho nada a que me possa responder, pelo que já percebi, porque a PARPÚBLICA basicamente não esteve envolvida em nada e depois fazia o que o Governo instruía. Por isso, até para se poupar tempo, vou apenas perguntar, afinal, o que é que a PARPÚBLICA fez neste processo de nacionalização. De tudo aquilo de que se recorda, em que é que a PARPÚBLICA esteve envolvida? De resto, não consigo fazer mais nenhuma pergunta.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Como disse, no âmbito deste dossiê, enquanto esteve o Prof. Miguel Cruz na PARPÚBLICA, sendo conduzida por ele e naturalmente depois, por maioria de razão, a PARPÚBLICA não obedecia ao que o Governo dizia. No fundo, o Governo é o acionista único da empresa e instruiu a empresa para assinar nos termos das deliberações unânimes por escrito. Aliás, há uma nota que pode também ser facultada pela Administração da PARPÚBLICA, que foi deixada por mim e pelo meu colega Dr. Durães da Conceição, com todos os dossiês — no fundo, é uma nota de transição — à Administração que nos sucedeu, na qual há também uma nota específica relacionada com a TAP e este processo, onde está descrito como ocorreu, o que é que aconteceu e com que base é que essa facticidade foi suportada, nomeadamente três deliberações unânimes por escrito do acionista único através da Direção-Geral do Tesouro.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Dr. Mário Lobo e agradecer a sua presença.

Queria pegar precisamente no tema que acabou de referir agora mesmo, sobre a questão das deliberações unânimes do acionista, que é mais um ingrediente a juntar àquele das instruções vinculantes, mas neste caso...

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Não, é a mesma coisa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É o mesmo tema. Essa questão das instruções vinculantes ou da deliberação unânime do acionista é algo que é colocado pelos senhores ao Governo como uma necessidade por parte da

própria Administração da PARPÚBLICA, desde logo, no momento que antecede à assinatura dos atos necessários ao pagamento ao Sr. David Neeleman, no momento em que ele sai, em 2020, durante o seu mandato.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — O ofício é de dia 10 de julho, julgo eu, 8 ou 10, digamos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ora, portanto, existindo essas deliberações, a pergunta é: como é que se chegou ao valor de 55 milhões de euros nesse pagamento?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Essa é a pergunta de 55 milhões de euros, digamos assim.

Risos.

Naturalmente, não sei. Alguém saberá ou deverá saber, mas não sei, sinceramente, como é que se chegou a esse valor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, neste caso, a DGTF, o Governo, manda pagar, diz que é 55 milhões...

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Repare, nem sequer foi a PARPÚBLICA que pagou. Essa despesa foi da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, naturalmente. Foi a opção de modelo escolhida para a transação, digamos, e a assunção pelo Estado da sua posição majoritária, que antes não existia e que conduziu à reversão da privatização.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas, no fundo, a questão que também se coloca é qual era o valor da TAP em 2020 que justificasse que 22,5 % da empresa dessem origem a uma indemnização de 55 milhões, ao mesmo tempo, por outro lado, que a indemnização que se propôs aos restantes acionistas, em particular aos trabalhadores, que acabariam por ver as suas ações serem transformadas em lixo.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Não tenho resposta para essa pergunta. Se é uma pergunta que me é dirigida, não tenho resposta nem tenho condições para poder responder. Face à informação de que dispunha, essa matéria não passou por mim.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Dr. Mário Lobo tem ideia de quem é que sabe responder?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Alguém saberá, naturalmente. O Governo deverá saber porque conduziu o processo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É claramente um processo que é inteiramente conduzido pelo Governo e o carácter instrumental ganha praticamente uma nova definição relativamente a esta matéria.

Vou colocar também aqui uma questão que coloquei há pouco na anterior audição, ao Dr. Carlos Durães da Conceição, que tem a ver com a evolução daqueles anos até 2020. Isto é, em 2015, 61 % da TAP foram vendidos por 10 milhões de euros. Seguem-se quatro anos de gestão privada.

Com tudo o que já fomos conhecendo neste inquérito e com a pandemia, os privados abandonam a TAP. A Comissão Europeia faz as contas e diz que a pandemia custou à TAP 640,5 milhões de euros. Para qualquer outro apoio a Comissão Europeia exige uma reestruturação e é feita

a reestruturação para injetar 2,6 mil milhões de euros que faziam falta na TAP.

Portanto, há três hipóteses: ou as contas da Comissão Europeia foram feitas por baixo, ou nos quatro anos da gestão privada foi aberto um buraco gigantesco nas contas da TAP, ou ambas as hipóteses são verdadeiras.

A pergunta é: que análise existe, que reflexão é que é possível a partir dessa questão, perante os valores em presença?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Não tenho resposta para isso.

Aliás, como disse, entrei num quadro posterior a factos que o Sr. Deputado refere e não tenho conhecimento se existia algum estudo sobre esses aspetos, não tenho conhecimento disso.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Grupo Parlamentar do PS. Presumo que será, assim, o Sr. Deputado Bruno Aragão, certo?

Pausa.

Sr. Deputado Bruno Aragão, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Peço desculpa, Sr. Presidente, estava já «rotinizado» e, portanto...

Sr. Doutor, cumprimento-o. Ajude-me só a precisar as datas para que as minhas perguntas possam também incidir sobre o seu período.

Portanto, o senhor entrou em dezembro de 2017 e saiu em junho de 2020, certo?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Julho.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Julho de 2020, exato.

Este é o período que já está para lá do processo de recompra, que ocorre em 2017, e coincide exatamente com o período da pandemia em que, via DGTF e não via PARPÚBLICA, há entrada de capital na TAP, correto?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Correto.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Pergunto-lhe, e não interprete mal a questão que lhe coloco, se relativamente a este processo, que é o que apanha, na fase final, antes do termo do mandato, a que renunciou, se a esta Comissão e nesta sede consegue trazer informação que nos possa ajudar a clarificar todo o processo, ou se essa é uma informação que devemos recolher junto da DGTF e junto da tutela, na altura o Secretário de Estado ou o Ministério das Finanças.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Sr. Deputado, agradeço a pergunta.

A bem do rigor e, digamos, procurando dissipar todo o ruído que este tipo de comunicação pode introduzir, acho que existindo condições e disponibilidade para o fazer, quer a PARPÚBLICA, quer o Tesouro terão informação factual, documental, mais adequada do que aquela que possamos prestar aqui, nomeadamente eu próprio.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Doutor, agradeço essa factualidade, que, de facto, é muito relevante e é isso que nos ajuda também aqui a procurar de forma isenta compreender este processo.

Faço-lhe uma ou duas perguntas mais. Em todo este período, independentemente do processo de privatização, de recompra e depois de entrada de capital — ou até à entrada de capital, depois, em 2020 —, o mínimo que a PARPÚBLICA deteve sobre a TAP foi 34 % — 39 % e depois

34 % com os 5 % —, que é já uma percentagem grande sobre o processo.

Nesse período, a PARPÚBLICA teve sempre o passivo contingente, que é assim que aparece nos relatórios societários da TAP, portanto, a PARPÚBLICA era a responsável, até de acordo com o Tribunal de Contas, pela totalidade da dívida de 615 milhões da TAP, que é, aliás, o que faz o Tribunal de Contas dizer no relatório, no ponto 67, que, na verdade, o Estado era o acionista único, objetiva e materialmente, da TAP. Portanto, isso recai também sobre a PARPÚBLICA.

Pergunto-lhe se, fazendo parte do relatório societário este passivo contingente, fazendo parte do relatório societário os capitais próprios negativos, porque eram negativos, que resultam e que influenciam também as contas da PARPÚBLICA, se não havia um acompanhamento da parte da PARPÚBLICA, enquanto acionista, do que era o processo e a operação da TAP.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Havia um acompanhamento. Aliás, eram feitos reportes regulares, mas como digo, a gestão era privada, digamos assim. Havia, aliás, administradores nomeados pelo Estado, que a acompanhavam mais de perto — o próprio Presidente da TAP e um conjunto de administradores — que acompanhavam de perto a situação e que melhor do que eu, neste caso, poderão, digamos, dar uma resposta mais rigorosa sobre essa questão pertinente.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Coloco então uma última questão e agradeço que nos ajude também a clarificar.

Portanto, o ponto 67 do relatório do Tribunal de Contas diz, cito: «A assunção pelo Estado da responsabilidade da dívida financeira da TAP, SGPS, investe-o, objetivamente, numa posição materialmente similar à da qualidade de acionista único.»

Isto é o que resulta do processo de privatização. Portanto, nós privatizamos a empresa, mas o Estado fica para o Tribunal de Contas, objetivamente, como acionista único.

Ainda assim, a PARPÚBLICA continua a ter, primeiro, 39 % e, depois, os 34 % e assume, no fundo, o passivo, exatamente por isto, enquanto passivo contingente, e tem que incorporar a percentagem devida dos capitais próprios que eram à altura de 206 milhões de euros.

O Sr. Doutor confirma?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Sim, é essa a descrição, digamos, da situação.

O Sr. **Presidente**: — Passo agora a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Mário Lobo e começava por lhe colocar a seguinte questão: no processo de recompra, em 2020, recebeu instruções do então Secretário de Estado do Tesouro, Miguel Cruz, para aguardar até que fosse assinado o contrato no dia em que lhe foi dada essa instrução. A que horas é que ele foi assinado?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Terá havido instruções nesse sentido, mas não era necessário. Nós aguardaríamos, porque sabíamos que esse documento teria de chegar, só que depois da instrução vinculante. Isto é, a instrução vinculante era uma condição prévia à assinatura desses instrumentos.

Sei que foi muito tarde: Não tenho isso preciso, é uma questão que se pode confirmar, não tenho isso preciso. Sei que foi de madrugada, quase, no

dia 22 para 23, não tenho isso preciso. Isso foi há três anos, não vou cometer, digamos, a imprecisão quando ela pode ser confirmada, naturalmente, por documentação, sei lá, não tenho preciso. Mas foi tarde.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, terá sido pelas 3 horas, 4 horas da manhã?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Eventualmente. Sabe, nesses dias nós trabalhávamos até muito tarde.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro, claro, mas sabe porque é que pergunto isso? Porque quando assinamos um contrato desta importância às 3 horas ou 4 horas da manhã, enfim, de madrugada, como disse, tal é diverso de assiná-lo entre as 22 horas e a meia-noite, como disse o Dr. Carlos Durães na sua intervenção anterior. Entendo que se qualquer um de nós assinar um contrato às 10 da noite, é tarde, mas é diverso de ser 3 horas ou 4 horas da manhã.

Bom, o que lhe pergunto é qual foi a participação que tiveram neste contrato.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Participação em que termos, Sr. Deputado? A participação foi subscrevê-lo, por indicação do acionista. Por indicação, não, por indicação vinculante do acionista.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Pressinto, nas suas palavras, que a este «vinculante» subjaz, para além do aspeto formal, um certo desconforto pela instrução, quer dizer, mandam por escrito.

Qual era a sua relação com o Dr. Miguel Cruz, enquanto Presidente, e, depois, Secretário de Estado?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Sr. Deputado, eu renunciei ao mandato em 18, já não sei, em 26 de junho, exatamente porque, para além das questões de natureza institucional, que eu quis salvaguardar, entendi que não estava — no plano pessoal, digamos, daquilo que é a minha forma de estar, no quadro das minhas responsabilidades — confortável com o que sucedeu, e, nomeadamente, com a resposta que me foi dada sobre a ideia de que a substituição do Conselho de Administração ia demorar. E, portanto,... Não sei se foi nesses termos, «de que ia demorar», mas a ideia foi a de que não ia ser tão breve quanto eu entendia necessário que fosse.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não gosto de fazer juízos de valor, porque os factos são fundamentais no apuramento da verdade e este é o objetivo, mas começo a ter a sensação de um mau clima de relacionamento com o Dr. Miguel Cruz.

Há pouco, na audição anterior, vimos que ele centralizava as decisões, portanto, os senhores eram um pouco, e com devido respeito, bonecos neste processo, e, depois, foi-vos mandado assinar uma coisa que foi liderada por ele fora da PARPÚBLICA, na DGTF.

Qual era o vosso papel nisso, como é que você se sentia nisso?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Sr. Deputado, como disse, o desconforto, naturalmente, existia, tanto mais que quando o membro do Governo que tutela a empresa PARPÚBLICA sai, naturalmente, aceitando o convite para a Secretaria de Estado do Tesouro, que tutela a empresa, e aceita que a administradora financeira seja a sua chefe de gabinete— ainda que possa ser dito que a própria renunciaria, como renunciou, ao mandato —, ainda por cima no quadro delicado em que se vivia, revela, pelo menos, que não há preocupação de atender ao bom governo da empresa, no sentido da exigência

que se impunha à PARPÚBLICA, que não tinha Comissão de Auditoria, tinha dois administradores que tinham renunciado, outros dois que acabaram por renunciar, incluindo o próprio Secretário de Estado, naturalmente.

Portanto, tutelando ele a empresa, achei que era uma preocupação que não estava a ser demonstrada, digamos assim, quando, a meu ver, seria a pessoa talvez mais conhecedora das responsabilidades que implicavam uma administração da PARPÚBLICA na perspetiva de um bom governo da empresa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Diz-me, então, se bem percebo, e corrija-me se estiver enganado, que houve um esvaziamento, digamos, dos órgãos societários da PARPÚBLICA, que gere todas as participações do Estado, por parte do Prof. Miguel Cruz, que, ao sair, leva consigo estas competências, leva para chefe de gabinete um quadro, aparentemente, o assessor jurídico também transita para a esfera do Dr. Miguel Cruz, e portanto, ficam os senhores, somente, dois elementos do Conselho de Administração, a servirem, digamos, de figurantes, à espera de cartas vinculantes para porem uma assinatura às 4 horas da manhã. Portanto, a PARPÚBLICA, no essencial de um grande processo como a TAP, é conduzida, no essencial, e só, pelo Prof. Miguel Cruz.

Posso interpretá-lo assim?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Não foi isso que eu disse, Sr. Deputado, tanto mais que eu não acredito que este processo fosse da exclusiva responsabilidade de um membro do Governo, digamos assim.

Havia, naturalmente, contactos ao nível do Governo, que eu não vou aqui, pronto... pressuponho. Não houve uma intenção de esvaziar. O que é facto é que a sucessão de factos conduziu a uma fragilidade da governação da empresa, que não tem que ver diretamente com o Prof. Miguel Cruz.

Houve factos muito anteriores que sucederam no âmbito da Administração, nomeadamente, dois membros da Comissão de Auditoria, que eram administradores, que tinham renunciado em 2019, e depois, naturalmente, estas duas renúncias conduziram, de facto, a uma fragilização da PARPÚBLICA, que, independentemente disso, devo dizer, no caso, e em abstrato, fosse qual fosse a composição da Administração, a natureza instrumental da PARPÚBLICA, enquanto detida a 100 % pelo Estado, perante uma decisão política que visava a reversão da privatização — porque é uma decisão política —, tem subjacente, naturalmente, que a empresa é necessária nesse processo jurídico-legal e cumpre as instruções que o Estado determina para dar execução a essa vontade, política, naturalmente, do Governo, porque entendia que deveria ser assim.

Portanto, nesse aspeto, podem aqui discutir-se questões de estilo, e discutir-se-ão, e terão sido também importantes, mas no essencial esta é a realidade. A PARPÚBLICA teria sempre este papel, como empresa detida a 100 % pelo Estado. É o acionista que determina o que é que a empresa deve fazer na persecução do interesse público.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não deixa de ser curioso esse contrato ter sido assinado às 4 horas da manhã, quando o Partido Socialista acusa o PSD e o CDS de, a altas horas, terem assinado o outro contrato.

Mas queria perguntar-lhe o seguinte: então, das suas palavras, interpreto uma PARPÚBLICA meramente para assinar os contratos. É isso? Qual é o seu parecer no processo? Qual é a sua mais-valia no processo?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Sr. Deputado, neste dossiê em concreto, dados os seus contornos políticos e a sua dimensão, a PARPÚBLICA atuava aqui, naturalmente, num contexto instrumental. Poderia ter sido mais envolvida, deveria, talvez, ter sido mais envolvida, mas, efetivamente, não

foi isso que aconteceu. Sobre isso não faço... Digamos assim, é o que é, foi o que foi.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Foi prevista uma comissão paritária, que era o último reduto de defesa dos interesses do País e do Estado após o processo de 2015. Esta comissão era absolutamente crucial para manter os capitais de reforço que foram feitos na TAP, para que não fossem retirados, para que não fosse descapitalizada, e para defender, em última linha, aquele que era o interesse estratégico do País na companhia. Conhece esta organização, este instrumento, melhor dito? E tem, ou não, conhecimento de que alguma vez ele foi constituído e funcionou?

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Não tenho presente. Foi anterior, aliás,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, não! Não é anterior!

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar com a resposta, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Peço desculpa, não me recordo. Quero crer que foi anterior à minha entrada na empresa.

O Sr. **Presidente**: — A resposta é que não tinha conhecimento, Sr. Deputado. Portanto, é por aí...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu vou precisar, porque é importante.

O Sr. **Presidente**: — Então, faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O que eu tentei perguntar foi o seguinte: a criação desta comissão paritária decorre do processo de privatização de 2015, e esta comissão paritária funcionaria subsequentemente a este processo. O Sr. Doutor esteve em funções de 2017 — vá lá, 2018, porque disse que foi a partir de 20 de dezembro — a 2020, e a pergunta que lhe fiz foi se — no período em que lá esteve, naturalmente — conheceu, ouviu falar desta comissão paritária ou teve conhecimento de que ela existia ou que funcionou e produziu atas, documentos, no exercício do âmbito para o qual foi criada. Era esta a questão.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Não tenho memória de isso ter acontecido. Posso estar enganado, mas não tenho memória de isso ter acontecido.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, antes de iniciar a intervenção, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa, se for possível.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, queria só colocar uma questão à Mesa, e também com a ajuda dos serviços, sobre se já foi enviado para o Governo o que foi deliberado ontem, isto é, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega para que fosse remetido, com carácter de urgência, o parecer jurídico que sustenta as duas demissões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos a elaborar os termos finais, mas penso que nas próximas horas será enviado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, nesse seguimento, acho que não vale a pena prosseguir com o pedido, porque a informação que temos é a de que o Sr. Ministro das Finanças diz que, afinal, já não há parecer e que se baseou, para os despedimentos, numa ata da assembleia geral que aconselhou a demissão imediata do Presidente do Conselho de Administração e da Presidente da Comissão Executiva.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Chega faz um requerimento oral à Mesa, e fá-lo-á, depois, por escrito, pedindo, com carácter de urgência, a ata da assembleia geral que deliberou sobre a demissão dos dois administradores.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, nós estamos agora nesta inquirição e acho que devíamos prosseguir, de qualquer forma, com os trabalhos. Está registado o seu ponto e pedia-lhe que fizesse, então, as suas perguntas, a sua inquirição nesta ronda.

O Sr. Deputado Paulo Moniz está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, é para interpelar a Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Queria anunciar e informar a Mesa de que entregámos sete requerimentos hoje, um dos quais a solicitar a deliberação conjunta da DGTF e da PARPÚBLICA sobre os despedimentos, quer da CEO, quer do Sr. Presidente do Conselho de Administração. Portanto, esperamos e apelamos ao seu encaminhamento urgente para a sua obtenção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eles foram distribuídos. Penso que chegaram à Mesa já no início dos trabalhos. De qualquer forma, já foram distribuídos.

Mas vamos continuar com a inquirição, sem prejuízo de abordarmos esses temas depois.

Sr. Deputado Filipe Melo, pode iniciar a sua inquirição.

Peço desculpa, queria só dizer, porque acabei por não o fazer, que têm agora 2 minutos para as intervenções de cada um dos Srs. Deputados dos grupos parlamentares e, imediatamente a seguir a esses 2 minutos, o Sr. Doutor responderá às questões que foram formuladas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Mário Lobo, há instantes, quando lhe fiz a primeira pergunta, o Sr. Doutor achou estranha a questão do interesse nacional que lhe coloquei. Mas vou reforçar que todos, todos os depoentes nesta Comissão devem ter o interesse nacional sempre presente, porque este é um caso de interesse nacional, sem sombra de dúvida.

Posto isto, gostava de lhe deixar a mesma questão. Uma vez que o Sr. Doutor trabalhou com o Dr. Carlos Durães durante muito tempo, partilham, eventualmente, as mesmas opiniões, coloquei esta questão, obtive uma resposta clara e vou fazer a mesma pergunta ao Sr. Doutor.

Soubemos que, em novembro de 2015, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista exerceu pressão sobre a PARPÚBLICA para que não fosse assinada a venda. Uns anos mais tarde,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa. Eu pedia que criássemos condições para o Sr. Deputado poder usar da palavra em silêncio e para todos nos podermos ouvir. Pedia mesmo a vossa ajuda nesse sentido.

Sr. Deputado, faça favor de prosseguir. Peço desculpa pela interrupção.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... o mesmo Grupo Parlamentar do Partido Socialista programa uma reunião, a pedido do Governo, com a CEO da TAP no dia anterior à sua vinda a este Parlamento. Portanto, duas ingerências gravíssimas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre a mesma matéria, a TAP, com uma distância temporal de oito anos. Eu pergunto ao Sr. Doutor, de forma muito clara, se há, ou não, por parte do Partido Socialista, uma ingerência clara, inequívoca e abusiva sobre o que é gerir empresas públicas. Em 2015, referimo-nos à PARPÚBLICA; em 2023, à TAP. Há ou não há? Uma resposta clara, concisa e aberta, é o que lhe peço.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Sr. Deputado, mais uma vez, há pressupostos na sua pergunta que a resposta «sim» ou «não» tem de ter em conta. E se eu não estiver de acordo com esses pressupostos, obviamente que a resposta «sim» ou «não» fica enviesada. Digo isto para ser totalmente verdadeiro com a minha reação à formulação da pergunta, Sr. Deputado, e não é por má vontade de responder. É que, face aos pressupostos da pergunta, a resposta «sim» ou «não» acaba por sair enviesada, porque eu não concordo com esses pressupostos. Não me revejo nesses pressupostos, tal qual eles são expressos pelo Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, vou colocar duas questões. Primeiro, o Sr. Doutor diz que é uma pergunta complexa para uma resposta de «sim» ou «não». Eu tive o cuidado, e sublinho, o cuidado de pedir uma resposta aberta. Uma resposta aberta é o contrário de «sim» ou «não», que é uma resposta fechada. E eu relembro também, e peço ao Sr. Presidente que faça o favor de lembrar o Dr. Mário Lobo, que esta é uma comissão de inquérito, esta não é uma comissão habitual, e que nesta comissão as

respostas devem ser dadas e meias respostas ou não respostas aqui não são aceites.

Portanto, Sr. Presidente, faço-lhe este apelo, porque senão vou interpelar a Mesa as vezes que forem necessárias até obter esta resposta.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço, Sr. Deputado, e partilho com o Sr. Doutor a perspectiva que o Sr. Deputado referiu, de que não é necessário ser uma resposta fechada, de «sim» ou «não». No fundo, é se pode dar mais alguns esclarecimentos sobre a questão que foi colocada.

Sobre os condicionalismos e as condições em que se é ouvido numa comissão de inquérito, é evidente — e é, aliás, nesse pressuposto que as pessoas são convocadas — que é precisamente para colaborarem e darem uma resposta com verdade a todas as questões.

Portanto, Sr. Doutor, dentro dos possíveis, agradecia-lhe que pudesse dar um contributo nas questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado.

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — É-me pedido para entrar numa dimensão diferente daquela em que eu considerava, e considero, que podia ser útil, mas aquilo que eu poderei responder é que, na dimensão política da gestão deste dossiê, tem havido, de facto, como é que hei de dizer... uma forma um pouco inábil de lidar com ele. Penso que é isso, digamos assim, o que terá conduzido, naturalmente, a uma perceção talvez no sentido daquela que o Sr. Deputado querera que eu confirme tão taxativamente como gostaria, mas, de facto, eu tenho muita dificuldade em fazê-lo, porque entra numa dimensão política na qual não sei movimentar-me.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço a resposta.

Passamos agora às perguntas do Sr. Deputado Bruno Aragão, querendo, porque os restantes grupos parlamentares, pelo que percebi, prescindiram.

Portanto, Sr. Deputado Bruno Aragão, poderá colocar as questões. Tem 2 minutos para o fazer.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, vou colocar questões simples, só para terminar e para aclarar alguns aspetos.

O senhor distinguiu estilo e forma. O que lhe pergunto é se, do ponto de vista formal, no período que já reportou, que tem a ver com 2020, os processos seguiram formalmente como deviam seguir. Portanto, a PARPÚBLICA teve aquilo a que têm chamado «instruções contingentes» ou «cartas de contingência»,...

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Vinculantes!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — ... vinculantes, peço desculpa pela minha imprecisão. Pergunto se, desse ponto de vista, a PARPÚBLICA fez, formalmente, o que devia fazer e se remeteu à DGTF o que devia remeter.

Pergunto-lhe ainda se, no período em que estava na PARPÚBLICA e em que acompanhava a gestão da TAP — porque a PARPÚBLICA continuou a ter uma percentagem sobre a TAP —, a PARPÚBLICA fez algum tipo de relatórios ou de reporte desse acompanhamento que tenha ficado em arquivo e que possamos, ou não, consultar.

Sobre isso não tenho mais nenhuma questão e agradeço, naturalmente, a sua cordialidade.

O Sr. Dr. **Mário Lobo**: — Sr. Deputado, posso responder afirmativamente à questão do cumprimento formal e legal neste processo,

por parte da PARPÚBLICA, de acordo com as instruções do acionista único, que, no fundo, determina que a PARPÚBLICA subscreva determinados instrumentos jurídicos.

Quanto à existência desse... até porque não sei o que se passou depois de 2020, talvez essa pergunta possa ser dirigida a quem me sucede nesta Comissão, digamos assim, em termos de inquirição.

O Sr. **Presidente**: — Da parte do Grupo Parlamentar do PSD, é o Sr. Deputado Paulo Moniz que intervém agora, certo?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, prescindindo.

O Sr. **Presidente**: — Então, penso que não haverá também nenhuma inscrição para a terceira ronda, de Deputados inscritos a título individual.

Pausa.

Nesse caso, queria, então, agradecer, pessoal e institucionalmente, a presença do Sr. Doutor e os esclarecimentos que deu e desejar-lhe as maiores felicidades.

Vamos suspender os nossos trabalhos durante 10 minutos.

Muito obrigado. Até já.

Eram 19 horas e 14 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos retomar os nossos trabalhos, assim que os Srs. Deputados estejam confortavelmente instalados.

Eram 19 horas e 24 minutos.

Se todos estiverem de acordo, vamos passar à terceira audição.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Presidente, só uma pergunta rápida.

Pode-nos dizer se já deu resposta à resposta de ontem do Governo? Já seguiu essa resposta?

O Sr. **Presidente**: — Há pouco referi isso. Estávamos na elaboração final do texto entre os serviços, mas estará pronta, com certeza, para sair ainda hoje. Estou convencido disso.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Obrigado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — V. Ex.^a quer proceder já às deliberações que temos de fazer sobre os requerimentos?

O Sr. **Presidente**: — Penso que deixávamos para o final, porque estamos atrasados e, portanto, acho que devíamos agora fazer esta parte toda, ou seja, às 19 horas, que era a hora prevista, ouvir o Dr. Jaime Serrão Andrez, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA, acompanhado por Ana Santos Martins, vogal do Conselho de Administração da PARPÚBLICA.

Se estiverem de acordo, suspendo agora os trabalhos, pois vou receber a equipa da PARPÚBLICA, para ver se conseguimos recuperar o tempo que temos em atraso.

Portanto, vou suspender os trabalhos.

Eram 19 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 27 minutos.

Dou as boas-vindas ao Dr. Jaime Serrão Andrez, aqui na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA, acompanhado pela Dr.^a Ana Santos Martins, vogal do Conselho de Administração da PARPÚBLICA, agradecendo a vossa presença.

Penso que não têm apresentação inicial, portanto, vamos passar já à parte das questões dos grupos parlamentares e dos Srs. Deputados.

A primeira ronda — iniciaremos pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal — será de pergunta-resposta, ou seja, cada um dos grupos parlamentares fará perguntas, seguidas imediatamente da resposta, com a intermediação da Mesa.

Na segunda ronda, serão 2 minutos para cada um dos grupos parlamentares e a resposta será dada findos esses 2 minutos, não é pergunta-resposta.

Poderá ainda haver uma terceira ronda, para inscrição individual dos Srs. Deputados.

Vai usar da palavra, pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Jaime Andrez e quem o acompanha.

Queria perguntar, sobre o processo de nacionalização de 2020, 2021, em que é que a PARPÚBLICA foi envolvida?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez** (Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardo Blanco.

No âmbito do período posterior à minha entrada — é essa a sua questão? —, foi envolvida no sentido de concluir o processo que se tinha iniciado previamente da aquisição de 22,5 % da participação da Atlantic Gateway.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A PARPÚBLICA assinou algum acordo com a Atlantic Gateway ou com o Sr. Neeleman?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — A PARPÚBLICA assinou, previamente, os documentos que eram instrutórios da conclusão dessa operação de venda, claro que sim.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Gostaria de lhe perguntar porque é que o Sr. Neeleman recebeu os 55 milhões de euros. Não vou dizer que foi o único na Europa — pode-me faltar alguém —, mas praticamente nenhum acionista privado recebeu naquela altura. Porque é que o Sr. Neeleman recebeu essa quantidade de dinheiro?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Os 55 milhões de euros resultam do estabelecido no Decreto-Lei n.º 39-B/2020, que estabelece o valor de aquisição não só das ações representativas da Atlantic Gateway, como também das prestações acessórias que lhe diziam respeito.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — No caso desse valor das prestações acessórias, dos 227 milhões de dólares, como, na recompra, o Governo acabou com aquela cláusula em que o dinheiro tinha de ficar lá 30 anos, em

caso de alguma cláusula de incumprimento — como era o caso desta reconfiguração —, o Sr. Neeleman tinha direito a essas prestações, certo?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Daquilo que eu conheço, essa regra não foi anulada, essa regra manteve-se, tanto mais que as prestações acessórias se mantiveram na empresa, mudando o titular, é evidente, mas mantiveram-se na empresa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Podemos, pelo menos, supor que os 55 milhões de euros tinham, em parte, a ver com isso, com o facto de o Sr. Neeleman ter direito a isso? Por isso, não querendo que todo esse dinheiro saísse, pagou-se uma quantia inferior à dos 55 milhões?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, essa foi a quantia que foi negociada e que, a nosso ver, e a meu ver, representa não só as prestações acessórias, mas também as ações correspondentes.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por outro lado, o outro acionista privado teve a sua posição diluída e, do que se sabe — pelo menos, do que eu sei —, não recebeu nada.

Queria-lhe perguntar se é mesmo assim, ou se houve algum tipo de acordo, promessa ou garantia?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — O outro acionista privado, que remanesce na empresa, manteve a sua posição e acresce parte das prestações acessórias que vêm das prestações acessórias do Sr. Neeleman.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim, mas viu a sua posição diluída, sem receber nada, certo?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Diluído? Se mantém, não dilui, não é?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas mantém, como?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Está a falar da HPGB?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — A HPGB mantém a posição no capital social e acresce as prestações acessórias.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Isto se calhar é uma confusão temporal. Depois...

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Ah! Mais tarde?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim, sim! Aconteceu muita coisa nesses meses, eu sei, mas...

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Peço desculpa, Sr. Deputado Bernardo Blanco, não percebi a globalidade da sua questão.

Sim, mais tarde, por altura da aprovação do auxílio de Estado de 2,5 mil milhões de euros, há uma operação que estava prevista no plano de reestruturação, uma operação financeira de *owner* do capital, em que, pela

venda que é associada a essa operação, por 1 €, mais do que dilui, desaparece o capital.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas não é estranho que, num caso, tenham pagado 55 milhões de euros e, no outro caso, não tenha havido nada?

Estou-lhe só a perguntar se houve algum tipo de acordo, ou garantia, ou promessa. Caso não tenha havido, a resposta é «não» e eu passo para a próxima pergunta. Só quero mesmo saber isso.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não houve. São dois momentos diferentes, dois contextos diferentes: um é o resultado de uma negociação e o outro é uma sequência do cumprimento do estabelecido no plano de reestruturação aprovado pela Comissão Europeia.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nas negociações com a Comissão Europeia, há uma série de comunicações, a que esta Comissão também teve acesso, e a Comissão Europeia diz que a TAP precisa de novos fundos, ou de novas contribuições próprias. A primeira opção que dá para isso é a entrada de um novo investidor privado.

Gostaria de saber se houve algum esforço feito nesse sentido.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sim, Sr. Deputado, houve esforços, que têm vindo a ser relatados desde o primeiro relatório semestral que o Estado é obrigado a apresentar à Comissão Europeia, no sentido de relatar a evolução do cumprimento daquilo que está estabelecido nesse plano de reestruturação. São apresentados os esforços que foram feitos, as entidades contactadas e as dificuldades que se verificaram para encontrar interessados na aquisição ou no financiamento por outro mecanismo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Foi nesse momento, ou foi só depois, que o empréstimo com o Santander e com a Caixa, com 90 % de garantias do Estado, foi decidido?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não. O empréstimo de que penso que o Sr. Deputado Bernardo Blanco está a falar tem a ver com um empréstimo que já vem do passado e que, depois, foi reagrupado no âmbito da reestruturação, com alterações das condições de financiamento. Desse reagrupamento, surge um sindicato bancário representado sempre por um agente, que vai rodando. Portanto, isso já vem do passado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — De que forma é que conseguiram responder a esta exigência da Comissão, que queria aumentar o nível de contribuições próprias da empresa?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Existem dois mecanismos, no âmbito das negociações do plano de reestruturação.

Devo dizer que as negociações do plano de reestruturação foram muito difíceis, foi um exercício muito exigente para todos, incluindo a Comissão Europeia. Foi um ano em que, sem qualquer exagero, se trabalhou, por vezes, noite e dia, muitas vezes nos fins de semana, durante as férias de 2021, com uma produção enorme de informação, com construções de cenários sucessivos sobre o *business plan* e sobre dois instrumentos que eram muito importantes para a decisão final por parte da Comissão Europeia e que, de algum modo, têm a ver com aquilo que o Sr. Deputado Bernardo Blanco referiu.

Esses dois instrumentos são, de facto, aquilo que se entende por *burden sharing* — eu diria «partilha de perdas» —, em que, no fundo, se distribuem as perdas por diversos *shareholders*, por diversos intervenientes

no capital da empresa. Isso vem, depois, a ser tipificado e cumprido exatamente no final de 2022, em dezembro — mas podemos dar as datas precisas —, e, no fundo, vem reduzir a zero essas participações.

Juntando a esse instrumento, há um outro, que se chama comumente *own contribution*, mas que podemos traduzir, para melhor compreensão, por «contributo próprio». Admito que, agora, estamos no campo da sua pergunta. A contribuição própria, ou contributo próprio, tem a ver com o esforço da TAP e de outros *shareholders* — já estamos para além dos outros *stakeholders* —, ou seja, de *shareholders*, acionistas e *stakeholders* interessados, em que se incluem, por exemplo, os trabalhadores, os credores, enfim, diversos outros participantes, no sentido de implicar uma redução de custos para ajudar a viabilização da atividade económica e financeira da empresa.

A partilha de perdas tem muito a ver com o impacto financeiro, portanto, tem efeitos sobre a reestruturação financeira, enquanto este é mais um instrumento económico, portanto, tem impacto na eficiência económica e na redução de custos.

Esta soma da contribuição própria com o auxílio de Estado global — não só o auxílio da reestruturação, mas também o auxílio da compensação covid — é que vai dar o custo global da reestruturação, que, no âmbito do plano de reestruturação e da decisão da Comissão, atinge cerca de 5000 milhões de euros.

Eu não sei se respondi à questão de um modo geral, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nesse seguimento, chegaram duas propostas de duas empresas britânicas ao Sr. Secretário de Estado Miguel Cruz — que depois até reencaminhou uma delas com conhecimento para si —, para apoio à reestruturação e financiamento da TAP, e até está explicitamente escrito na proposta «de modo que os credores também

partilhem o ónus e evitar assim ainda mais perdas adicionais para os contribuintes».

Gostaria de saber se a PARPÚBLICA, ou alguém, deu seguimento a estas duas propostas que foram recebidas.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sr. Deputado, peço desculpa, pode repetir? Proposta de...?

O Sr. **Presidente**: — Agradecia, Sr. Deputado, que pudesse clarificar a pergunta.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Chegaram duas propostas, uma de uma empresa britânica, a Pulsar Development International — o senhor recebeu também este *e-mail*, e até lhe posso dizer o dia, 24 de fevereiro de 2021 —, e outra de outra empresa, que é a Gleacher Shacklock.

O objetivo que estavam a propor ao Governo, que depois deveria analisá-lo, mas também o enviaram para a PARPÚBLICA, era exatamente o de apoiar a reestruturação e o financiamento, de modo que houvesse mais, como lhe chamou, partilha de perdas, em português, para que os contribuintes não tivessem de pagar tanto.

O que lhe estou a perguntar é se houve seguimento, se estas propostas foram analisadas ou não.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Na verdade, peço desculpa, não tenho presente essa, digamos, sugestão. Admito que sim, se tem esse *e-mail*, mas também não me recordo de ter dado qualquer sequência ou algum resultado, mas provavelmente foi avaliado.

De qualquer forma, quem deveria fazer esse exercício não seria a PARPÚBLICA, mas seria, neste caso, a própria TAP. Como eu digo, desde

o primeiro *report* que a TAP faz o relato desses esforços, referindo as instituições que, no fundo, foram abordadas no sentido de procurar uma parceria de financiamento. Trata-se de consultar o *report* e verificar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) recomenda — e isso até vem nas várias auditorias do Tribunal de Contas — que nestes processos haja sempre uma análise custo-benefício aos vários cenários.

Eu pergunto-lhe se neste processo de nacionalização alguma coisa foi feita.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — A análise custo-benefício é uma boa prática, é uma norma de qualquer análise económica.

Eu costumo dizer que nada é bom, nada é mau à partida. Só depois de avaliarmos devidamente o custo-benefício de uma determinada situação financeira ou económica é que podemos avaliar se ela está correta, não por ser mais cara, não por ser mais barata, mas por encontrar um resultado positivo, quer seja através de uma subtração ou de uma relação de divisão que dá essa relação custo-benefício, que é, no fundo, uma divisão entre benefícios e custos, ou custos e benefícios. Há quem lhe chame custo-benefício, há quem lhe chame benefício-custo, eu prefiro benefício-custo, por causa da relação direta da avaliação positiva ou não.

Quando estamos a avaliar uma situação destas... Vejamos, quando entrámos na PARPÚBLICA, encontrámos uma empresa que estava numa situação de emergência, uma empresa que, se não tivesse uma intervenção imediata e robusta, seria liquidada em pouco tempo.

É por isso que a Comissão, numa decisão que até considero rápida, vem a aprovar a verba inicial, que, numa primeira fase de análise, tinha tido uma apreciação de tipo covid. Depois verifica-se que não cumpria os

requisitos do apoio covid. Percebe-se a emergência, a necessidade, não se separa o processo de avaliação e concessão, faz-se é depender da consolidação, ou seja, de uma validação futura desse apoio imediato de 1,2 mil milhões de euros de um plano de reestruturação que seja aprovado pela Comissão Europeia. Inicialmente até se pensou que 1,2 mil milhões de euros era uma quantia suficiente, depois verificou-se que a recuperação da empresa era muito maior.

A avaliação benefício-custo numa empresa como a TAP, com as implicações que tem a nível macroeconómico, com as diversas áreas dessa avaliação macroeconómica, com uma avaliação da importância estratégica da empresa, é uma avaliação que não é linear, que não é simples, que não implica apenas o que vamos receber diretamente de uma venda ou aquilo que ela vai ser através dos custos da mesma.

Portanto, numa avaliação global, em termos das consequências que podia haver na liquidação da empresa, eu entendo que, sim, uma avaliação benefício-custo com esta exigência, com esta exigência alargada, seja positiva.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu também percebo que seja positiva, mas o que eu concluí da resposta foi que não houve, ao contrário de outros países, em que não só houve como se emprestou, em vez de se nacionalizar.

Outro processo de reconfiguração social que está a haver é a privatização — que há, que não há, está tudo a haver, mas formalmente não há —, e eu gostaria de lhe perguntar se a PARPÚBLICA sabe de alguma coisa, se está envolvida de alguma coisa.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sobre?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Privatização atual.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — A atual privatização.

É um processo que está ainda muito em aberto, na sua fase ainda exploratória, em que não há orientações expressas de que tenhamos conhecimento. Portanto, sobre essa matéria não posso opinar com rigor, com algum suporte que credibilize a minha posição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — Sr. Presidente, eu perguntei se a PARPÚBLICA está envolvida no processo.

O Sr. **Presidente**: — Eu penso que a resposta foi que é uma fase ainda, toda ela, muito exploratória e tudo isso.

Mas, Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Se me permite, Sr. Presidente, eu também não entendi. Peço mais uma vez desculpa por não ter entendido, ainda por cima porque estou a repetir uma incapacidade de compreensão daquilo que o Sr. Deputado me coloca.

A PARPÚBLICA está sempre envolvida nas apreciações que o Governo faz, legitimamente, nas suas intervenções, e, portanto, vai entrando nessa reflexão — nessa reflexão que eu disse —, mas sem haver neste momento conclusões, decisões suficientes para eu poder concluir em que termos é que estamos nesse processo. Mas, sim, somos ouvidos, naturalmente que somos.

A PARPÚBLICA é uma instituição de apoio ao Governo nas suas tomadas de decisão. Nós compreendemos e entendemos que é legítimo haver, da parte do Governo, uma intervenção nas atividades da

PARPÚBLICA, e não temos de a entender como sendo uma interferência. Ela é legitimada pelo regime jurídico do setor público empresarial, que, em artigos expressos, define em que condições é que essa intervenção deve ser feita a nível do Estado enquanto acionista.

Fá-lo de diversas formas, mas é, naturalmente, apoiado: é apoiado diretamente pela PARPÚBLICA, é apoiado diretamente por outras instituições públicas mais próximas, como a DGTF, mas outras foram ouvidas, por exemplo, no âmbito da TAP, que é uma situação muito particular de acompanhamento por parte do acionista Estado.

A PARPÚBLICA é uma instituição que detém quadros altamente qualificados em determinadas matérias, tem uma capacidade e um conjunto de informação e competências de grande valor para diversas tomadas de posição por parte do Governo. Não é sequer crível, nem ninguém pode acreditar, que, com esta potencialidade de apoio técnico, o Governo não oiça a PARPÚBLICA.

Claro, nesse contexto, a decisão final é do Governo, mas ela é tomada habilitando-se com um conjunto de apoios técnicos de diversa ordem, entre os quais — não estou a dizer que é só — está o da PARPÚBLICA.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, as duas pessoas que vieram aqui antes disseram um bocadinho o contrário, mas depois terei oportunidade de ver.

Muito rapidamente, queria só saber se a PARPÚBLICA tinha alguém a controlar as contas da M&E Brasil ou as injeções que a TAP fazia lá, se estava a par de alguma coisa disto ou não.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, nós controlávamos as contas da TAP, sim, as contas consolidadas da TAP, e esse acompanhamento era feito, claro.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do PCP, o Sr. Deputado Bruno Dias.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria começar por cumprimentar o Sr. Presidente da PARPÚBLICA e quem o acompanha.

As audições da Comissão de Inquérito são transmitidas, são publicitadas. Por acaso, o senhor não acompanhou as audições que acabaram de ter lugar esta tarde, pois não?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Parte das duas, sim.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É que foi com alguma perplexidade que nós ouvimos, digamos, a explicação que acaba de partilhar connosco sobre o envolvimento da PARPÚBLICA, a responsabilidade que tem vindo a assumir neste processo, digamos, a mobilização dos recursos do ponto de vista do conhecimento, da informação, da análise, em relação ao processo da TAP, quando as últimas horas que passámos nesta sala foram com a Comissão Parlamentar de Inquérito a tomar conhecimento de que praticamente ninguém soube de nada — administradores da PARPÚBLICA! —, e mesmo para assinar acordos e documentos oficiais em relação à TAP, foi mediante instruções vinculativas por parte do Governo e deliberações do acionista, porque nem sequer sabiam.

Esta situação na sua presidência alterou-se de uma forma substancial ou as situações têm alguma coisa a ver com esse relato?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sr. Deputado Bruno Dias, muito obrigado pela questão, porque, se isso foi colocado nesses termos, eu só agradeço a possibilidade que tenho de esclarecer naquilo que diz respeito ao período em que estou na PARPÚBLICA.

Não posso opinar, nem conheço o contexto, não conheço aquilo exatamente. Como disse, ouvi partes, até porque, quando me deslocuei para aqui, perdi uma grande parte, principalmente da última intervenção, e também não ouvi a primeira parte toda.

Mas aquilo que lhe posso dizer é que as instruções — qual foi a expressão que utilizou? — vinculativas são vinculativas de um acionista, tal como tomadas em assembleia geral. Ou seja, uma DUE, uma decisão unânime por escrito — às vezes aparece DSUE, ou DUE, DSUE só tem o «social» no meio, deliberação social unânime por escrito —, tem a mesma validade de uma assembleia geral, porque às vezes podemos dizer que foi uma deliberação em assembleia geral ou uma deliberação unânime.

Quando os acionistas estão todos de acordo, em vez de haver uma assembleia geral — e isso consegue conferir maior eficiência à decisão, no mínimo em termos de tempo, não é preciso convocar, não é preciso cumprir determinadas tramitações administrativas, a decisão é rápida, se for esse o objetivo. Mas pode a decisão não ter essa urgência e, nesse caso, marca-se uma assembleia, independentemente de os acionistas estarem de acordo e, mais ainda, por exemplo, se os acionistas forem, eles próprios, direta ou indiretamente, representantes do Estado.

Portanto, nessa circunstância, quando dizemos que houve ou que não houve uma decisão unânime por escrito, as questões são discutidas previamente. Repito, a decisão final é a do Estado, no contexto e nos termos em que ela é proferida, mas é proferida com a legitimidade da intervenção do acionista, que se chama Estado, na empresa.

Umas vezes interferimos mais, outras vezes intervimos menos, mas, de algum modo, há — sempre houve —, no Conselho e na instituição que presido, essa relação entre acionista e órgão de gestão. Mas um órgão de gestão obedece a uma decisão dos acionistas em Assembleia Geral ou, em sua substituição, expressa numa decisão unânime por escrito.

Isso sim, não sei como foi, pelo que não posso utilizar a palavra do Sr. Deputado Bruno Dias, não posso usar o termo «alterou-se», porque desconheço como era antes. Posso-lhe dizer é que o que eu testemunho hoje nessa relação com o Governo — leia-se, Governo representando o Estado — é que a relação é normal. É uma relação normal.

Na maior parte das participadas temos... Ou melhor, peço desculpa: em algumas participadas o nosso grau de autonomia e decisão é maior, porque, porventura, a importância estratégica ou política para o Governo, para o Estado, é outra. Podem dar-nos simplesmente um mandato com liberdade de atuação. Mas a situação da TAP é, realmente, uma situação muito particular.

Por exemplo, no meu caso — estou a falar de uma situação um bocado diferente da situação até à nossa entrada —, quando eu entro, entro, como eu disse há bocado ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, num estado de emergência. Quando entro estamos, praticamente, na conclusão de uma aquisição de participações, e entramos a fundo num processo de reestruturação. Isto com a complicação, com a tensão, com o espectro em cima de nós de que, se não fôssemos bem-sucedidos nestas negociações com a Comissão, seria um desastre, seria a liquidação da empresa. É a minha visão, de que seria a liquidação da empresa. Não podíamos chegar ao final do período de negociações — que tentámos antecipar o máximo possível, mas que durou um ano, desde a apresentação da primeira proposta de reestruturação até à sua aprovação no final de 2021 —, não podíamos aceitar, não podíamos acreditar, nós que trabalhámos em conjunto na negociação

deste plano de reestruturação, no cenário de que não teríamos sucesso. Isto porque o insucesso, ou seja, a não-aprovação do plano de reestruturação, Sr. Deputado, era a devolução por parte da empresa de 1,2 mil milhões de euros.

Se ele foi necessário e insuficiente à partida, como eu disse, bom, agora veja as consequências disto tudo. Ou seja, era uma situação que não poderíamos de alguma maneira ter em conta.

Foi realmente um processo difícil, mas que, com o esforço de ambos os lados e com a compreensão da Comissão Europeia, com respeito pelas regras comunitárias — principalmente no âmbito da legislação da concorrência —, com respeito pelas boas práticas da racionalidade e comprovação da viabilidade que é expressa pela Comissão Europeia na decisão, tudo acabou por acontecer com sucesso, definindo-se os tais 2,5 mil milhões de euros, aos quais acresceram, depois, 640 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, queria só...

Não vou fazer ainda a pergunta, e a questão que vou colocar não é uma provocação. Presumo que os senhores tenham a noite toda, e nós também, mas, por uma questão de eficiência dos trabalhos, estava a pensar que algumas pessoas que estiveram a ouvir esta pergunta que eu fiz e a resposta que o senhor deu, porventura já se terão esquecido da pergunta.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Peço desculpa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pronto. Portanto, sem, de modo nenhum, tentar coartar a liberdade de pensamento e de expressão do senhor, que está aqui como depoente, recordo que a pergunta que eu tinha feito tem a ver com

o envolvimento da PARPÚBLICA nos processos de decisão e com não colocar a PARPÚBLICA à margem da informação nos processos e na fundamentação das decisões que, ao fim e ao cabo, a PARPÚBLICA ajuda a executar.

Agora sim, Sr. Presidente, se me permite, retomo o fio das perguntas. Em função da resposta que o Sr. Presidente transmite, nota-se que há, mesmo sem fazer comparações entre o antes e o agora, pelo menos agora, de acordo com a sua informação, um envolvimento concreto da PARPÚBLICA relativamente aos processos, à informação e à fundamentação das decisões que têm a ver com essa participação. Ou seja, a questão da assinatura de declarações unânimes do acionista, do ponto de vista formal, tem mais a ver com o procedimento e não tanto com uma questão de alheamento da PARPÚBLICA sobre os fundamentos das decisões, não é?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Penso que fez uma interpelação à Mesa, e a Mesa vai procurar que as respostas possam ser mais diretas às perguntas que foram feitas. Acho que já percebi a mensagem do Sr. Deputado. Pedia assim ao Sr. Doutor que pudesse, efetivamente, dar a correspondência a este pedido dos Srs. Deputados.

Faça favor, pode continuar no uso da palavra, para dar as respostas que entender.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sr. Presidente, muito obrigado, e desculpe-me, Sr. Deputado Bruno Dias.

A resposta é: há a função acionista que, num determinado contexto, é assumida, de acordo com o que eu disse, pela importância que o Governo entende que vai dar a um processo, portanto, com maior grau de intervenção do que noutra participada. Mas, ao lado dela, tendo em conta a sua

reformulação — reformulação não, chamada de atenção para a sua pergunta e a forma como eu respondi —, nós temos uma outra função, que é de assistência técnica, mesmo que o Estado chame a si essa função acionista, e, portanto, que tome a decisão. Mas, tecnicamente, nós assistimos, naquilo que o Estado entender e naquilo que o Estado nos solicitar, no sentido de poder contribuir para uma decisão fundamentada — aqui, repito, não só nós, mas que oiçam outras entidades.

A instrução vinculativa tem a ver com o seguinte. Depois de uma tomada de decisão, independentemente de o nosso contributo ser num sentido ou noutro e de a decisão do Estado ser num desses sentidos ou até um terceiro sentido, vem uma instrução, dizendo-nos expressamente qual é a sua vontade. Nesse caso, nós damos sequência a essa vontade do acionista, expressa ou em Assembleia Geral ou num instrumento que represente uma decisão equivalente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir o seu questionário.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Percebo pela sua resposta que, mais do que cumprir orientações, contribuem ativamente para a elaboração do sentido das mesmas. Então, está seguramente em condições de nos explicar o porquê dos 55 milhões pagos ao Sr. Neeleman, porque até agora não conseguimos perceber.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não lhe posso explicar os 55...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ai não?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Posso responder?

O Sr. **Presidente**: — Pode.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Eu não conheço o contexto em que os 55 milhões foram decididos.

Como eu disse, quando cheguei, claro que estudei os documentos mais recentes, que, aliás, iam suportar, depois, assinaturas minhas e de outros colegas. Verifiquei se estavam conformes com os documentos prévios assinados, memorandos de entendimento e outras decisões e acordos, porque a única coisa que fizemos foi dar sequência à conclusão dessa operação, à assinatura dos documentos finais.

Portanto, as negociações que deram lugar aos 55 milhões, e o que é que isso representa — se uma parte ou outra da aquisição —, não estou por dentro. Tudo o que pudesse dizer seriam suposições que não teriam nenhuma validade, nem sequer para mim, quanto mais para esta digníssima Comissão. Portanto, nesse contexto, não lhe sei dizer.

Apenas conheço um decreto-lei que diz que o valor é aquele, conheço o memorando de entendimento que diz em que condições é que deve ser assinado o acordo, e foi isso que viabilizámos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, então esteve-me este tempo todo a explicar a participação da PARPÚBLICA, o seu envolvimento, todo o contributo que têm para as decisões e agora...

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Eu estou a dizer o que é normal e aquilo que acontece no meu tempo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tenho pouco tempo e vou fazer uma última pergunta que tem a ver com um procedimento da PARPÚBLICA, que

contratou uma empresa norte-americana, uma *headhunter*, por 186 000 €, chamada Korn Ferry, para escolher o nome da Sr.^a Christine Ourmières-Widener para Presidente Executiva da TAP.

Pergunto qual foi a decisão, quem é que decidiu este modelo, como é que este processo se desenrolou, em que outras situações recorreu a PARPÚBLICA a este tipo de soluções, se cabe à PARPÚBLICA este tipo de custos e de decisão e, finalmente, depois destes brilhantes resultados obtidos, se irá a PARPÚBLICA continuar a ter estas práticas.

É que, parece-nos, as nomeações públicas deviam seguir as práticas da Administração Pública, recorrendo a gestores públicos com provas dadas. Portanto, gostava de ter um esclarecimento sobre este processo.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sr. Deputado, Sr. Presidente, o procedimento de contratação de um *headhunter* foi solicitado pelo Governo, mais uma vez, no âmbito da nossa função de assistência técnica. Portanto, lançámos um procedimento para escolha, consultando vários outros *headhunters*, e disto resultou a escolha da entidade que refere, a Korn Ferry.

A Korn Ferry fez o seu trabalho dentro dos prazos que foram contratualizados e apresentou uma *shortlist* que foi enviada para o Governo. A decisão da escolha entre aquela *shortlist* era da total legitimidade e liberdade por parte do Governo que, em princípio, escolheu a Sr.^a Christine Ourmières-Widener.

Poderei dizer, em abono da verdade, Sr. Deputado, que nós, PARPÚBLICA, estivemos presentes em duas das séries de entrevistas. Não sei quantas séries de entrevistas houve, mas eu estive numa em que estiveram uns três candidatos. Um colega meu esteve numa série em que estiveram uns dois candidatos. Não estivemos em todas as entrevistas, nem nos foi pedida a nossa avaliação dessas entrevistas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não foi.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Portanto, no fundo, nós contribuímos para a discussão e colocação de questões, nessas entrevistas, mas apenas isso. Todo o processo, depois, decorre no seio do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quer fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, é só para clarificar.

Eu fiz várias perguntas de seguida, por isso é natural que alguma possa ter ficado por responder, mas perguntei se coube — ou se cabe — à PARPÚBLICA este tipo de custos — uma vez que a decisão foi do Governo, presumo que quem tenha pago tenha sido a PARPÚBLICA, quero saber se foi isso ou não. E queria saber em que outras situações recorreram a este tipo de soluções.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, se pudesse só dar estes dois esclarecimentos para passarmos...

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Muito bem, há várias abordagens da situação, mas o normal, se nos foi encomendado por conta e ordem, é que, em princípio, depois vamos ressarcir-nos destes custos.

Noutras situações não, porque, como eu disse, nós concedemos esse apoio técnico, mas, por vezes não temos competência suficiente e precisamos de contratar algum serviço que reforce a nossa competência para podermos prestar assistência técnica competente. Ou nos é solicitado diretamente isso ou é solicitado um parecer, no qual nós temos de, por sua vez, solicitar um

parecer externo e é por nossa conta, sim, faz parte das nossas competências em ambas as situações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, a única pergunta à qual acabou por não haver resposta foi se é habitual esse tipo de procedimento nesta situação.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sim, é habitual.

O Sr. **Presidente**: — Foi isso que eu subentendi, exatamente.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Fizemos antes, fizemos esse, fizemos depois.

O Sr. **Presidente**: — Pedia agora à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua para fazer o questionário.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento os representantes da PARPÚBLICA, em particular o Sr. Presidente.

Queria só retomar um tema. Já nos disse aqui que a negociação dos 55 milhões de euros pagos a David Neeleman para ele sair da estrutura de capital da empresa em 2020 não foi negociada diretamente pela PARPÚBLICA. A verdade é que foi comunicado, ou transmitido pela comunicação social, que haveria um conflito entre o acionista Estado e David Neeleman relativamente às consequências de um empréstimo de 1200 milhões de euros.

Sabia da origem deste conflito? Ou, sabe dizer qual é a origem deste conflito e como é que ele decorre?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, não conheço o contexto desse conflito.

Sei apenas que a operação é efetuada para facilitar a reestruturação da empresa e, naturalmente, a solução que veio a ser assumida — da utilização de um empréstimo à partida, convertível —, à partida de um financiamento de mútuo de 1,2 mil milhões de euros. O conflito, em concreto, não conheço.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Da análise que fez das peças jurídicas que existiam antes, ou seja, antes de — enfim, foi havendo várias, mas — 2020, o que existia era um acordo parassocial, estabelecido em 2016, altura em que o Estado aumenta a sua participação e os privados diminuem.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Certo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que é que nesse acordo parassocial e no enquadramento jurídico dava direito, ou, em que medida é que David Neeleman tinha direito a retirar as suas prestações acessórias?

Ou seja, presumo que essa seja parte do conflito, mas não sei. Portanto, pergunto, só da análise do enquadramento jurídico e desses acordos, se David Neeleman tinha ou não direito a retirar as prestações acessórias na TAP.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Até ao momento, e em situação que se manteve, a Atlantic Gateway, mais do que um dos acionistas da Atlantic Gateway, estava obrigada a manter as prestações acessórias durante 30 anos.

Portanto, não vi nenhum contexto em que houvesse uma renegociação desta norma, razão pela qual eu penso que tive a oportunidade de dizer ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, que já saiu, em resposta a uma pergunta que ele fez — sobre se tinha sido alterada essa regra, ou porque é que tinha sido

alterada —, que a regra se manteve. Não há, nos acordos nenhuma, alteração desta regra, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Só estou a tentar perceber o que é que dá poder negocial a David Neeleman para levar 55 milhões, não é? Porque se não tem o direito de levar as prestações acessórias, mas ainda assim leva uma parte delas, o que é que dá esse poder negocial a David Neeleman.

Consegue especular sobre qual é a norma do acordo que lhe permite...?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não tenho... Confesso que nunca me passou essa dúvida... Parti do princípio de que tinha sido resultado de negociações equilibradas, que têm de assistir a um equilíbrio dos interesses das partes, que foi um entendimento que era um valor justo para ambas as partes.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a PARPÚBLICA sabia da origem das prestações acessórias que David Neeleman injetou na TAP?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não tenho nenhum conhecimento sobre isso. A meu ver, nestas situações, li como vindo da empresa, não tenho nenhuma apreciação, nunca me foi colocada essa dúvida. Vi nascer essas questões, depois, na comunicação social, mas não tenho capacidade, não tenho contexto, não tenho informação, não tenho evidência de factos que me possam opinar sobre essa matéria.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na verdade, a PARPÚBLICA foi informada disso, mas foi em 2015, portanto, não lhe atribuo essa responsabilidade, certamente.

Mas, em 2022, a própria TAP pede dois pareceres sobre a origem das prestações acessórias, que são os fundos Airbus, e envia esses pareceres aos acionistas e a quem direito.

Pergunto-lhe se a PARPÚBLICA recebeu esses pareceres — eu não sei se recebeu, não é uma pergunta com truque. Pergunto-lhe se recebeu, porque sei que o Estado recebeu — através das tutelas políticas —, pergunto-lhe se a PARPÚBLICA também os recebeu.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Do meu lado, não...

Consultei a minha colega, só por uma questão de ter certeza das coisas, porque às vezes aquilo pode não ser enviado num período em que eu esteja, e que tenham deixado passar a informação e que se esqueçam de me dar quando eu regresso, ou de férias ou assim, foi só por isso que confirmei. Não tenho conhecimento desses pareceres.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Um outro tema diz respeito à forma como os créditos fiscais, chamado ativos por impostos diferidos, influenciaram positivamente os resultados da TAP.

A TAP teve muitos prejuízos, isso quer dizer que pode deduzir nos lucros futuros, mas, para isso, tem de ter lucros futuros. O Ministério das Finanças alguma vez reuniu com a PARPÚBLICA sobre esta questão de inclusão de créditos fiscais, e o montante da inclusão dos créditos fiscais, nos resultados da TAP?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não. Também não se trata de inclusão nos resultados, trata-se de inclusão nas contas económicas, entre as perdas, não é? Mas claro, era isso que queria dizer, evidente.

Desculpe, às vezes isto...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não, não, até me ajuda porque tenho pouco tempo e assim há uma tradução.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Muito bem.

Essa é uma questão que me lembro de ter sido discutida, mas foi em reunião com a TAP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, esta questão dos créditos fiscais e ativos por impostos diferidos nunca foi discutida com a tutela financeira, em particular?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Nem recebi orientação nessa matéria.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nas discussões que tinha com a TAP — temos evidência de muitas discussões sobre o plano de reestruturação, houve um acompanhamento muito próximo —, a TAP tinha um acompanhamento próximo da PARPÚBLICA, para outras questões a nível operacional, por exemplo?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, como eu disse há bocado, a partir de certa altura, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, a nossa função acionista foi sendo cada vez mais diluída, até chegarmos a 1 %, e foi cada

vez maior, até chegarmos ao apoio do plano de reestruturação, mais presente nessas negociações.

Portanto, eu trabalhava de forma a poder dar o apoio técnico ao Governo nas matérias da reestruturação, das negociações da reestruturação, que foram sempre executadas e dirigidas pelo Governo, não podia ser de outra maneira.

Quem pode decidir e atribuir o auxílio do Estado só pode ser o Estado, e, portanto, aqui, mais do que aquela legitimidade que eu referi e que está prevista no regime jurídico das empresas do Estado, é algo ao lado, é uma legitimidade imposta pela única entidade responsável e com capacidade para decidir e aprovar o auxílio do Estado.

Portanto, neste contexto, eu trabalhava com os consultores que foram contratados pela PARPÚBLICA, por vezes outras entidades, num grupo de trabalho informal, mas que obrigava a uma reflexão conjunta sobre as diversas questões e, de vez em quando, quando isso era necessário, reuníamos-nos com a TAP, ou pelo menos com representantes da TAP, consoante aquilo que estivesse a ser discutido.

No âmbito do plano de reestruturação, há componentes muito, muito técnicas, não temos de ser especialistas em tudo — pessoalmente eu nas partes tecnológicas, muito menos —, mas estarmos a discutir *slots*, faixas horárias...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nós temos as evidências disso.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Isso é muito complicado e, portanto, em determinadas circunstâncias, tivemos de ouvir e beneficiar dos conhecimentos, da competência que os quadros técnicos e os administradores da TAP tinham; e subsidiaram, digamos, a formação do nosso conhecimento sobre a matéria.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente. Sr. Doutor, cumprimento-o. A minha primeira questão é: confirma que entrou no dia 24 de julho de 2020 em funções, certo?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Do ponto de vista formal, sim. Do ponto de vista real, terei entrado na PARPÚBLICA, talvez, a 27. Ou seja, não sei se foi por causa do fim de semana, não me lembro porquê, mas tenho esta memória, 27. Mas, enfim, do ponto de vista formal, terei sido nomeado antes, 26, não é?

Portanto, a DUE (Deliberação Unânime por Escrito), que nos nomeia, é de 24, com entrada a 27.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Ou seja, já não apanhou nenhuma parte da negociação que, em 2020, levou a que o Estado assumisse 22,5 % da TAP SGPS?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não. Apanhei a fase final que conclui essa operação, que, na verdade, me obrigou a estudar e a conhecer genericamente toda a operação, e, muito particular e especificamente, os documentos que fui assinar. Tive de verificar, enfim, com as equipas técnicas que nos apoiaram, se aquilo que eu estava a assinar era conforme, era exatamente igual àquilo que tinha sido aprovado nos documentos prévios.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Esses documentos resultam da pasta de transição que lhe foi passada pela anterior administração, e que foi referida numa audição anterior?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Isso consta do dossiê que me facultaram quando eu entrei, dada a complexidade do processo e longevidade do mesmo.

Como calcula, foi um povoar da secretária, não só nesse processo, mas esse processo com imenso material. Não houve propriamente uma «passagem».

Beneficiei da simpatia e cordialidade de uma *pen*, que me foi conferida pelo Dr. Durães da Conceição, colocando ali, digamos, a enunciação de um conjunto de dossiês que estavam em curso, e que ele considerava relevante que eu conhecesse. Portanto, foi um dossiê inestimável, que eu estudei com cuidado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Um desses dossiês era o processo TAP?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Eu direi que nessa pasta tinha documentos muito simples, quase... últimos documentos sobre a matéria, sobre a TAP tinha muito pouco; mas tinha um bom resumo daquilo que estava em curso.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Nesse ano, em 2 de outubro, a TAP, tornando-se pública, fica sujeita ao regime jurídico do setor empresarial do Estado e fica também sujeita ao Estatuto do Gestor Público. Confirma isso?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sim, com as exceções previstas no tal Decreto-Lei n.º 39-B/2020.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Houve alguma alteração da *governance* da empresa a partir daí? A PARPÚBLICA, nessa data, ainda tem 50 % da TAP.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, nós fazíamos a *governance* habitual, tomando conhecimento dos instrumentos de gestão que eram sujeitos à aprovação da Assembleia e que, portanto, analisávamos previamente, esclarecíamos, etc.

Também, sempre que fosse necessário, sempre que isso se justificasse, podíamos ser consultados, enquanto acionistas, sobre alguma tomada de decisão. Mas, repito, a partir de certa altura as tomadas de decisão eram sempre no quadro do plano de reestruturação e, mesmo antes da sua aprovação, já se decidia muito, sendo coerentes com o que propúnhamos e que íamos aprovar a seguir, por isso era inspirado no âmbito do plano de reestruturação, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, seria correto da minha parte assumir que, a partir de julho de 2020, todo o processo de gestão da TAP foi muito sujeito ao plano de reestruturação, que depois veio a ser aprovado, em 21 de dezembro de 2021, onde a PARPÚBLICA passou a ter, a partir daí, apenas 1 % da TAP, certo?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sim, sendo que as tomadas de decisão em termos dos órgãos de gestão continuavam a ter matérias de importância na gestão do dia a dia que estavam fora do plano de reestruturação. Mas, sim, é a gestão corrente das diversas áreas funcionais da empresa, não é?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Na documentação que temos, conseguimos perceber que a PARPÚBLICA esteve muito envolvida no plano de reestruturação e nos seus diferentes cenários.

Tenho uma questão relativamente colateral.

Destas reuniões todas a que tivemos acesso, e que estão documentadas, há 18 reuniões entre o início de janeiro e junho de 2021. Dessas 18 reuniões, 14 contam com a presença da Eng.^a Alexandra Reis. Depois, há 39 reuniões, até 2023, das quais cinco são em 2022 e 2023, ou seja, o grosso destas reuniões ocorre no segundo semestre de 2021. A partir daí, a nova CEO, a Eng.^a Christine Widener, está em quase todas essas reuniões, o Presidente do Conselho de Administração, Miguel Frasquilho, tinha estado também em todas as outras reuniões, mas o novo Presidente do Conselho de Administração, Manuel Beja, não aparece em nenhuma dessas reuniões. Há alguma razão, em particular, para isso?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sr. Deputado Bruno Aragão... é verdade. Eu não estava a hesitar, estava a tentar fazer um esforço de memória.

Realmente, não me lembro de nenhuma reunião do Sr. Presidente do Conselho de Administração, Manuel Beja, nas reuniões de trabalho a que está a referir-se. Naturalmente, por opções de governação que foram assumidas por ele e pelos restantes membros do Conselho de Administração.

Quanto às razões, desconheço. Mas, realmente, o Dr. Miguel Frasquilho era mais presente e mais interventivo, nessas reuniões e noutras que se fizeram ocasionalmente no âmbito das reuniões de negociação com Bruxelas.

As reuniões de conversação com Bruxelas, como eu disse há bocado, eram reuniões conduzidas pelo Governo, mais concretamente pelo Prof. Miguel Cruz, em articulação com o Secretário de Estado das Comunicações,

do Ministério das Infraestruturas e da Habitação, e eram da sua total responsabilidade. Nós estávamos presentes, juntamente com os consultores, para dar apoio.

Em algumas dessas reuniões, a Comissão solicitou, ou foi considerada benéfica, a presença de representantes da TAP. O Dr. Miguel Frasquilho, por exemplo, esteve algumas dessas reuniões. O Dr. Manuel Beja nunca esteve nenhuma.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sim, a TAP teve sempre vários representantes. Referia-me, especificamente, ao Sr. Dr. Manuel Beja.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Certo.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Uma última questão sobre isto. Um dos primeiros *e-mails* trocados entre o Dr. Manuel Beja e o Sr. Doutor é de 25 de junho de 2021 e tinha a ver com o modelo de delegação de poderes. E uma das questões que o Sr. Dr. Manuel Beja colocava era a da possibilidade de reduzir, substancialmente, é o que diz no *e-mail*, a frequência das reuniões do Conselho de Administração. Essa proposta é feita por algum motivo, em particular?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Peço imensa desculpa, tenho vagamente ideia dessa conversa, mas, por acaso, até tinha mais de uma conversa pessoal que tivemos juntos, num almoço, num primeiro encontro, porventura, em que se falou dessa situação. Houve uma conversa geral, sobre «como é que tem estado a funcionar isto, aquilo», «o que é que acha?», sobre o número de reuniões, sobre representação. Cá está, era a troca de impressões sobre o que depois iria inspirar e fundamentar uma opção para o modelo de gestão. Mas não vejo uma fundamentação, não vejo nenhuma preocupação

ou o que possa estar por trás dessa opção de ter ou não ter mais reuniões do Conselho de Administração.

Nós temos os modelos clássicos. Na PARPÚBLICA reunimos uma vez por mês o Conselho de Administração, em que, realmente, temos alguns pontos âncora e, por isso, os pontos âncora exigem regularidade das reuniões para avaliar a situação financeira da empresa, o ponto da situação das participadas. Tudo isto, incluindo a TAP, era discutido mensalmente nas nossas reuniões.

Portanto, tudo tem a ver com a opção de governação e das competências que sejam transferidas para a Comissão Executiva.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Doutor, não estou a valorar, de facto. É porque, na sua audição, o Dr. Manuel Beja atribuiu muita importância — e nós compreendemos — aos membros não executivos que, na verdade, exercem o seu papel sobretudo via Conselho de Administração, portanto, achei estranho que, assim que inicia funções, uma das propostas seja a da redução das reuniões do Conselho de Administração, onde os administradores não executivos têm assento e podem ter um papel. Foi quanto a isso que coloquei a questão.

A última questão, para terminar a minha ronda, diz respeito ao plano de reestruturação, em que estive muito envolvido. Foram traçados cenários de impacto económico e de impacto nas finanças públicas, se a empresa fosse à falência, se encerrasse, ou se a empresa fosse recuperada.

Gostaria que pudesse falar um bocadinho sobre a importância desses cenários e a que conclusão é que esses cenários chegam.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sr. Deputado, os cenários eram um pouco construídos e inspirados nas solicitações da Comissão Europeia, muito dirigidos à comprovação da viabilidade futura, do equilíbrio dos

esforços entre as partes, falavam da partilha de perdas, dos esforços que podiam ser feitos pela própria empresa e outros *stakeholders*, do *business plan* — não sei se já disse —, portanto, todo um outro conjunto de avaliações de impacto sobre medidas de mitigação dos efeitos de concorrência, etc.

Não foram feitas avaliações nos termos em que o Sr. Deputado Bruno Aragão referiu.

O Sr. **Presidente**: — Vai agora usar da palavra o Grupo Parlamentar do PSD, através do Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento-o, bem como os Srs. Deputados, os representantes da PARPÚBLICA e o Sr. Presidente em particular.

Pergunto-lhe, em primeiro lugar, em que data a PARPÚBLICA ficou com 1 % da TAP?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Foi a 21 ou 22 de dezembro de 2022.

Pausa.

Foi em dezembro de 2022.

Pausa.

Sr. Deputado, tendo consultado a informação de que disponho, através da minha assessora, não tenho de momento a data exata — pelo menos, a assessora e eu não temos o mesmo dia, mas foi em dezembro de 2022. No

entanto, essa informação está a ser confirmada e dá-la-ei dentro de momentos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Obrigado.

Que contactos tinha com o Ministro das Finanças, João Leão?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Estive com o Sr. Ministro João Leão uma vez.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quando?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Terei de recuperar essa informação, mas foi na altura em que estávamos numa fase final do plano das negociações.

Pausa.

Desculpe, em relação à pergunta anterior, a data, afinal, é 11 de novembro de 2022. Peço desculpa pelo erro de um mês.

Em relação à pergunta seguinte, como estava a dizer, estivemos juntos no âmbito da definição do ponto de situação das negociações e das dificuldades. Não foi mais do que isso.

Pausa.

Não sei exatamente.

Estou a tentar confirmar, junto da minha assessora, quando é que tive uma reunião com o Ministro João Leão sobre um ponto de situação das negociações.

Foi perto do final das negociações, Sr. Deputado. Se as negociações se concluíram no final de 2021...

O Sr. **Presidente**: — Penso que, sobre esta questão, bem como a relativa à data exata da passagem a 1 % da PARPÚBLICA, o Sr. Doutor poderá dar depois informação mais precisa.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Penso que terá sido muito perto — tendo em conta de que é relativo para cada um de nós o que significa «perto», diria que terá sido dois meses ou entre três meses e um mês antes — da conclusão das negociações. Mas não sei...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E quando é que foram as negociações?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — As negociações, portanto, terminaram próximo do final de 2021 e culminaram com a aprovação em 30...

Pausa.

Confirmando com a documentação que aqui tenho, terá sido a 21 de dezembro de 2021 — que foi a data que confundi com a que dei anteriormente, foi por isso que falei em dezembro.

A aprovação do auxílio foi a 21 de dezembro de 2021.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, João Leão esteve praticamente um ano, depois de tomar posse, sem reunir consigo.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sem se reunir comigo? Não, porque a minha tutela direta era o Secretário de Estado Miguel Cruz.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas eu perguntei quanto ao Ministro.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Desculpe?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu perguntei sobre o Ministro.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Como eu disse, a tutela sobre a PARPÚBLICA era do professor Miguel Cruz. Poderia haver outras razões que justificassem encontros, mas, de facto, não houve.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E quanto a reuniões com os Secretários de Estado, com quem é que reuniu?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Com o Secretário de Estado do Tesouro Miguel Cruz.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quantas vezes?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Algumas reuniões de despacho sobre assuntos diversos da gestão das participadas ou da própria PARPÚBLICA, questões internas diversas. Não tínhamos reuniões com regularidade, mas tive as reuniões normais.

Quanto às reuniões no âmbito do plano de reestruturação, foram essencialmente tidas no âmbito do grupo de trabalho e no âmbito das reuniões de negociação diretas com Bruxelas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quantas reuniões sobre a TAP?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sr. Deputado, não lhe sei dizer exatamente, mas muitas. Contudo, repito o que disse, eram reuniões sempre no âmbito do grupo de trabalho que eu coordenava — não presidia, porque não era formal, mas coordenava —, de apoio ao Secretário de Estado.

Sempre que entendia discutir certas matérias, tínhamos as reuniões com o Secretário de Estado, incluindo o Secretário de Estado Hugo Mendes. Nelas participavam também representantes de Gabinete, incluindo representantes do Gabinete do Ministro, representantes do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro, representantes do Gabinete do Secretário de Estado Hugo Mendes e representantes do Gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas. Além disso, os consultores, naturalmente.

Como referi, algumas vezes, sempre que se justificava, solicitávamos, ou a TAP solicitava, para se aconselhar, para compreender determinadas lógicas do plano e daquilo que deveria ser a inspiração da sua gestão, e fazíamos reuniões deste grupo de trabalho.

Portanto, as nossas reuniões foram sempre estas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Podemos dizer que a TAP requereu pelo menos umas 20 vezes reuniões, ou vocês a eles, ou o Secretário de Estado idem aspas?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sim, o número andarà entre 20 e 30.

Sr. Deputado, eram reuniões semanais fixas. E algumas vezes chegávamos a reunir mais do que duas vezes, ou seja, umas três vezes. Chegávamos a reunir no fim de semana.

Portanto, a certa altura, densificaram-se as reuniões, porque o caudal de informação que a Comissão Europeia pedia era enorme.

Muitas vezes não se tratava de informação nova, no sentido de documentos novos, era «nova» no sentido de rever e rever os documentos que estavam em construção. Diversos documentos em *PowerPoint*, com os cenários, diversos documentos em *Excel*, e uma imensidão de informação — sim, sim. Portanto, se eu tivesse alguns minutos para refletir, se calhar dizia um número aproximado, mas o número que o Sr. Deputado Hugo Carneiro refere é um número possível.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eram reuniões semanais só com a TAP?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, não. Reuniões semanais deste grupo de trabalho. Algumas delas, portanto, não eram semanais, eram pontuais. As reuniões com a TAP eram pontuais. Podia até fazer algumas seguidas, mas eram pontuais. Podiam coincidir com as semanais, mas podiam ser fora dessas semanais.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Miguel Cruz estava nessas reuniões?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sim, em algumas delas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quantas?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não lhe poderei dizer, mas num número significativo delas, sempre que precisávamos de orientação, ou quando ele precisava de apoio técnico para a formulação das posições que

iria assumir, no âmbito do Governo, ou que ia assumir no âmbito das negociações com Bruxelas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Havia atas dessas reuniões ou circulavam *e-mails* ou outros documentos com a síntese das conclusões das reuniões?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, Sr. Deputado. O que havia, de facto — porque é uma prática que normalmente tenho, a de não fazer reuniões sem termos os documentos em que estamos a trabalhar ou a opinar —, era aquilo a que vou chamar de «resíduo da informação», era a evolução desses documentos, ou seja, apresentações em *PowerPoint* que chegavam a ter — e não estou a exagerar — mais de 200 páginas, com mapas sobre todas as matérias que, no fundo, iam instruindo sucessivamente o material que era solicitado pela Comissão Europeia.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Temos informação, enviada pela PARPÚBLICA, de várias reuniões tidas desde janeiro de 2021, mas entre a sua tomada de posse, ou a assunção da função, em julho de 2020, até ao final de 2020, não temos informação de nenhuma reunião. Pergunto-lhe: a PARPÚBLICA estava fechada, durante meio ano, em 2020?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não tinha reuniões com quem?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Nós pedimos informações sobre todas as reuniões — com o Estado, com a TAP, com os Ministérios —, e as informações que vieram para o Parlamento não têm reuniões durante 6 meses. Porquê?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não lhe posso dizer, essa informação foi recolhida pelos serviços informáticos e, portanto, não é possível,...

Risos do Sr. Dr. Jaime Serrão Andrez.

... realmente, não trabalharia numa instituição que estivesse fechada durante esse período de tempo e estivesse a ganhar dinheiro.

Peço desculpa por esta observação, que foi despropositada, mas, na verdade, bem pelo contrário, foi nesse período que intensificámos as reuniões.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, antes de continuar, ia requerer que, eventualmente, a PARPÚBLICA remetesse ao Parlamento a informação que está em falta, porque a PARPÚBLICA não esteve fechada no último semestre de 2020, mas não temos a informação que foi requerida, de todas as reuniões com os Ministérios.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado. Poderá apresentar um pedido nesse sentido.

Pode prosseguir, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Posso só fazer uma pergunta?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — O Sr. Deputado disse «último semestre de 2020»?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim.

Pausa.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Agora não tenho a certeza absoluta de quando é que iniciámos estas reuniões, no âmbito do grupo de trabalho que foi informalmente constituído, para conduzir as reflexões sobre o plano. Porventura, não teve grande expressão no segundo semestre de 2020, foi mais em 2021, mas iremos verificar isso, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não eram reuniões do grupo de trabalho, eram reuniões com os Ministérios, com a TAP, foi isso que pedimos.

Entre janeiro e setembro de 2021, reuniu, pelo menos, 21 vezes, até um número superior àquele que, julgo eu, o meu colega referiu, há pouco. Reuniu 21 vezes com Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — É natural que sim, e com outros colegas, não é assim?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eram contactos intensos?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Peço desculpa?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eram contactos intensos?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Frequentes.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eram contactos frequentes, com Alexandra Reis. Confirma isso?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sim, sim, na altura ela assumia um papel de relevo na produção de informação, por parte da TAP, de que nós precisávamos para as negociações.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Enquanto Presidente do Conselho de Administração, partilhava as preocupações de Alexandra Reis, sobre a TAP, com Miguel Cruz ou alguém do Ministério?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Peço desculpa, mas estou a ouvir mesmo mal.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça o favor de fazer novamente a pergunta.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estou a usar o microfone de lado, pode ser eventualmente por isso, não é?

Quanto às preocupações que Alexandra Reis lhe transmitia, sobre a TAP, o Sr. Presidente, depois, transmitia-as a Miguel Cruz ou a alguém do Ministério?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Se se justificasse isso, e se eu não pudesse responder.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tem exemplos?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Desculpe?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tem exemplos?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, estou a falar em termos genéricos, daquilo que é o normal, porque as minhas relações nunca eram para discutir preocupações em geral. Eram, sim, no sentido de construirmos toda a informação que era necessária para as negociações.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Gostava de insistir, novamente, com os exemplos de preocupações de Alexandra Reis que transmitisse ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não me recordo de preocupações em particular, que não fossem compreender as encomendas, as solicitações no âmbito das informações de que precisávamos para irmos construindo o plano de reestruturação.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Deu informações sobre Alexandra Reis a alguém do Ministério das Finanças? Por exemplo, ao atual Ministro das Finanças, ou a outras pessoas que, eventualmente, lhe possam ter perguntado?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, nenhuma pessoa do Ministério das Finanças, do Ministério das Infraestruturas, nunca ninguém do Governo lhe perguntou a opinião sobre Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, Sr. Deputado.

Sobre a personalidade, sobre a competência, perguntas desse género?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, nunca, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas existe outro tipo de informações que lhe possam ter pedido, ou não?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, nunca, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, não há troca de *e-mails*, nem nenhum documento que possa ter circulado, sobre essa matéria?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, nem estou a ver porque é que eu poderia opinar sobre essa matéria.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quando é que teve conhecimento do diferendo interno entre a CEO e Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Muito depois do conhecimento público sobre a questão da indemnização.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Alexandra Reis nunca comentou consigo essas divergências?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Nunca, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Nunca se interrogou porque é que ela deixou de participar nas reuniões com a PARPÚBLICA?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, também. Soube que a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis assumiu funções, em determinada altura, por ausência do responsável pelo cargo de CFO. Depois, esse cargo foi preenchido e ela deixou essa função. Na verdade, o seu principal contributo era muito nessa área, associada ao CFO.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Manteve contactos formais ou informais com Alexandra Reis, depois de a mesma deixar de participar nas reuniões?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, Sr. Deputado, não me recordo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A PARPÚBLICA assinou, com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, uma deliberação, unânime, que fundamenta as demissões ou a destituição, com justa causa, da CEO e do *Chairman*. Confirma isto?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Confirmo que assinei uma DUE, uma deliberação unânime por escrito, acompanhando a nossa acionista.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estas deliberações foram homologadas pelos ministros?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Essas deliberações — como não podia deixar de ser, dado que era uma decisão do Governo — foram aprovadas, sim, pelo Ministro das Finanças.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E pelo Ministro das Infraestruturas?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Posso-lhe pedir para ler a deliberação que assinou, da PARPÚBLICA com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Toda?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, toda.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Toda, toda!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Qual é a dimensão da deliberação?

Pausa.

Sugiro que seja distribuída aos Srs. Deputados.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — São 12 páginas.

O Sr. **Presidente**: — Pois, sugiro que seja distribuída aos Srs. Deputados, ou, então, pelo menos, que seja referido qual é o ponto que...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, queria fazer um ponto de ordem à Mesa, se me permite.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O Governo recusou enviar este documento, como é sabido. Já disse que não há parecer, mas nós sabemos que há uma nota de imprensa do Gabinete da Sr.^a Ministra dos Assuntos Parlamentares, com a data de ontem, a dizer que não enviam o parecer porque não cabe no âmbito da Comissão Parlamentar.

Hoje, na Comissão de Orçamento e Finanças, o Ministro das Finanças disse que não há parecer. Ora, o Ministro das Finanças diz que não há parecer, o Gabinete da Ministra dos Assuntos Parlamentares diz que não há parecer. Este é um documento relevantíssimo para esta Comissão.

Acho que não podemos abdicar da sua leitura hoje, pois é um elemento probatório absolutamente essencial, que temos de conhecer. Portanto, pedia que o mesmo fosse lido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço-lhe o ponto de ordem, mas queria-lhe dizer o seguinte: penso que a melhor forma para a Comissão conhecer o documento é a sua distribuição pelos Srs. Deputados, e não a sua leitura. Não é por serem 12 páginas, mas porque penso que é a forma mais correta de fazermos a apreciação de qualquer elemento que chegue à nossa Comissão. Portanto, penso que fará todo o sentido aquilo que estou a sugerir, ou, então, se houver alguma parte em concreto, ou algum elemento, penso que seria a melhor forma.

Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, decorrente dessa leitura, pode ser relevante que eu coloque determinadas questões. Se ele for distribuído, eu não consigo colocar essas questões.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Obviamente! Obviamente!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, é absolutamente essencial que seja lido. O que eu sugiro é que sejam excluídas algumas partes, nomeadamente quem assina e a data.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, em relação a isso, penso que essa não é a forma como temos estado a trabalhar. Penso que a forma de apreciarmos documentos, na Comissão, não é pela sua leitura. A forma de apreciarmos é precisamente a que referi.

Portanto, pedia aos serviços que, sendo possível, fizessem, de facto, a distribuição do documento pelos Srs. Deputados, para que possam aceder à informação e, com base nela, discutirmos, como é evidente.

Não me parece que o objetivo de colocarmos o depoente a ler um documento de 12 páginas, que nos trouxe, seja o mais correto. Penso que isto faz sentido e que todos estaremos de acordo quanto ao bom senso daquilo que estou a propor, Sr. Deputado Hugo Carneiro.

Se houver alguma necessidade de interrompermos os nossos trabalhos...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, sim!

O Sr. **Presidente**: — ... para fazer uma leitura, isso, sim, sugiro que sim. Agora, estarmos a fazer o que foi mencionado, não me parece.

Assim sendo, da parte do Sr. Dr. Jaime Andrez, podemos proceder desta forma? Acha bem?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Claro, com certeza, posso rubricar o documento que vão distribuir?

O Sr. **Presidente**: — Claro, com certeza, com certeza.

Aquilo que propunha, agora, é que fizéssemos a distribuição do documento e, de seguida, um intervalo de 10 minutos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pode ser de 15 minutos?

O Sr. **Presidente**: — Depois, voltaríamos à nossa discussão.

Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, tendo em conta a importância do documento e a extensão do mesmo — 12 páginas —, faço um apelo ao Sr. Presidente para que este interregno seja de 30 minutos, para que consigamos ler devidamente o documento, porque, certamente, o Grupo Parlamentar do PSD vai querer colocar questões, no seguimento dessa leitura, assim como nós vamos querer fazer o mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, então vamos ficar pelos 20 minutos, está bem? Ficamos por aí?

Sr. Deputado Bruno Aragão, faça favor, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, sou bastante democrático, mas, para mim, mais uma vez, as regras são fundamentais.

Numa das audições em que pedi também que se pudesse ler uma parte, eu li, usei do meu tempo, exatamente porque, enfim, assim se procede.

Temos um documento de 12 páginas. Admito — e não me considero, seguramente, a pessoa mais inteligente — que, se o documento tem essa relevância, eu, pelo menos, não consigo ler 12 páginas em 10 minutos, nem em 15, nem em 30. Sendo dessa relevância, assumo que não sou capaz. Portanto, aqui fica a minha incapacidade para isso.

Cada grupo parlamentar falará por si — sei que não está o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal —, mas acho que devemos ter aqui algumas regras, independentemente da estratégia que cada grupo defina.

O documento é disponibilizado, os Srs. Deputados leem o documento, como todos os outros documentos e toda a informação documental que é pedida, que é analisada devidamente, sem qualquer problema.

A audição deve continuar normalmente, porque imagino que tenha sido preparada sem um documento que se desconhece, e, portanto,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, não, não! Nada disso!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Pelo menos nós desconhecemos o documento.

E, como se mantém uma prerrogativa desta Comissão, se, em algum momento entendermos voltar a chamar o Sr. Doutor, volta-se a chamar. Penso que essa é a prática que nos deve proteger. Ou então, começamos, em todas as audições, a ter este tipo de expediente e isto fica absolutamente ingerível.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Todos os dias há um... Agora é assim...!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, pediu a palavra? Não, não pediu. Muito bem.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é só para fazer um ponto de ordem à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Vamos lá ver uma coisa, não é a primeira vez que é lido um documento, ainda há pouco fizemos isso com a IGF e ninguém se queixou, e foi lido o documento na integridade.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas eram duas páginas! E, já assim, foi muito!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Gostava de chamar também a atenção dos colegas para o seguinte: as comissões de inquérito regem-se pelo Regime Jurídico das Comissões de Inquérito e também pelo Código de Processo Penal. E um dos princípios fundamentais do Código de Processo Penal é o princípio da imediação da prova — quem não sabe o que é isso, é uma questão de ir confirmar.

Portanto, ouvimos os testemunhos, ou as inquirições, mas também podemos produzir a prova durante a nossa inquirição. E este é um elemento relevante na nossa inquirição. Portanto, eu acho que os 20 minutos que foram sugeridos nos parecem razoáveis, pelo menos no que nos diz respeito.

Uma vez que fomos nós a invocar o documento, não temos nada a opor relativamente a isso.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

Sr. Presidente, não obstante continuar a pensar que 20 minutos é manifestamente insuficiente para analisar um documento desta importância, como vem sendo habitual, nós não vamos discordar de uma decisão do Sr. Presidente. E se o Sr. Presidente determinou 20 minutos de intervalo, faça assim. Independentemente das restantes opiniões que possamos ouvir, ou que tivéssemos ouvido, o Sr. Presidente deliberou 20 minutos.

Então, o que sugiro é que façamos esse interregno rapidamente, com o documento, naturalmente, para que possamos analisá-lo nesse período.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se sobre a proposta que eu fiz dos 20 minutos há consenso ou não, para evitarmos a leitura de um documento, o que não faz absolutamente sentido; se o documento deve ser distribuído, é distribuído, é analisado e pode ser discutido dessa forma.

Pergunto se há consenso em relação a esse ponto de todos os Srs. Deputados.

Sr. Deputado Bruno Aragão, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Sr. Presidente, como eu disse, eu sou a pessoa mais democrática, ou pelo menos tão democrático como os outros.

O Sr. Deputado vai-me desculpar, mas é a segunda vez que, de alguma forma, desqualifica os Deputados desta Comissão. Não preciso de estar sempre a ser lembrado de qual é o regime jurídico que suporta esta Comissão, nem de qual é o quadro legal em que nós nos movemos. É a segunda vez esta semana que o faz e pedia-lhe a sensibilidade de não o voltar a fazer. Acredito que cada um de nós está em condições, a partir do momento em que toma posse, de levar os trabalhos e as suas funções a bom porto. E, portanto, acho deselegante e devia partilhá-lo também com toda a frontalidade.

Sr. Presidente, acho que nestas audições, que são longas — que são muito longas —, temos de ter alguma regra ou então em todas as audições teremos esta dificuldade.

Está a ser pedida a distribuição de um documento, que deve ser distribuído, que devemos ler, estudar, preparar, o que for, e que tem 12 páginas. Se é um documento dessa importância, é um documento que, em princípio — imagino eu — requer leitura aturada a todos os Srs. e as Sr.^{as} Deputadas.

Requer, aliás, que todos tenham as mesmas condições para, a partir desse documento, poderem colocar questões à pessoa que está inquirida,...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Faça favor!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — ... o que já não é, sequer, o caso, porque há rondas que já vão numa fase diferente. Portanto, também, de acordo com o quadro legal que está em vigor, temos de ter todos as mesmas condições para que possamos fazer todos o nosso trabalho.

Sr. Presidente, nós não somos sensíveis a esse pedido, pedimos que o documento seja distribuído, que tenhamos todas as possibilidades de o ler e que tenhamos todas as mesmas condições para trabalhar sobre esse documento e para inquirir na medida desse documento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, com o devido respeito, o Sr. Presidente não colocou à consideração; o Sr. Presidente deliberou. Aquando do meu pedido de 30 minutos, o Sr. Presidente disse que 30 minutos era excessivo e deliberou 20 minutos, não colocando à consideração.

Portanto, eu assumo a deliberação do Sr. Presidente como um dado adquirido, e são os 20 minutos.

Quanto ao argumento de que já não estão cá Deputados, ó Sr. Presidente, eu, por acaso, não sou sportinguista, mas se fosse também gostava de ir ver o jogo... Está quem cá está...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tenho duas perguntas separadas. Em primeiro lugar, era bom que as pessoas soubessem de que documento é que falamos, porque penso que uma parte dos aqui presentes, inclusive jornalistas, talvez não tenha percebido ainda.

Portanto, sabemos que estamos a falar do documento que procede ao despedimento da CEO, que é, aliás, responsabilidade da DGTF e elaborado, tanto quanto sabemos, pela DGTF, a que a PARPÚBLICA teve acesso, porque tem 1 % da TAP SGPS.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, assinado pelos dois!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Assinado pelos dois, que seja. Tenho duas perguntas diferentes.

A primeira é se esse documento deu ou não deu entrada na nossa documentação, porque ontem chegaram documentos novos e só quero garantir que este documento não está lá.

Em segundo lugar, queria dizer que sou sensível ao argumento da igualdade de circunstâncias, porque, quer queiramos, quer não, vai no final da ronda, quer queiramos, quer não, há elementos... Eu não sou muito adepta desta ideia de quem está, está, quem não está, não está. Temos agendas

sempre muito difíceis e, portanto, não me parece que venha mal ao mundo se a audição continuar, houver tempo para analisar o documento ...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, não, não!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... normalmente e depois se discutir este tema. Não me parece que venha mal ao mundo. Portanto, acho que é uma proposta de bom senso.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Dr. Jaime Andrez pede a palavra. Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sr. Presidente, eu, nesta circunstância, e não tendo a ver com as questões que estão a ser discutidas, se fosse possível, gostaria de enviar o documento original, porque reparei agora que o documento não está assinado por ambas as instituições, só está assinado por mim e, por isso, estou disponível a voltar aqui e discutir o documento, mas é um documento que deverá ser... Deveria ter a certeza de enviar um documento que é o final.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, tinha pedido a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, julgo que é útil termos todos a noção exata da definição explícita de que documento é que estamos a falar — não serei eu que irei deitar-me a fazer interpretações ou a tentar dizer que tenho ideia de que o documento é aquele. Primeiro é preciso saber «qual papel?», como dizia o outro, e, depois, julgo que, numa matéria destas, também sou sensível ao argumento da igualdade

de circunstâncias no andamento dos trabalhos, na realização dos trabalhos parlamentares, das inquirições na Comissão de Inquérito.

Admito que se é aquilo que estamos todos a pensar, então, está visto, está ali, é aquele papel — se é que existe. Está ali, tem 12 páginas — até ficamos a saber o número de páginas que tem.

Ponto número dois, agora regressando à discussão que temos tido esta semana: se queremos mesmo a informação e a documentação, faço o apelo a todos para que isto seja tratado como deve ser. E quando digo que seja tratado como deve ser, é, inclusivamente, no plano da responsabilidade que a esta Comissão de Inquérito compete; e quando apelo a que as coisas sejam tratadas como deve ser, não é apenas no plano ético, é em todas as implicações que o procedimento pode ter do ponto de vista não apenas dos trabalhos da Comissão de Inquérito, mas também do próprio regime de utilização e acesso aos documentos e à informação.

Portanto, o que é importante, como digo, é que de uma forma correta e de uma forma, direi, defendida, do ponto de vista do funcionamento da Comissão de Inquérito, o documento fique, sob pena de o vermos a ir-se embora.

Feito este apelo, posso esperar 10 minutos, 20 minutos, podemos ter aqui outro momento CMVM, que é chegarmos à conclusão de que, de facto, temos de pegar nisto de outra forma e temos de reatar esta reunião noutras condições que não as atuais.

Portanto, deixo a V. Ex.^a, Sr. Presidente, o merecimento das melhores opções. Faço é a todos um apelo para que a forma como, neste momento, procedemos seja a mais correta. Não vou dizer mais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, queria esclarecer que não tive nenhum propósito de desqualificar ninguém — aliás, nem me dirigi a nenhum dos Srs. Deputados dessa outra forma —, lembrei apenas um dos princípios do processo penal. Mas, enfim, foi entendido assim, espero que com este esclarecimento o Sr. Deputado do Partido Socialista fique esclarecido.

Relativamente às preocupações do Sr. Deputado Bruno Dias, compreendo-as e não digo o contrário e, portanto, se decidirem distribuir o documento, com acesso via FinalCode — ou como se chama o programa —, da nossa parte também não há problema nenhum quanto a isso.

Acho que a proposta que o Sr. Presidente fez, dos 20 minutos, também não prejudica a igualdade de armas entre todos, uma vez que ainda temos rondas subsequentes e, portanto, os Srs. Deputados podem, parece-me, colocar eventualmente as questões que entenderem sobre o mesmo documento.

E, já agora, o documento — pelo menos o que tenho em pensamento — é uma deliberação unânime entre a Direção-Geral do Tesouro e Finanças e a PARPÚBLICA sobre a destituição com justa causa da CEO e do *Chairman*. É este documento.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado por todas as intervenções.

Primeiro, queria dizer que estas decisões que a Mesa possa tomar são decisões que entendo que são tomadas por consenso, nomeadamente quando alteram algo que tem a ver com a ordem do dia ou algo que tenha a ver com o funcionamento da grelha de tempos. Portanto, não reuni consenso em relação àquilo que tinha proposto em termos de tempo, que fique esta questão esclarecida.

Quanto à existência de um documento que é importante para a Comissão de Inquérito e do qual eu não tenho, pelo menos, nota, não tenho

registro de que ele tenha sido entregue, até agora, à Comissão de Inquérito — respondendo um pouco à pergunta da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua —, diria quase que, com certeza absoluta, não nos chegou, o que me parece é que, neste caso, pedíamos ao Sr. Presidente que nos pudesse fazer chegar o documento nas condições que ele entenda necessárias...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Oh pá!

O Sr. **Presidente**: — ... e, em função dessa situação, deveríamos marcar uma nova audição, precisamente para discutir este ponto.

Pergunto se o documento tem algum tipo de classificação, ou não, porque, nomeadamente o Sr. Deputado Hugo Carneiro falou há pouco na questão de o documento ser distribuído através de FinalCode.

Nós utilizamos um sistema que, no fundo, responde àquilo que são as exigências do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, e a distribuição de documentos, quando eles são classificados, é feita de forma diferente daquela que é a distribuição normal, nomeadamente através de meios que possam ser reproduzidos.

Portanto, uma coisa que eu queria saber é se o documento tem algum tipo de classificação, ou não, neste caso, e, se pudesse responder a essa questão, julgo que nos poderia ajudar.

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andréz**: — Eu não quero perturbar, de modo algum, muito menos a condução dos trabalhos, quanto mais os trabalhos, mas sentir-me-ia muito mais confortável que o documento que eu venha a distribuir seja o documento que esteja assinado por ambas as entidades, tanto mais que, neste documento, como eu já disse antes, no fundo, acompanhamos o acionista na assinatura desta deliberação. Nós

representamos, nesta decisão, 1 % da decisão e eu sentir-me-ia muito mais confortado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se eu pudesse fazer chegar o documento que, no fundo, representa o que foi aprovado pelos dois, sendo que nós representamos apenas 1 % nesta decisão.

A nossa assinatura é importante porque viabiliza uma deliberação unânime por escrito, porque se não assinássemos seria necessária uma assembleia geral e, neste contexto, Srs. Deputados, se fosse possível, se pudesse ter esse conforto, agradeceria imenso, Sr. Presidente, tal possibilidade a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, quanto a isso, queria dizer-lhe o seguinte: gostava muito de ter uma resposta sobre a pergunta que fiz sobre o nível de classificação, ou não, do documento. Jugo que isso faz aqui a diferença.

Quanto à existência do documento, será a Comissão de Inquérito que avaliará se é a primeira, se é a última, ou qual é a versão. Penso que isso deverá ser a Comissão Parlamentar de Inquérito a fazer essa avaliação.

O que me parece e que queria, com toda a franqueza, transmitir à Comissão é que o que me preocupa mais tem que ver com o nível de classificação do documento, se o documento está, ou não está, classificado. Essa é a pergunta que lhe faço e, que, aliás, não me surgiu até há pouco. Se o documento está classificado temos regras para a sua disponibilização, para a sua utilização e essa parece-me que é uma questão que acho que a Comissão de Inquérito, cumprindo, como deve cumprir, a lei, deve ter em conta nesta decisão.

De qualquer forma, gostaria de dizer-lhe o seguinte: da nossa parte o interesse é que o documento possa ser entregue à Comissão, que a Comissão o possa trabalhar internamente, independentemente de ser a última versão ou não — aliás, até me parece importante que tenhamos qualquer uma das

versões —, mas penso que a questão da classificação do documento era muito relevante e, por essa razão, inclusive, eu estarei contra qualquer leitura sua até essa questão estar resolvida, nomeadamente, contra a leitura de qualquer excerto por parte do Sr. Doutor. Se fosse um Sr. Deputado que o fizesse, na análise, no trabalho e inquirição, com certeza que sim.

Eram estas as questões que queria colocar em cima da mesa. Parece-me, a mim, que se o documento estiver classificado devemos apontar para uma audição, depois de todos termos acesso ao documento.

Parece-me que deveríamos fazer isso e que não o deveríamos fazer aqui, porque não temos condições de dar acesso a um documento classificado a todos os Deputados que entendam fazer perguntas sobre o mesmo e ainda estamos a meio do debate. Portanto, algo que a Comissão pode fazer é marcar outra audição sobre essa questão.

Sr. Deputado Filipe Melo, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, entendo que se este documento — naturalmente que não este, uma cópia — não ficar nesta Assembleia, nesta Comissão, hoje, toda esta Comissão estará desvirtuada e passará a ser uma irreabilidade.

Mais: digo que, em última instância, pode a Mesa, nem que seja numa sala à parte, juntamente com o Sr. Doutor, analisar o documento e classificá-lo, eventualmente, nesse momento.

Caso assim não seja feito, caso não seja entregue este documento à Comissão hoje, o Grupo Parlamentar do Chega abandona esta audição.

O Sr. **Presidente**: — A pergunta que faço ao Sr. Doutor é se, nomeadamente por ter partilhado connosco a existência desse documento, o mesmo pode ficar à guarda da Comissão, para que a Comissão o possa trabalhar no futuro. Em função disso, o que antevia era que, sobre esse tema,

se a Comissão assim o entender, fazermos, mais tarde, uma audição, precisamente já com este elemento e com a sua presença.

Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, parece-nos claro, e penso que a todos, que se o documento tivesse uma página e meia o Sr. Doutor estaria a preparar-se para o ler. Parece-me óbvio para todos.

Segunda questão importante: o Sr. Presidente da PARPÚBLICA há muito que sabe que vem a esta audição e, naturalmente, munuiu-se dos documentos que entendeu relevantes para prestar os esclarecimentos à Comissão. Não se nos afigura que o Sr. Presidente da PARPÚBLICA se tenha munido de rascunhos, de versões *draft*, para vir ler à Comissão. Obviamente, isso nem sequer nos passa pela cabeça.

Nesse sentido, para nós, o documento que foi ali apresentado não pode deixar de ser entregue à Comissão.

Vamos, agora, à questão que o Sr. Presidente levantou relativamente ao grau de classificação do mesmo documento. Se calhar, fazia sentido e, porventura, não será muito difícil — estão aqui dois membros da Mesa, o Sr. Presidente e um dos Vice-Presidentes — interromper os trabalhos, analisar o documento e a Mesa decidir se entende que o documento requer uma classificação diversa que impeça que seja distribuído à Comissão, como, naturalmente, deve ser.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andréz**: — Relativamente à questão que está a ser discutida agora, aquilo que posso dizer é que, no âmbito da PARPÚBLICA, este documento é considerado um documento confidencial.

Srs. Deputados, posso dizer porquê? Porque é um documento de um processo ainda em curso e, no âmbito desta instituição, na nossa avaliação,

ainda se trata de um documento confidencial e, portanto, deve ser tratado como tal, o que não quer dizer que não seja distribuído.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, recorde e peço ao Sr. Presidente para fazer recordar a todos os presentes que as informações prestadas nesta Comissão têm de ser 100 % fiáveis. E o que acabamos de ouvir, agora, não me parece...

O Sr. **Presidente**: — Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Como dizia, não me parece que o seja.

O Sr. Doutor acabou de dizer que o processo ainda não está concluído. O que está, e o documento que está publicado, um documento oficial, diz que o processo iniciado na Assembleia Geral de 13 de março fica concluído, posteriormente, a 13 de abril, com, inclusive, a tomada de posse, de funções, do novo Presidente do Conselho de Administração. Portanto, este processo está findo e não está, ainda, em curso. Se está findo é favor entregar o documento à Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, o que podemos permitir, no limite, é que este documento seja imediatamente entregue. O Sr. Presidente, naturalmente, vai rubricá-lo e vai guardá-lo no cofre, para fazer a apreciação. Mas refiro-me a esta versão de documento, no limite.

Contudo, continuo a dizer que na prossecução da Comissão e da nossa avaliação deve, o Sr. Presidente, com outro membro da Mesa presente, fazer uma apreciação, que é da sua exclusiva competência, do grau de confidencialidade deste documento, no entendimento da Comissão, e não no

entendimento, neste caso, do Sr. Presidente da PARPÚBLICA.

Aguardaremos a interrupção de trabalhos, não temos qualquer problema sobre essa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, posso estar enganado na minha apreciação sobre a classificação.

Primeiro, porque o Sr. Presidente da PARPÚBLICA disse que estaria classificado porque o processo ainda não estava concluído. Chegámos à conclusão, com um documento publicado pelo Governo, que é público, que o processo está findo. Portanto, se está findo e não está em curso, não há classificação possível.

Segundo, porque, segundo percebemos, não havendo parecer jurídico, como o Sr. Ministro das Finanças disse que havia, remeteu as suas explicações para este mesmo documento. Ao remeter para este documento, e ao afirmar que iria fazer chegar à Assembleia da República o documento que existisse dessa deliberação da assembleia geral, parece que estamos a falar do mesmo documento. Então, se estamos a falar do mesmo documento, Sr. Presidente, eu não vejo motivo para que o mesmo não seja entregue hoje, nesta Comissão. Não é outro documento, é este documento.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se mais algum Sr. Deputado quer intervir.

Pausa.

Sr. Presidente, a pergunta que fazemos é a seguinte, penso que talvez haja consenso quanto a isso: a Comissão determina a entrega do documento,

junto da Comissão, ao Presidente; ele será rubricado, aliás, como sugeriu o Sr. Deputado Paulo Moniz; e, em função da sua classificação, ou não — aliás, o que diz o nosso Regulamento é precisamente que «deve ser observada a classificação indicada nos documentos recebidos na Comissão, podendo a Mesa, por sua iniciativa ou por deliberação da própria Comissão, solicitar à entidade de origem a sua desclassificação, sem prejuízo do disposto na lei para os documentos provenientes de entidades públicas» —, ficaremos com o documento.

É aquilo que entendemos que devemos fazer. Não é distribuído aos Srs. Deputados, provavelmente teremos, em função da análise do documento, de o chamar novamente a esta Comissão para avaliarmos alguma questão que agora queríamos todos ter posto, e penso que essa é a forma de gerar um consenso para continuarmos os nossos trabalhos.

A Comissão passa a ter um documento que considera importante e que ainda não tem, e penso que essa é a forma de avançarmos nos nossos trabalhos, se todos estiverem de acordo. Penso que, aliás, esta é a proposta do Sr. Deputado Paulo Moniz.

Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Só uma pequena precisão. Naturalmente, quando referi que o documento deveria ser rubricado pela Mesa não estava só a pensar no Sr. Presidente. Naturalmente que não é por não ter confiança absoluta em si, mas é até para sua proteção; entenderá que estando o Sr. Vice-Presidente também presente, este coassine o documento.

O Sr. **Presidente**: — É precisamente esse o sentido do nosso Regulamento: que seja precisamente a Mesa a fazer esse trabalho, Sr. Deputado.

Sr. Doutor, da sua parte, este procedimento parece-lhe exequível, em

função daquele que é o desejo da Comissão Parlamentar de Inquérito?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andréz**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sinto-me perfeitamente confortável, até porque, na primeira hora útil, farei chegar a esta Comissão o documento assinado pelas duas partes. Isso conforta-me imenso.

Portanto, nada tenho a esconder com este documento; está assinado por mim e, seguramente, é o que está assinado pela Sr.^a Diretora-Geral. Mas saio confortado com essa decisão e agradeço a toda a Comissão.

O Sr. **Presidente**: — No fim da nossa audição, eu e o Sr. Vice-Presidente iremos receber, então, o documento.

Faça o favor, Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, depois do que soubemos e depois de saber da existência deste documento — falo por nós — a nossa intervenção e as nossas questões deixam de fazer sentido, e sugiro e deixo à consideração do Sr. Presidente e dos restantes grupos parlamentares que façamos uma interrupção nos trabalhos e que eu e o Sr. Presidente, uma vez que o primeiro Vice-Presidente não está presente, recebamos o documento durante essa interrupção e que o Sr. Presidente o entregue aos serviços.

Diante disso, continuaremos, ou não, os trabalhos, dentro do que humanamente agora for interessante.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vejo nenhum problema, desde que haja consenso, mas, de qualquer forma, estávamos a meio da inquirição do Sr. Deputado Hugo Carneiro.

Portanto, aquilo que sugeriria, desde já, era que o Sr. Deputado Hugo Carneiro pudesse concluir a sua inquirição. A seguir, a segunda ronda

começa e penso que aí o Sr. Deputado poderá dar o mote para que trabalhemos nesse sentido, que me parece positivo, mas teremos de ver se todos estão de acordo quanto a esse desenvolvimento.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor, para continuar a sua inquirição.

Sr. Doutor, vamos continuar, então, com estes pontos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, perguntava ao Sr. Presidente da PARPÚBLICA se essa deliberação foi tomada com base em documentos jurídicos, suporte jurídico, pareceres, opiniões jurídicas e, se sim, de quem.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Um parecer jurídico específico para esta deliberação, não. Apenas tenho a minuta autorizada, ou seja, a orientação expressa pela minuta autorizada.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Poderia explicar isso da minuta autorizada, que eu não percebi?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não tenho nenhum parecer específico para esta deliberação. Recebi apenas uma minuta aprovada pelo Ministro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quem são os assessores jurídicos da PARPÚBLICA?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não percebi.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem são os assessores jurídicos

da PARPÚBLICA?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Bom, há uma diversidade de assessores jurídicos, mas são diversos. Não sei se quer saber o nome de todos eles, mas são diversos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A VdA (Vieira de Almeida, Sociedade de Advogados) é assessora jurídica da PARPÚBLICA?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Ah, sim, sim, claro. Eu percebi que eram assessores internos.

O Sr. **Presidente**: — Para perguntar, faça favor de continuar, Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, antes de continuar, não sei se é pelo facto de terem isto muito afastado. Se for, avisem-me, se se estiver a ouvir mal, e tento corrigir aqui alguma coisa da minha parte.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Falar mais alto!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mais alto? Muito bem.

Próxima pergunta: portanto, a VdA é assessora jurídica, Jorge Bleck também é assessor jurídico através desse escritório da PARPÚBLICA?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — A VdA é assessora jurídica, também o Dr. Jorge Bleck, não para efeitos desta decisão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Que conhecimento tem sobre o

processo de privatização da TAP?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sr. Deputado, penso que já respondi. Portanto, aquilo que já respondi é que ainda está numa fase de reflexão. Não há qualquer informação consolidada que possa transmitir aqui hoje.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, pedia só um segundo, para encontrar aqui uma informação.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Conhece a empresa Evercore?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — De nome.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não reuniu com eles no dia 8 de fevereiro de 2023?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sim.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, não se lembra muito bem, mas reuniu com eles há dois meses, um mês e meio.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sim, mas não para tomar qualquer decisão sobre essa matéria, mas para troca de informação, sim.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quem convidou a Evercore para essa reunião?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Acompanhou a TAP.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Recordar-se de quem é que esteve nessa reunião?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Da Evercore? Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — De que tema trataram?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Tratámos de informação relativa a potenciais parcerias no âmbito da TAP.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não teve a ver com a privatização?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Poderia haver ali informação que mais tarde poderia ser útil, mas não foi para esse efeito.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Podia explicar melhor, por favor?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não estivemos... Não era informação relativa à tomada de decisões sobre privatização, até porque a Evercore não é uma empresa credenciada para o efeito de assistência nessa área da privatização.

Como sabe, as empresas consultoras, para este efeito, têm de ser escolhidas de uma lista de entidades credenciadas para o efeito. Não creio que a Evercore esteja nessa lista.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Esteve presente o financeiro da TAP,

o CFO, estiveram representantes do Ministério das Finanças e da Direção-Geral do Tesouro e Finanças e esteve o Sr. Tariq Ennaji. Diz-lhe alguma coisa, Tariq Ennaji?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não fixei o nome, mas admito que possa ser.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Conhece um *e-mail* de junho de 2022, de Hugo Mendes, dizendo à CEO da TAP que «a única porta de entrada no Governo é através do Ministério das Infraestruturas»? E, se sim, em que contexto é que teve conhecimento desta informação?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — A única porta de entrada? Não me recordo, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Já esgotou o seu tempo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu sei, é só para aclarar aqui a resposta. A resposta é «não me recordo». Não é uma resposta «não sei» ou «sei». «Não me recordo» é algo híbrido, não é?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — É «não me recordo».

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não, mas vamos lá ver: ou sabe que isto aconteceu, mas não sabe exatamente em que termos, por exemplo, ou não sabe de todo. Gostava de tentar, pelo menos, esclarecer melhor a resposta?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente, sobre esta pergunta, se houver alguma questão que possa esclarecer melhor, o Sr. Deputado agradecia-lhe.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não me recordo de todo, portanto, não confirmo. E a expressão não me diz nada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Passamos agora a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, para colocar as suas questões.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Jaime Andrez e a Dr.^a Ana Santos Martins.

Indo diretamente ao assunto, Sr. Doutor, conhece o comunicado que o Governo emitiu no dia 12 de abril, às 18 horas e 23 minutos, cujo título é «Novo Presidente da TAP entra em funções a 14 de abril»?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Tem consigo o documento, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não tenho, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vou, se me permitir, ler o terceiro parágrafo: «A deliberação final, hoje adotada, conclui o processo iniciado na Assembleia-Geral de 13 de março, tendo a DGTF notificado o PCA (Presidente do Conselho de Administração) e a PCE (Presidente da Comissão Executiva) da companhia dos respetivos projetos de decisão de demissão no dia seguinte. Cumprido o período de audiência prévia, terminada a 28 de março, PCA e PCE enviaram, nesse último dia, a sua

pronúncia à DGTF. Os dois documentos foram analisados e ponderados na decisão final.»

Face a isto, pergunto: está a deliberação concluída e o processo assim concluído?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — A nossa interpretação, daquilo que me foi dito, sem um parecer jurídico expresso, é que poderá haver atos subsequentes relativamente a este processo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, um comunicado do Governo da República, na semana passada, diz, expressa e tacitamente, que a deliberação final conclui o processo. Está ou não o processo concluído?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Dei a minha interpretação, apoiada por opinião jurídica interna, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Significa isso que o senhor tem uma opinião diferente da do Governo da República?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Na nossa opinião. Mas sendo uma decisão do Governo, naturalmente, imperará sobre a nossa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Para que fique registado em ata, é uma decisão do Governo que impera sobre a vossa, mas o Sr. Doutor não concorda com essa decisão?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não é verdade, não disse isso.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Então pergunto-lhe: concorda?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Concordo com...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Se concorda com a decisão do Governo.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, não tenho de concordar com a decisão do Governo. Não tenho, não, senhor. Eu tenho é de formalizar uma decisão do Governo, através de uma deliberação por escrito, acompanhando o acionista da PARPÚBLICA nessa decisão.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor...

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Quando eu disse isso, estava no fundo a dizer que, independentemente da percentagem que representamos nesta decisão, acompanharíamos sempre a decisão do acionista e assinaríamos em conjunto com o acionista. Mas recordo que representamos 1 % dessa decisão.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, desculpe perguntar-lhe com esta clareza e indiscrição toda, mas, se assina de cruz um despacho ou uma deliberação do Governo, então, para que é que serve a PARPÚBLICA? É um faz de conta do Governo?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, Sr. Deputado, e agradeço a sua clareza.

Na verdade, aquilo que tenho de verificar é se o que estou a assinar é uma orientação expressa do Governo. E, nessa apreciação, o que tenho de verificar, por um lado, é se essa deliberação que estou a assinar representa exatamente, em todo o seu texto, em todas as suas palavras, a minuta que foi

aprovada pelo Governo e que representa essa expressão da decisão.

Em segundo lugar, ao contrário do que percebeu de alguma opinião que terei dado, tenho de verificar se o contexto desta decisão que assino cumpre as peças que são normais dentro de uma decisão desta natureza, verificar se estão identificados os factos, se estão identificadas as violações ou os incumprimentos da lei ou dos estatutos e verificar se está avaliada a gravidade das violações para uma decisão final.

Estando isto, não valorizando, não pondo em causa, mas estando todas essas peças numa deliberação que constitui como regular, eu assino.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Então, assinou de perfeita consciência que o documento estaria dentro dos parâmetros legais impostos e que o Governo fez um documento, não obstante o Sr. Doutor não estar de acordo...

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não é verdade. Desculpe, desculpe, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — ... não obstante o Sr. Doutor não estar de acordo, porque disse que para o Governo estaria fechado, mas que o Sr. Doutor podia ter outro entendimento, ou a PARPÚBLICA podia ter outro entendimento.

Então, pergunto-lhe se, na sua opinião, esse documento sofre de alguma carência, se estará incompleto. O que é que se passa para esse documento não estar, na sua opinião, completo?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Eu não disse isso, Sr. Deputado. Eu disse o contrário. Estando estas peças todas que enunciei constantes do processo, ou seja, do conteúdo da deliberação, considereei que estava em condições de assinar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ok. Então, terei entendido mal.

Significa que o processo está completo? É isso? Posso entender isso?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — O processo decisório, sim.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Então, porque é que o Sr. Doutor disse que não estava?

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não é o ato de decisão, mas o processo da decisão em si.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, quero fazer um ponto de ordem que me parece importante.

O Sr. Doutor pode jogar com as palavras como bem entender, mas o que o Sr. Doutor disse há instantes é que não queria, que não se sentia confortável em fazer chegar o documento a esta Comissão porque estava incompleto.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Não, Sr. Deputado, incompleto em termos de assinaturas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, ainda não terminei a minha inquirição.

O Sr. **Presidente**: — Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Portanto, que o processo não estaria finalizado, que estaria incompleto, o que seja. Se calhar, para ser mais

correto, direi que não estaria finalizado. E, pelo que entendemos agora, o Sr. Presidente diz que só assinaria a deliberação se estivesse de acordo.

Chegamos à conclusão de que assinou a deliberação. Chegamos à conclusão de que existe um comunicado do Governo da República, do dia 12 de abril, com essa conclusão. Portanto, estamos na presença de um documento e de um processo findo.

Se está findo e se tem a chancela do Sr. Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA — Sr. Presidente, corrija-me se eu estiver enganado —, ou houve uma informação que, por lapso, terá sido erradamente prestada a esta Comissão, ou, então, era bom que se apurasse o que realmente se passou, porque o que o Sr. Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA disse neste momento veio contradizer — e eu ainda entendo português — o que disse em resposta à minha primeira questão. E é importante que isso fique esclarecido, Sr. Presidente, antes de continuar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vou pedir ao Sr. Presidente Jaime Serrão Andrez que possa esclarecer-nos sobre esta questão. Mas penso que quando terá dito que o documento não estava completo, isso tem a ver com a questão de ele não estar assinado por ambas as partes. Não sei se foi isso ou se percebi mal, se possa ser uma coisa dessas, mas, de qualquer forma, o Sr. Presidente poderá esclarecer-nos melhor sobre isso.

Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Permita-me, de facto, esclarecer: se eu sugeri isso que o Sr. Deputado entendeu, sugeri mal.

Na verdade, eu não disse que a decisão não estava completa. A decisão está completa e sei que existe um documento assinado por ambas as partes, portanto ele está completo. A única coisa que eu disse é que o documento

que tenho em mão não é um documento completo — não sei se me fiz entender —, faltando uma das assinaturas. E eu preferia, para conforto meu, dado que não assino sozinho e que represento apenas 1 % desta decisão, fazer entregar — e fá-lo-ei na primeira hora útil — o documento completo.

É neste sentido, Sr. Deputado. Espero ter sido claro.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, vou suspender a minha intervenção.

Peço que seja vista a gravação desta Comissão, já que eu não pergunto pelo documento, mas pelo processo. E, posso estar enganado, mas o Sr. Doutor terá dito que o documento não pode ser entregue porque o processo ainda não está concluído. E é muito diferente o processo não estar concluído de o documento não estar completo.

O documento não estar completo significa que estaria em falta uma assinatura. O processo não estar concluído significa uma inverdade, porque há um comunicado do Governo que diz precisamente o contrário em relação ao processo estar inacabado.

Portanto, eu suspendo por aqui a minha intervenção e peço a gravação das imagens — naturalmente, com o respetivo áudio —, com a certeza de que, assim que esteja disponibilizada pelos serviços, vamos requerer nova audição ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA.

Posto isto, conforme tínhamos chegado a acordo, antes de passar à segunda ronda, a Mesa reunirá e ficará com o documento, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quero só dizer-lhe o seguinte: não temos meios de fazer uma apreciação do que acabou de ser dito ou não, mas, de qualquer forma, temos também de fazer as perguntas e aguardar pelas respostas, por forma a que o depoimento seja esclarecedor, ou que, pelo menos, seja o mais esclarecedor possível.

Portanto, depois teremos a gravação e teremos, com certeza, as atas para confrontar todas estas questões, mas aquilo que o Sr. Deputado está a pedir não parece que seja exequível.

De qualquer forma, aquilo que eu queria pedir é o seguinte: ainda temos Srs. Deputados que estão inscritos para a segunda ronda e, portanto, não tendo havido segunda ronda, com certeza que iríamos fazer aquilo a que procedemos.

Fazemos agora a segunda ronda. Farão as perguntas e, no fim, o Sr. Presidente entregar-nos-á, aos dois membros da Mesa, o documento, e eu pedia também a sua ajuda nessa questão.

Sr. Deputado, ainda tem cerca de 39 segundos para continuar a inquirição. Se quiser continuar, eu achava que era, talvez, a forma mais eficaz de continuarmos os nossos trabalhos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra para mais uma interpelação à Mesa, se for possível, e para um esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, naturalmente que eu não pedi a gravação de imagem e de áudio para continuar com os trabalhos, naturalmente que não.

O que pedi ao Sr. Presidente é que solicitasse aos serviços essa mesma gravação, para que depois possa ser analisada e se possa ver se, efetivamente, o Sr. Doutor se referia ao documento estar inacabado. Se assim for, peço desculpa ao Sr. Doutor por termos causado este transtorno, mas se não for assim, é importante perceber se o Sr. Doutor diz que não se sentia confortável

em disponibilizar o documento porque o processo — sublinho «processo» — ainda não estaria concluído.

Portanto, Sr. Presidente, é esse o ponto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu acho que, até porque estamos todos...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Quanto ao resto do tempo, prescindo dele.

O Sr. **Presidente**: — Estamos todos aqui há bastante tempo, presencialmente, em inquirições.

Penso que, acima de tudo, o objetivo final é conseguirmos ter depoimentos que sejam esclarecedores para o nosso trabalho, independentemente de, a qualquer momento, todos nós termos, por vezes, uma frase que não construímos ou dizemos da melhor maneira.

Nem sei se foi o que aconteceu, e não me parece que, aliás, tenha acontecido isso com o Sr. Presidente da PARPÚBLICA. Mas às vezes acontece-nos e, portanto, acho que também devemos ter aqui essa apreciação de bom senso em relação a cada depoimento das pessoas que temos cá, porque, por vezes, não dizemos à primeira a melhor frase para expressar uma determinada ideia.

Acho que, no fim, aquilo que vai interessar muito para os nossos trabalhos é ter depoimentos coerentes e capazes que nos possam dar respostas claras, não é se as respostas são todas elas dadas na construção frásica e na concordância entre todas as palavras — olhe, eu então, falho imensas vezes nessa questão. Assim, pedia mesmo que fizéssemos isso.

De qualquer forma, passava a palavra ao Sr. Presidente, pedindo-lhe exatamente isso, ou seja, que nos possa esclarecer se era sobre o processo, se era sobre o documento, para que possamos ajudar também a esclarecer

esta questão para a Comissão toda, face à pergunta que foi feita pelo Sr. Deputado Filipe Melo. E depois passaríamos, então, à segunda ronda, já que temos Deputados inscritos.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Muito obrigado, Sr. Presidente e muito obrigado Sr. Deputado, por me permitir esclarecer melhor.

Realmente, se o disse, não deveria ter dito, porque não era possível ser dito, pelo que sou um dos primeiros interessados em visitar aquilo que eu disse, porque, se o disse, terei de pedir desculpa à Comissão.

Aquilo que eu quis dizer, não por o documento estar incompleto, é que a mim confortava-me dar a esta Comissão um documento assinado pelos dois, dada essa corresponsabilidade. O que eu considerei — não incompleto, porque julgo que não utilizei essa expressão, pelo menos inicialmente, mas porventura nas frases seguintes —, foi que o processo está em curso. Em curso de ações posteriores, um pouco assim. Também disse que não era suportado por um parecer jurídico, mas por uma conversa jurídica na preparação desta reunião, hoje de manhã.

Portanto, na prática, o documento está completo e assinado pelos dois. Eu é que não o tenho aqui, e daí o meu conforto em entregar um documento completo. Não tenho nenhuma resistência — nem poderia ter — perante esta Comissão, é claro. Mas conforta-me fazer entregar, a par deste, um documento assinado pelos dois.

Vozes do PSD: — Ah, «a par deste»!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, posso ter interpretado mal o que disse o Sr. Doutor, e se é assim não o quero fazer, mas o Sr. Doutor referiu que o processo estava em curso. Salvo alguma questão jurídica que daí ainda pudesse advir, mas que o processo estaria em curso. Penso que é

importante que o Sr. Presidente esclareça isto, porque há um comunicado do Governo a declarar o processo por findo.

O Sr. Presidente disse que é solidário e que assina uma conclusão do Governo, naturalmente, pela função societária, que a isso obriga. No entanto, percebemos que o Sr. Presidente se referia a um processo que não estava concluído, quando efetivamente está, por deliberação do Governo.

Em relação ao documento em si, ficamos também a perceber, pelo que disse o Sr. Presidente, que há um documento que está assinado por ambas as partes e que lhe confere essa validade que, posteriormente, o Sr. Presidente fará o favor de enviar para a Comissão, não obstante deixar uma cópia deste que tem aqui consigo. Portanto, não invalida por outra coisa.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, vamos prosseguir com a segunda ronda.

A segunda ronda são 2 minutos para cada um dos Srs. Deputados que estejam inscritos. As perguntas já não são pergunta–resposta, antes 2 minutos para uma pergunta e 2 minutos para uma resposta.

Penso que não faz sentido fazermos qualquer intervalo, por uma questão de economia do nosso tempo.

Faça favor, Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho duas questões para colocar, muito rapidamente.

Primeiro, quero voltar ao tema dos *headhunters*, para perguntar, concretamente, quando e em que processos é que a PARPÚBLICA recorreu a esses serviços. Não há de ter sido em 50 ou em 100, portanto, há de se recordar concretamente de que empresas e de que administrações estamos a falar. E, normalmente, qual é a despesa que tem sido realizada por parte PARPÚBLICA?

Se quiser ainda acrescentar alguma questão sobre aquele tema do ressarcimento, nesse caso, agradeceria.

Sr. Presidente, eu vou só fazer uma pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa. Peço que se criem condições na sala para rapidamente concluirmos os nossos trabalhos e, para isso, temos de ter silêncio.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado.

A segunda questão é relacionada com o seguinte tema: em 2015, 61 % da TAP foi vendida por 10 milhões de euros. Seguem-se quatro anos de gestão privada, com tudo o que já fomos conhecendo neste inquérito. Com a pandemia, os privados abandonam a TAP. A Comissão Europeia fez, então, as contas, dizendo que a pandemia custou à TAP 640,5 milhões de euros, nem mais um tostão. Para qualquer outro apoio, a Comissão Europeia exige uma reestruturação. É feita a reestruturação para injetar 2,6 mil milhões de euros que faziam falta na TAP.

Ora, só vejo três hipóteses. Ou as contas da Comissão Europeia foram feitas por baixo, ou, nos quatro anos de gestão privada, foi aberto um buraco gigantesco nas contas da TAP, ou ambas as hipóteses são verdadeiras.

Assim, pergunto-lhe como vê a PARPÚBLICA esta questão.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sr. Deputado Bruno Dias, relativamente aos *headhunters*, realmente tivemos outras: posso enviar informação sobre a matéria com números concretos. Não os tenho aqui, mas fizemos consultas para o CFO da TAP, por exemplo, fizemos consultas para vogais da Caixa Geral de Depósitos, por exemplo. Estes são dois exemplos, entre outros, mas não temos muito mais. Relativamente a isso, portanto,

como eu disse, enviarei também o mais rapidamente possível informação sobre os valores dos custos desses procedimentos.

Relativamente à questão da aquisição pelo valor de 10 milhões de euros, em 2015 — foi assim que referiu, não é? —, e qual era o custo: bom, são números não comparáveis. Primeiro, porque num caso são números financeiros que têm a ver com a valorização que terá sido feita, as avaliações terão sido feitas em 2015. O resultado da negociação, dentro da banda das avaliações, não sei, não conheço. E a outra são custos económicos dos 640 que foram avaliados, como perdas motivadas pela paralisação das aeronaves e, portanto, são números não comparáveis. Uns são de ordem financeira, outras são de ordem económica.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é para acrescentar nenhuma pergunta, tem a ver precisamente com aquela questão das situações concretas em que este sistema dos «caçadores de cabeças» foi utilizado. Falou no caso do CFO da TAP, no caso dos vogais da Caixa, disse que não há muitos mais.

Queria só esclarecer se, dos outros que não são muitos mais, pode adiantar mais exemplos, mais casos dos tais que não são muitos mais.

O Sr. **Presidente**: — Agradecia que pudesse precisar essa informação à Comissão, se faz favor.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Temos um... para a escolha do presidente de uma das nossas participadas, a FlorestGal, SA.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Sr. Deputado Bruno Aragão, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Doutor, só algumas questões finais.

No período em que está na PARPÚBLICA, esta passa de 50 % para 1 % da TAP SGPS, mas o plano de reestruturação ainda é muito acompanhado pela PARPÚBLICA.

Uma das perguntas que lhe fazia é se durante 2022 a PARPÚBLICA acompanha, apesar de ter 1 %, a execução desse plano de reestruturação e se resulta, da sua análise, que esse acompanhamento, ou melhor, que esse plano, teve um impacto nos resultados que a TAP apresenta, se teve impacto no *rating* que vem a ser alterado e, na perspetiva mais positiva, para a TAP.

Depois coloco-lhe uma outra questão, só para confirmar, porque não acompanhou este processo, pelo menos na sua gestão desde o início. Uma das primeiras decisões da Atlantic Gateway, logo a seguir à reprivatização, em 2015, foi o aluguer de oito ATR 72-600, logo em 2016, que chegaram entre março e junho à TAP. Esses ATR foram utilizados, sobretudo, na ponte aérea.

Em 2017, a TAP deu lucros, como todos sabemos, em 2018 não deu lucros, nem teve resultados operacionais positivos. Uma das questões que se levantavam na altura era a dos atrasos sistemáticos da TAP e do impacto de mais de 40 milhões de euros que tiveram nos resultados desse ano.

Um dos grandes responsáveis por esses atrasos eram, curiosamente, esses ATR 72-600, que faziam a ponte aérea e que, a partir de 2019, deixaram de ser utilizados, sobretudo, para esse fim. Mas vinham a ser alugados pela TAP à Azul desde 2016, desonerando, aliás, a Azul de um contrato que tinha com outra empresa.

Pergunto-lhe apenas se durante o processo de 2022, porque sabemos que a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis teve pelo menos essa discussão com a ex-CEO da TAP, em algum momento esta questão dos ATR foi falada ou foi abordada com a PARPÚBLICA, ou se sobre eles tem algum conhecimento.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Começando pela segunda questão: não, de todo, não acompanhei, não tenho qualquer informação sobre o assunto.

Relativamente ao acompanhamento da reestruturação, em virtude de o auxílio ser da responsabilidade do Estado e, por isso, da DGTF, é a DGTF que faz o acompanhamento formal, é claro que nos preocupa, enquanto acionistas, que esse plano seja executado e, portanto, temos conhecimento indireto através da avaliação que é mensal e reportada depois, semestralmente, à Comissão Europeia. Tenho conhecimento dos relatórios.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Grupo Parlamentar do PSD.
Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Perguntas muito objetivas: no dia 12 de maio de 2021 teve uma reunião para discutir os acordos de empresa da TAP. Gostava de saber qual é o papel da PARPÚBLICA neste âmbito dos acordos de empresa da TAP — pelo menos é o que consta das agendas que nos foram remetidas.

Já agora, também, o que é que a PARPÚBLICA tem a ver com a M&E Brasil — que decisões é que tomaram, que intervenções é que tiveram, etc.

No dia 12 de novembro de 2021, decorreu uma reunião da PARPÚBLICA com a TAP, onde estão presentes também a CEO e o CFO, em que o tema era TAP — *Project Internal Coordination*. O que é isto? O que é que discutiram nesta reunião? Tem a ver com a orgânica interna da TAP? Se sim, em que âmbito, o que é que discutiram, o que é que cada um achava, etc.

Porque é que a PARPÚBLICA perdeu a sua participação, ou grande parte da sua participação, para a Direção-Geral do Tesouro e Finanças?

Tem conhecimento de alguma avaliação da TAP, feita em 2022 ou 2023? Se sim, qual é o seu valor, quem é que fez essa avaliação e qual o objetivo?

E quero deixar também uma nota: constato que esta audição decorreu com muita ambiguidade. Acho que nem sempre as respostas foram suficientemente claras, precisas e esclarecedoras.

Constato, também, que a deliberação unânime tomada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças e pela PARPÚBLICA para a destituição, sem justa causa, da CEO e do *Chairman*, foi tomada supostamente sem parecer jurídico. Esta é a versão que o Ministro das Finanças hoje também apresentou na Comissão de Orçamento e Finanças, na Assembleia da República, ao contrário do que uma nota à imprensa, do gabinete da Sr.^a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, ainda ontem dizia, quando escrevia o parecer em causa, que não cabe no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era isso que eu gostava de perguntar e de terminar assim.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Obrigado Sr. Deputado Hugo Carneiro. Refere-se ao acordo de empresa no âmbito dos trabalhadores? É que não me recordo de todo... Não me recordo, não, não interviemos em nenhuma negociação nesse âmbito, foi da exclusiva competência da TAP.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, permita-me, só para clarificar onde é que eu vi isto.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Só para clarificar: nas agendas que enviaram ao Parlamento, no âmbito da Comissão de Inquérito, portanto, em

todas as reuniões que foram tendo onde a TAP era tema, existe uma reunião onde é mencionado este tema, dos acordos da empresa.

Não é dito mais nada, diz apenas isto. É de 18 de maio de 2021.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Como eu disse, nunca interviemos na gestão desses acordos, portanto, não compreendo como posso ter esse assunto em agenda quando não o abordei.

Naturalmente, abordámos outras coisas, não me lembro de tudo. Relativamente à M&E Brasil, portanto, uma das obrigações do plano de reestruturação é a venda, ou liquidação, da M&E Brasil. Tendo sido tentada a venda, em função daquilo que nos foi reportado, e não tendo sido conseguido, foi decidida a sua liquidação e ela está em curso.

No que se refere, mais uma vez, à *internal coordination*, Sr. Deputado Hugo Carneiro, de todo, também não tenho nenhuma memória de coordenação interna, nem imagino o que possa representar este «interno».

A penúltima pergunta era participação, não era, Sr. Deputado Hugo Carneiro? Participação...

O Sr. **Presidente**: — A seguir era por que razão perdeu a PARPÚBLICA a posição para a DGTF.

O Sr. Dr. **Jaime Serrão Andrez**: — Sim senhor, certo. Bom, no âmbito do plano de reestruturação era previsível a saída gradual, e completa até, da PARPÚBLICA como uma possibilidade.

Isso não era possível, porque para cumprirmos obrigações previstas estatutariamente, o artigo 8.º dos estatutos, nós teríamos de nos manter como acionistas. Não contraindo o plano de reestruturação, ou contraindo minimamente, nós mantivemo-nos com 1 %. Mas, portanto, o plano tenderia à saída sucessiva da PARPÚBLICA.

Quanto às avaliações, não, não tenho conhecimento, Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Passamos agora a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, não tenho nenhuma questão.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Então, penso que temos agora de perguntar se, do ponto de vista individual, algum dos Srs. Deputados quer fazer alguma pergunta nesta terceira ronda.

Pausa.

A Mesa não regista nenhum pedido nesse sentido.

Antes de terminarmos a nossa reunião e podermos receber o documento que o Sr. Doutor nos vai deixar, eu e o Sr. Vice-Presidente, quero dizer o seguinte: temos um conjunto de requerimentos que foram entregues à Comissão — um deles foi distribuído ainda na última reunião, que é do Grupo Parlamentar do PCP, que pede alguns documentos.

Pergunto se há consenso sobre a sua aprovação, para que estes documentos possam ser pedidos.

Pausa.

Penso que não há nenhum obstáculo, portanto estão aprovados.

No início da reunião de hoje, deram entrada alguns requerimentos: sete requerimentos do PSD, três da Iniciativa Liberal e mais um do Chega, que chegou agora também. Parece que já foi distribuído.

Pergunto se sobre ele há consenso também.

O Sr. Deputado Bruno Aragão, faça favor. Sobre algum em específico?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, não tenho nada a dizer sobre nenhum em particular, a menos que sejam instruções vinculantes, no decorrer desta reunião não consegui ler nenhum dos requerimentos.

Portanto, ou são instruções vinculantes e estão aprovados tacitamente, não tenho de me pronunciar, ou então pelo menos tenho de ler os documentos sobre os quais pedem que nós nos pronunciemos.

Com toda a honestidade, não consegui ler nenhum, nem os do PSD, mas se for tácito também não tenho de votar, só isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Considerando o adiantado da hora e dando provimento à preocupação do Sr. Deputado Bruno Aragão, para que não se diga que o PSD não atende às preocupações do Partido Socialista em matéria de condução dos trabalhos, e havendo amanhã agendada uma reunião de Mesa e Coordenadores, salvo melhor opinião e se a Comissão assim entender, proponho delegar na Mesa e Coordenadores e, por conseguinte, amanhã fica o assunto resolvido.

Atendendo ao adiantado da hora e como o Sr. Presidente ainda tem de assinar aqueles documentos todos que o Sr. Presidente da PARPÚBLICA tem de cá deixar, julgo que essa será a melhor solução.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, faça favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de referir duas coisas.

A primeira é fazer a separação do que foi entregue agora, há bocadinho, daquilo que foi entregue ontem. É só para deixar explícito o que parecia implícito.

Vozes gerais: — Claro!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A segunda coisa é sobre esta questão de delegarmos na Mesa deliberações de aprovação de requerimentos. Não nos vamos opor, mas pensamos que não é bom hábito.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É excepcional.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, não nos vamos opor, esta decisão fica tomada quanto a delegar na reunião de Mesa e Coordenadores de amanhã a aprovação destes requerimentos, mas eu apelava a que, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não façamos disto um hábito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, antes de lhe dar a palavra, aquilo que eu acho que faz sentido é amanhã, em reunião de Mesa e Coordenadores, também decidirmos algum procedimento sobre até que hora é que são discutidos os requerimentos, porque hoje foram muitos.

Portanto, eu percebo a dificuldade que o Sr. Deputado Bruno Aragão referiu, porque a Mesa também a teve. Acho que valeria a pena amanhã afinarmos essa questão e discutirmos esse ponto.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, não sei se o Sr. Presidente da PARPÚBLICA já guardou o documento, mas gostaria só de lembrar que tem de deixá-lo cá...

Risos.

... certamente distraído com a emoção.

Não interprete mal, mas nós estamos de olho nesse e noutros documentos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o Sr. Presidente da PARPÚBLICA ainda está connosco e está a assistir, eu acho que devíamos rapidamente resolver.

Bem, estamos quase a terminar, vamos criar condições.

Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, não vou ao ponto de olhar para a mala do Sr. Presidente da PARPÚBLICA, mas acho que seria prudente a Comissão decidir e deliberar sobre o documento que vamos a seguir receber.

Na minha opinião, penso que deve ficar definida agora a não classificação desse documento, uma vez que o comunicado do Governo sobre este documento já está emitido, portanto, é público. Uma vez que, inclusive, o Sr. Ministro das Finanças disse hoje que ia solicitar o envio deste documento à Comissão, penso que devemos receber esse documento e pedir aos serviços, se não for hoje, dado o adiantado da hora, que nos façam chegar amanhã, durante a reunião de Mesa e Coordenadores, ou até eventualmente antes, desclassificado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, agradeço a sugestão. Uma coisa de cada vez, primeiro receber o documento; amanhã temos reunião de Mesa e Coordenadores, fazemos um ponto de situação sobre essa questão, vemos a natureza do documento e, em função da natureza do documento, temos um regulamento para funcionar com a Mesa e veremos essa questão.

Se todos estiverem de acordo, e criando todas as condições para isso, dava por encerrados os nossos trabalhos. Eu e o Sr. Vice-Presidente vamos receber o documento da parte do Sr. Presidente da PARPÚBLICA, a quem agradeço a oportunidade de estar aqui connosco, os esclarecimentos que nos deu, os elementos que ficou, também, de nos mandar mais tarde, e dizer que, provavelmente, voltaremos a falar ainda durante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado.

Eram 22 horas e 14 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.